



REVISTA NECAT



PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

ANO 2, NÚMERO 4
JUL-DEZ DE 2013
ISSN 2317-8523

EDITORIAL

Orçamento estadual regionalizado: a experiência de Santa Catarina
Juliano Giassi Goularti

Uma análise da política de descentralização administrativa em Santa Catarina, 2003-2009
Luciane Tischner Rudnick
Marcos Antonio Mattedi

O desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e das SDRs Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville (1991-2010)
Vanessa Krützmann
Angélica Massuquetti
Eduarda Martins Correa da Silveira

Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e os recursos públicos aplicados na região no período de 2004 a 2007
Luiz Alberto Neves

Planejamento regional em Santa Catarina no século XXI: o estado da arte
Franklin Carlos Zummach
Ivo Marcos Theis



SUMÁRIO

EDITORIAL	03
ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO: A EXPERIÊNCIA DE SANTA CATARINA Juliano Giassi Goularti	06
UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM SANTA CATARINA, 2003-2009 Luciane Tischler Rudnick Marcos Antonio Mattedi	25
O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE SANTA CATARINA E DAS SDRs GRANDE FLORIANÓPOLIS, BLUMENAU E JOINVILLE (1991-2010) Vanessa Krützmann Angélica Massuquetti Eduarda Martins Correa da Silveira.....	45
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE RIO DO SUL E OS RECURSOS PÚBLICOS APLICADOS NA REGIÃO NO PERÍODO DE 2004 A 2007 Luiz Alberto Neves	63
PLANEJAMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI: O ESTADO DA ARTE Franklin Carlos Zummach Ivo Marcos Theis	80

REVISTA NECAT

Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense,

Editores:

Prof. Dr. Lauro Mattei – UFSC

Prof. Dr. Valdir Alvim – UFSC

Comitê Editorial:

André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC); Felipe França (UFSC).

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.

88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 2, nº 4, Jul-Dez. Florianópolis, NECAT, 2013.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br/

E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

Dez anos de experiências das SDRs: orçamento regionalizado e descentralização administrativa do estado de Santa Catarina

Passados mais dez anos da implementação das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), a edição número 4 da Revista NECAT analisa os principais resultados das políticas de desenvolvimento regional atreladas às estratégias de descentralização político-administrativas adotadas pelo governo de Santa Catarina.

A partir de 2003, Santa Catarina se deparou com a proposta de um novo modelo de gestão e uma nova estrutura organizacional para a administração do Estado. Este novo modelo propunha a criação de um fórum permanente para debater o uso e aplicação dos recursos públicos de forma descentralizada e regionalizada, o que permitiria maior interferência dos cidadãos na tomada de decisão sobre os destinos dos recursos orçamentários do Estado.

O desenho da descentralização criou, inicialmente, 29 Secretárias (SDRs) articuladas cada uma a um Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR). Esses conselhos deveriam servir de instâncias de decisão coletiva, atendendo às condições do orçamento regionalizado e audiências públicas em vigor desde 1997.

As justificativas utilizadas para a criação das SDRs identificavam a incapacidade do governo centralizado na capital para atender as demandas regionais, bem como a falta de políticas que potencializassem os projetos de desenvolvimento regionalizados. A proposta visava garantir a eficiência e eficácia dos serviços públicos e a redução das disparidades regionais, além de ampliar a democracia nas regiões e nos locais de sua implantação.

Esse novo modelo de gestão também objetivava desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão. Como um braço operacional do Estado nas regiões, propunha-se a dar contribuições relevantes para a superação dos entraves do desenvolvimento catarinense. Significava, ainda, estancar a perda de população das cidades do interior do estado pelo processo da migração, gerando o que se convencionou chamar de “litoralização”.

A discussão elaborada pelos autores dos artigos selecionados perpassa o contexto histórico das experiências de planejamento em Santa Catarina e sua relação com o desenvolvimento nacional, regional e local, uma vez que estes analisam e esclarecem temas importantes e controversos destas experiências e questionam, desde as origens, os resultados das estratégias propostas como novo modelo para o desenvolvimento regional e local através da criação das SDRs e CDRs.

No primeiro artigo, assinado por Juliano Giassi Goularti – economista e mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB –, são apresentadas as experiências de Santa Catarina com o orçamento estadual regionalizado, com ênfase na trajetória e nos resultados de 1997 a 2013. O autor analisa as dotações orçamentárias de acordo com dois critérios: o disponível e o realizado. Os resultados demonstram um descompasso entre essas duas esferas de análise, sendo que o realizado concentrou-se nas regiões economicamente mais desenvolvidas, o que contribuiu, na visão do autor, para acirrar ainda mais as disparidades regionais. Além disso, ressalta-se a falta de efetividade das prioridades definidas nas audiências públicas.

O segundo artigo, elaborado por Luciane Tischler Rudnick e Marcos Antônio Mattedi - da Universidade do Contestado (UnC), Canoinhas (SC) - oferece uma análise comparativa dos investimentos repassados desde de 2003 até 2009 em 11 SDRs selecionadas. Os autores buscaram compreender as políticas de descentralização elaboradas em cada SDR, com dados dos relatórios de avaliação de resultados. Este procedimento permitiu comparar os resultados das atividades realizadas com os objetivos da descentralização, ou seja, sua consonância com a redução das desigualdades regionais. Rudnick e Mattedi partem da suposição de que os recursos deveriam ser investidos estrategicamente nas regiões menos desenvolvidas. Corroborando as hipóteses do primeiro artigo e considerando-se as diferenças regionais, os resultados obtidos por este estudo constatou que o maior volume dos recursos disponibilizados pelas SDRs foi investido nas regiões mais desenvolvidas e próximas do litoral, ou seja, Grande Florianópolis, Blumenau e Criciúma.

O terceiro artigo, escrito por Vanessa Krützmänn, Angélica Massuquetti e Eduarda Silveira - da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS) –, analisou o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e sua relação com os resultados das atividades das SDRs da Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville entre os anos de 1991 e 2010. As autoras dão destaque para a relevância do tema do desenvolvimento regional, uma vez que estas três SDRs contribuem com 36% do PIB de Santa Catarina. Para as autoras, apesar da manutenção das disparidades inter-regionais, as SDRs significaram o rompimento com a forma tradicional da gestão pública e estabeleceram um novo paradigma de desenvolvimento econômico focado no âmbito regional e local, o que permitiu a constituição de espaços de diálogos e articulação dos atores sociais destinados à construção de parcerias econômicas e sociais.

O quarto artigo, de autoria de Luiz Alberto Neves - do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi) de Rio do Sul - apresenta um cenário das

experiências na aplicação dos recursos considerando um estudo de caso específico da SDR de Rio de Sul, entre os anos de 2004 e 2007. O autor considera também que a prática do projeto de descentralização e implantação da SDR e os rumos tomados são contrários às teorias e ao discurso da campanha de descentralização. Apesar dos recursos aumentarem consideravelmente para a região delimitada pela SDR, prevalece ainda a influência político-partidária das oligarquias locais no seu direcionamento. Assim, existem dois momentos/fases do desenvolvimento da região: antes e depois da criação da SDR.

O último artigo, de Franklin Carlos Zummach e Ivo Marcos Theis - da Universidade Regional de Blumenau (FURB) - apresenta um estudo sobre o estado da arte do planejamento regional, dando ênfase ao período das experiências das SDRs em Santa Catarina. Partem da hipótese de que houve um crescimento no volume da produção acadêmica e científica sobre o planejamento regional em Santa Catarina no período de 2001 a 2012. Tal estudo teve como objetivo central construir um quadro atualizado da produção intelectual por meio de um inventário da produção acadêmica e científica do planejamento regional de origem governamental. Os resultados apontam para o expressivo número de pesquisas no panorama geral do planejamento regional em Santa Catarina, confirmando a hipótese de que a partir de 2004 cresceu consideravelmente a produção acadêmica e científica. Porém, a partir de 2011 esta trajetória se inverteu com a redução dos referidos trabalhos.

Este conjunto de considerações e conclusões a que chegaram os diversos autores em suas obras acadêmicas e científicas que a revista NECAT ora divulga, aponta para a necessidade cada vez maior de espaços de diálogos e discussões que permitem uma compreensão maior do processo político em curso. E isto será mais bem observado quando ocorrer uma participação mais ativa e direta dos atores sociais regionais. Tal aspecto será decisivo na construção de parcerias econômicas e tomada de decisões estratégicas sobre os rumos do desenvolvimento local e regional no estado de Santa Catarina.

Entendendo que é isso que fará a diferença para a sociedade catarinense ao longo deste século XXI, o NECAT deixa a todos mais esta contribuição.

Os Editores

ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO: A EXPERIÊNCIA DE SANTA CATARINA

Juliano Giassi Goularti¹

Resumo: Em 1997, por iniciativa da Assembleia Legislativa foi promulgada a Lei Complementar nº 157. A partir desta proposta, o orçamento estadual que antes era elaborado por técnicos do governo passou a ser construído junto às comunidades. Proposto como um instrumento de democracia, as prioridades definidas em audiências públicas não têm ocupado a agenda dos sucessivos governos. O objetivo do estudo é analisar a trajetória do Orçamento Regionalizado em Santa Catarina no período de 1997-2012. A análise privilegiará os resultados das audiências públicas regionais nestes 15 anos. Partimos da hipótese de que o Executivo contribui para o esvaziamento das audiências ao ignorar as demandas regionais e fomenta o desenvolvimento desigual ao distribuir maior parcela dos recursos para as regiões mais dinâmicas. Para orientar o estudo, buscamos informações nos Diários Oficiais do Parlamento. Quanto aos dados, coletamos na Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado da Assembleia Legislativa. Considerando a introdução e as considerações finais, o estudo está dividido em seis partes no qual estaremos abordando a criação do Orçamento Regionalizado; os resultados até então obtidos; a relação das Secretarias de Desenvolvimento Regional com o Orçamento Regionalizado e a distribuição geográfica desigual dos recursos.

Palavras Chaves: Orçamento Regionalizado. Democracia. Secretarias de Desenvolvimento Regional.

REGIONALIZED STATE BUDGET: THE EXPERIENCE OF SANTA CATARINA

Abstract: In 1997, on the initiative of the Legislative Assembly was enacted Complementary Law nº. 157. From this proposal, the state budget that was previously prepared by staff of the government began to be built in the communities. Proposed as an instrument of democracy, the priorities in public hearings have not occupied the agenda of successive governments. The objective of the study is to analyze the trajectory of Budget Regionalized in Santa Catarina in the period 1997-2012. The analysis shall focus on the results of regional public hearings in these 15 years. We hypothesized that the Executive contributes to the depletion of the audience to ignore the demands and fosters regional uneven development by distributing larger share of resources to the most dynamic regions. To guide the study, we sought information on official gazettes of Parliament. As for the data, collected in the State Budget Coordination of Regionalized Legislative Assembly. Considering the introduction and the conclusion, the study is divided into six parts in which we will be approaching the creation of the Budget Regionalized and the results obtained so far, the relationship of the Secretariats of Regional Development with the Budget Regionalized and uneven geographical distribution of resources.

Keywords : Budget Regionalized. Democracy. Secretariats of Regional Development.

¹ Economista, mestrando em Desenvolvimento Regional pela Furb e bolsista do Fundes. Endereço: Rodovia Amaro Antonio Viera, 2008. Complemento: Bloco 12, Ap. 304. Cidade: Florianópolis/SC. Bairro: Itacoburi. CEP: 88034-101. E-mail: jggoularti@gmail.com

Introdução

A Constituição de 1988 desenhou um modelo misto de democracia: representativa e direta. Quanto à participação popular, o legislador constituinte foi rigoroso ao estabelecer os requisitos democráticos na construção do orçamento. Não por outra razão, ao longo de mais de duas décadas de ditadura militar foram poucas as experiências de origem popular na elaboração das leis orçamentárias.

Com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1988 em Porto Alegre, inicia-se a construção de uma nova proposta de gestão pública. A população passou a ser sujeito da construção da proposta orçamentária, nascendo aí o Orçamento Participativo. A partir das experiências do Orçamento Participativo desenvolvidas pela prefeitura de Porto Alegre, em 1993 o município de Florianópolis encampa essa experiência. Logo essa experiência atravessa a ponte e nove municípios catarinenses passam a construir seus orçamentos de forma coletiva. Como resultado das experiências municipais, em 1997 a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) promulga a Lei Complementar nº 157 criando o Orçamento Estadual Regionalizado. Assim, seriam realizadas audiências públicas regionais para a elaboração da proposta orçamentária.

Nos primeiros anos (1997-02), o Orçamento Regionalizado encontrou obstáculos. Com a justificativa de criar um novo modelo de gestão que levasse em consideração as demandas regionais, em 2003 o governador Luis Henrique da Silveira criou 29 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) – atualmente são 36. Como parte da estratégia da política de desenvolvimento regional, as Secretarias Regionais descentralizariam as atividades da administração estadual, aproximando o governo do Estado das regiões mais distante da capital. Por meio desta, seria também criado fórum permanente para debater a aplicação do Orçamento Regionalizado permitindo a interferência do cidadão na tomada de decisão das políticas públicas (SILVEIRA; MOREIRA, 2002).

Por fim, pretendemos analisar a trajetória entre a dotação orçamentária disponível e realizada pelo Orçamento Regionalizado no período 1997 até abril de 2013. Para isso, pretende-se explorar a temática sobre a hipótese de que os sucessivos governos contribuem para o esvaziamento das audiências públicas ao ignorar as demandas regionais e ao mesmo tempo fomentam o desenvolvimento desigual ao distribuir maior parcela dos recursos públicos para as regiões economicamente mais dinâmicas.

1. Orçamento Regionalizado e democracia orçamentária

A trajetória da política catarinense é marcada pelo reduto das oligarquias, com pouquíssimas famílias ligadas aos partidos conservadores que historicamente se revezam nas estruturas do poder. Logo, a criação de espaços como os fóruns de discussão e deliberação de políticas públicas que permitem a população participarem da tomada de decisão dos processos políticos não constam na ordem do dia. De maneira geral, dada a reprodução de práticas tradicionais, como o clientelismo e o patrimonialismo, é um desafio colocar a democratização da peça orçamentária como ponto de pauta. Em outros termos, a abertura por meio da participação popular significaria uma ameaça aos interesses oligárquicos.

Centralizando e concentrando as decisões políticas, as oligarquias coíbiam qualquer tipo de movimento democrático. Segundo Bobbio (2011, p. 40) “Se a democracia não consegue derrotar por completo o poder oligárquico, é ainda menos capaz de ocupar todos os espaços nos quais se exerce um poder que toma decisões vinculatórias para um inteiro grupo social”. Em que pese à presença das oligarquias nas estruturas de poder, com o processo de democratização nos anos 1980, somado à eleição de partidos da esquerda nos anos 1990, reportando-se à esfera municipal, aos poucos foi sendo construindo um novo modelo de gestão pública.

A partir de então das experiências do Orçamento Participativo desenvolvidas pela prefeitura de Porto Alegre (1989-93), foi criado em Florianópolis durante a administração da Frente Popular em Florianópolis (1993-96) um novo centro decisório onde o Poder Executivo e Legislativo democratizou o orçamento municipal integrando o cidadão no novo espaço público. Um espaço público não tradicional, que ao contrário dos períodos anteriores quando o orçamento do município era elaborado no gabinete do Secretário da Fazenda passou a ser construído nos galpões junto às comunidades. Este novo centro decisório potencializou o exercício da participação instigando os cidadãos a participar do processo, sendo essa a primeira experiência em Santa Catarina de construção coletiva do orçamento público.

Não vem ao caso analisar se *deram certo ou não* as experiências do Orçamento Participativo em Florianópolis. Esse estudo já foi realizado por Borba e Lüchmann (2007). A questão é que com a eleição de Ângela Amin retornou-se o *modus operandi* tradicional da velha oligarquia. Ou seja, a democratização das decisões através das plenárias e assembleias do Orçamento Participativo construída pelo governo anterior foram suprimidas. Embora a

prefeita Ângela Amin tenha sido suprimido da agenda governamental, a iniciativa de Florianópolis avançou para outros municípios do Estado.

A partir de 1997 houve uma disseminação das experiências de Orçamento Participativo no estado. Chapecó e Blumenau implantaram no ano de 1997. Nesse mesmo ano, Guaraciaba, Dionísio Cerqueira, Irati, União do Oeste e São Lourenço também iniciam a experiência. Depois de 2001 verificou-se uma expansão, derivada principalmente do crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores (BORBA; LÜCHMANN, 2007, p. 30).

Partindo das experiências do Orçamento Participativo de Porto Alegre e das cidades catarinenses citadas, que contemplavam os múltiplos interesses sociais e especialmente por dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares, na busca pela ampliação da participação social na construção da proposta orçamentária o deputado estadual Carlitos Merss apresenta o Projeto de Lei Nº 0071.0/1997. Assentada nos princípios da participação, o Projeto fora convertido na lei complementar nº 157 a qual regulamentou o parágrafo 2º do artigo 47, parágrafo 5º, 6º e 7º, do artigo 120 da Constituição do Estadual (ALESC, 1997).²

Por conta desta propositura, novas relações começariam a ser desenhadas entre Estado e sociedade, uma vez que a partir de então, por força de lei, seriam realizadas audiências públicas regionais para discutir as prioridades regionais para assim inseri-las no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

2. Os primeiros resultados do Orçamento Regionalizado (1997-02)

Considerando a carência de estudos para aprofundar o debate, foi necessário recorrer aos discursos parlamentares disponíveis no Diário Oficial da Assembleia Legislativa e as estatísticas geradas pela Coordenadoria Estadual do Orçamento Regionalizado da ALESC. Nestas duas fontes são disponibilizados relatórios de execução orçamentária, número de participantes e documentos de acompanhamento das ações que foram, ou não, incluídas nos orçamentos anuais. Com estas informações podemos averiguar quais foram os resultados produzidos nestes 15 anos.

Com a conversão do Projeto de Lei Nº 0071.0/1997 na Lei Complementar Nº 157/1997, o Parlamento realizou nove audiências públicas “[...] procurando ouvir, de forma transparente

² Em 20 de maio de 1997 a proposta foi submetida ao plenário. Por 24 votos sim e 12 votos não, o projeto foi aprovado. Posterior sua aprovação foi encaminhado para a sanção do Chefe do Poder Executivo. Em 15 de julho o governo opinou pelo veto. Vetado, o projeto voltou para apreciação do Parlamento. Em 26 de agosto, por 22 votos sim, 11 votos não e 1 abstenção o veto foi derrubado.

e democrática, as reivindicações mais justas, através de obras e serviços de cunho municipal e de cunho regional (ALESC, 1998a, p. 14). Na construção da proposta orçamentária, os parlamentares renunciaram da prerrogativa de apresentar emendas individuais e aprovaram as propostas colhidas em Audiências Públicas Regionais. Na ocasião foram disponibilizados R\$ 100,31 milhões para atender as reivindicações sugeridas em audiência (ALESC, 2003c). Mas o fato de nenhuma obra levantada nos debates regionais e incluída no orçamento do Estado ter sido realizada, não pode servir de desculpa para não participar. As prioridades apontadas não são atendidas é uma razão a mais para questionar a capacidade dos governantes (JORNAL AN CAPITAL, 29 de junho de 1998).

No ano seguinte, apesar da expectativa positiva criada, por representar um fato novo na política, a iniciativa foi novamente frustrada pela falta de execução das obras e/ou serviços aprovados.

Tive a oportunidade de, na última quarta-feira, participar de uma reunião do Orçamento Regionalizado que, sem dúvida nenhuma, traz uma expectativa muito grande àquelas pessoas que lá acorrem, especialmente os mandatários Municipais que sempre têm aquela interrogação: será que desta vez as emendas ao Orçamento do Estado serão cumpridas pelo Poder Executivo? (ALESC, 1998a, p. 15). [Pronunciamento Dep. Afonso Spaniol]

Na sequência, Carlito Meress ocupou a Tribuna proferindo um discurso corroborando com Afonso Spaniol; “[...] percebemos a angústia dos Prefeitos, dos Vereadores, das lideranças empresariais, sindicais e cooperativas, porque também eles dizem com toda a clareza: olha, emenda, promessa, não aguentamos mais” (ALESC, 1998a, p. 16). Embora o Orçamento Regionalizado não tenha integrado a agenda do governador Paulo Afonso, “[...] o Governador eleito, Esperidião Amin, numa conversa informal, comprometeu-se a ser um defensor dessa idéia” (ALESC, 1998b, p. 4).

Como relator do orçamento de 1999, o deputado Gilmar Knaesel destacou que a “[...] maior conquista desta Legislatura: a implantação do Orçamento Estadual Regionalizado” (ALESC, 1998c, p. 6). Na ocasião foram reservados R\$ 183,96 milhões (ALESC, 1998c). No final de seu relatório pontua que o desafio que se evidencia para a próxima Legislatura “[...] será o de se consolidar o processo orçamentário da regionalização, assegurando-se a execução das propostas colhidas, aprovadas e inseridas no Orçamento Anual” (ALESC, 1998c, p. 6).

Para a construção da LOA-2000, a ALESC realizou nove audiências públicas para consultar a população sobre quais seriam as prioridades a serem incluídas no orçamento. De acordo com o deputado Neodi Saretta foram 243 emendas das quais apenas 44 acatadas. Isso

o preocupa, pois entende que o Orçamento Regionalizado deve ser fortalecido. Em relação ao percentual de execução orçamentária das 44 emendas acatadas, não há registro por parte da Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado. Todavia para atender as demandas foram disponibilizados R\$ 10,13 milhões (ALESC, 1999b).

[...] gostaria de dizer que [...] o ex-governador Paulo Afonso simplesmente descumpriu, não deu a mínima. E o Governo (de Esperidião Amin) atual deve, na medida do possível, dar a devida atenção para o Orçamento Regionalizado, porque se está dando um passo em direção à democracia participativa, não apenas representativa (ALESC, 1999a, p. 8). [Pronunciamento Dep. Afonso Spaniol]

Ainda,

Quando em campanha, o candidato a Governador do Estado, em visita à Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado, afirmou ser este um dos processos mais democráticos e transparentes a se fazer o orçamento público. Portanto, prestando total apoio, esperamos que a prática seja tal qual foram os seus compromissos e as suas promessas quando em campanha (ALESC, 2000a, p. 11). [Pronunciamento Dep. Rogério Mendonça]

Na sessão plenária de 17 de maio de 2000, o deputado Francisco de Assis relatou audiência realizada com Esperidião Amin. “O Governador informou que o Estado está quebrado. Disse também que não adianta continuarmos com a idéia do Orçamento Regionalizado, até porque não vai ser possível fazer aquilo que ficar definido” (ALESC, 2000b, p. 14). Após a audiência, o parlamentar sugeriu que fosse extinto o Orçamento Regionalizado. Em contraposição, o deputado Pedro Uczai argumentou na Tribuna que “O Orçamento Regionalizado precisa ser defendido nesta Casa como o principal instrumento democrático, transparente, equitativo para os recursos no Estado de Santa Catarina enquanto discussão orçamentária” (ALESC, 2000b, p. 11).

Para fortalecer a proposta, na discussão do projeto de definia as diretrizes orçamentárias para 2001 a Bancada do Partido dos Trabalhadores protocolou uma emenda para fortalecer o Orçamento Regionalizado. Por ocasião, a emenda estabelecia que “As obras ou prestações de serviços prioritizadas em audiências públicas regionais, na forma da Lei Complementar nº 157 terão prioridade na locação de recursos” (ALESC, 2000c, p. 11). Aprovada em plenário, a propositura foi vetada pelo governado. Mesmo assim foram propostas 227 emendas foram mantidos os R\$ 29,99 milhões disponibilizados (ALESC, 2000d).

Devido à “[...] falta de execução das propostas elencadas e incluídas na LOA, o processo foi se desgastando e perdendo a credibilidade conquistada nos primeiros anos, tanto entre os parlamentares, quanto junto à população” (ALESC, 2003c, p. 68). Dadas estas

condições, em 2002 a Comissão de Finanças e Tributação decidiu não realizar as audiências públicas.

3. Orçamento Regionalizado e as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR)

Em 15 de agosto de 2002, Luiz Henrique da Silveira apresenta aos catarinenses seu programa de governo. Dentre as principais propostas estaria a descentralização das estruturas pública estadual através da criação de Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) – atualmente são 36. A proposta previa a participação das comunidades de cada microrregião além da regionalização do Orçamento. Constituir-se-ia ainda fórum permanente de debates sobre a aplicação do Orçamento Regionalizado (SILVEIRA; MOREIRA, 2002).

Poder Executivo deverá revisar sua prática diante do Parlamento, respeitando as prioridades estabelecidas pela sociedade catarinense, mediante as audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, abandonando o boicote e prestado todo o apoio e reconhecimento legal às referidas audiências (ALESC, 2002, p. 12). [Pronunciamento Dep. Afrânio Boppré]

Eleito governador, em 01 de janeiro de 2003 discursa da Tribuna da Assembleia Legislativa que os “[...] cidadãos terão voz ativa em todas as atividades da vida política, em especial na definição e aplicação do Orçamento Regionalizado” (ALESC, 2003a, p. 3). Na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2004, o deputado Herneus de Nadal ocupa a Tribuna realizando o seguinte pronunciamento:

Vamos ter um Governo novo, moderno, participativo, onde a voz do povo vai decidir as questões regionais, aquilo que lutamos aqui e nunca fomos respeitados. O Orçamento Regionalizado, até há pouco dias, era brincadeira, um desrespeito com a comunidade, era enganar o povo. E hoje só vamos acompanhar para que possamos fazer o Orçamento Regionalizado, de fato e de direito, na base, com a voz do povo (ALESC, 2003b, p. 11).

O início de um novo governo é um momento propício para a mudança na agenda. Nesta direção, o Parlamento catarinense realizou 29 audiências, uma em cada SDR, para definir as propostas que seriam incluídas no PPA 2004-07 e LOA-2004. “Neste ano, apesar do desgaste acumulado pela ALESC na implantação do Orçamento Regionalizado, as expectativas se ampliam, visto o comprometimento do Poder Executivo com tamanha causa” (ALESC, 2003d, p. 5).

Para facilitar a estruturação da análise do Orçamento Estadual Regionalizado, o capítulo será dividido em três subseções: i) Plano Plurianual 2004-07, ii) Plano Plurianual 2008-11, iii) Plano Plurianual 2012-15.

3.1. Plano Plurianual 2004-07

Através dos relatórios emitidos pela Coordenadoria Estadual do Orçamento Regionalizado, nas audiências públicas realizadas em 2003 participaram 3.164 pessoas sendo definidas 788 prioridades a serem inclusas no PPA 2004-07. Das 788 para o quadriênio, 93 foram elencadas para serem incluídas já na LOA-2004. As demais 695 ficariam para os orçamentos seguintes (ALESC, 2003d).

Tabela 1: Propostas por área, quadriênio 2004-07

	Nº Prioridades	%
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	179	22,72
Organização e Lazer	137	17,39
Infraestrutura	120	15,23
Agricultura e Política Rural	99	12,56
Saúde	93	11,80
Educação e Inovação	88	11,17
Segurança Pública	69	8,76
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	3	0,38
TOTAL	788	100

Fonte: Coordenadoria Estadual do Orçamento Regionalizado, Audiências Públicas 2003.
Elaboração própria.

Quanto à dotação orçamentária para a execução das prioridades da LOA-2004, como resultado das audiências públicas de 2003, não há registro.

Em junho de 2004 o presidente do Legislativo suspendeu as sessões para realizar as audiências do Orçamento Regionalizado que definiriam as prioridades de investimentos para a LOA-2005. Somando as 36 SDR, participaram 2.153 pessoas e 224 prioridades foram definidas. Do total, 53,13% tiveram sua dotação orçamentária anulada. Dos R\$ 442,96 milhões orçados, foram executados R\$ 182,26 milhões, restando um saldo de R\$ 260,70 milhões (ALESC, 2005b).

No exercício de 2005 participaram 2.143 pessoas e 93 prioridades foram definidas para serem incluídas no orçamento de 2006. Para corresponder as expectativas foram orçados R\$

211,25 milhões. Todavia o valor executado foi de R\$ 36,61 milhões. Das 93 demandas, 86,02% delas tiveram seu orçamento anulado (ALESC, 2006b).

Com a presença de 702 pessoas nas audiências públicas realizada em 2006, no orçamento estadual de 2007 foram inseridas 88 prioridades com uma dotação de R\$ 193,49 milhões. Das 88 prioridades, 78,41% delas tiveram suas dotações anuladas. Dos recursos colocados à disposição, apenas R\$ 29,69 milhões foram empenhados (ALESC, 2007).

[...] sei que a ideia do Orçamento Regionalizado é uma ideia que nasceu comprometida com a participação popular, que hoje ficou reduzida, [...] a uma expressão de participação **chapa branca**, ou seja, nas audiências do Orçamento Regionalizado, os carros estacionados do lado de fora são todos os da administração do governador Luiz Henrique da Silveira, das prefeituras, das Câmaras de Vereadores (ALESC, 2005a, p. 28). (*grifos do autor*) [Pronunciamento Dep. Afrânio Boppré]

No quadriênio, do total das 788 prioridades (considerada a deficiência de informações no período de 2004, no triênio de 2005-07), nos orçamentos foram incluídas 405 ações. Deste total, 66,17% tiveram suas dotações suprimidas. Por isso o Orçamento Regionalizado caiu em descrédito, o que levou ao seu esvaziamento. Dos R\$ 847,70 milhões colocados a disposição, R\$ 248,56 milhões foram empenhados, restando um saldo no triênio de R\$ 599,14 milhões (ALESC, 2005, 2006b, 2007). Em média, no quadriênio participaram 2.040 pessoas, o que representa 0,051% do eleitorado catarinense.

3.2. Plano Plurianual 2008-11

Com a reeleição do governador Luiz Henrique da Silveira, o principal compromisso com Santa Catarina era solidificar o processo de descentralização para assim intensificar a regionalização dos processos decisórios (SILVEIRA; PAVAN, 2006). Entretanto nesta segunda etapa não foram assumidos compromissos com o Orçamento Regionalizado.

Desconsiderando a postura do governo estadual, em de junho de 2007 a ALESC realizou nove audiências públicas para ouvir a população e colher as prioridades a serem incluídas na LOA-2008 e PPA-2008-11. A orientação era que cada SDR indicasse 12 ações para o PPA-2008-11, sendo três prioridades por ano (ALESC, 2007b). Na ocasião foram nominadas 432 ações para o quadriênio.

Tabela 2: Propostas por área, quadriênio 2008-11

	Nº Prioridades	%
Infraestrutura Rodoviária	131	30,32
Educação e Inovação	62	14,35
Saúde	56	12,96
Saneamento e Abastecimento de Água	33	7,64
Esporte, Lazer, Turismo e Cultura	28	6,48
Agricultura e Política Rural	27	6,25
Habitação Rural e Urbana	24	5,56
Segurança Pública	21	4,86
Outros	17	3,94
Desenvolvimento Regional	11	2,55
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	10	2,31
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	8	1,85
Gás e Energia	4	0,93
TOTAL	432	100

Fonte: Coordenadoria Estadual do Orçamento Regionalizado, Audiências Públicas 2007.
Elaboração própria.

Com a presença de 1.024 pessoas nas audiências de 2007, foi definido para 2008 um total de 94 prioridades. Para atender as demandas regionais a Assembleia Legislativa aprovou um orçamento R\$ 230,51 milhões. Das 94 prioridades, 53,19% delas acabaram suprimidas. Do recurso disponível foram empenhados R\$ 60,28 milhões (ALESC, 2008b).

Orçamento Regionalizado, que tem um objetivo importante, que é a democracia participativa, a participação popular, o aspecto pedagógico do Orçamento Regionalizado, a cidadania, a informação e a transparência. [...] Mas nós precisamos, urgentemente, rediscutir o modelo do Orçamento Regionalizado. Nós temos uma demonstração de que em 2005 a 2008 as obras que foram priorizadas não foram feitas (ALESC, 2008a, p. 13). [Pronunciamento Dep. Sílvio Dreveck]

Devido à desconsideração pelo Poder executivo das demandas definidas nas audiências de 2008, nas audiências públicas de 2009 participaram 360 pessoas. Para atender as 87 prioridades foram disponibilizados R\$ 236,42 milhões. Das 87 prioridades, 70,11% delas acabaram suprimidas. Do recurso disponível, apenas R\$ 77,94 milhões obtiveram empenho (ALESC, 2009a).

Em 2010, das 96 prioridades nominadas pelos participantes durante a realização das audiências de 2009, 73,96% delas acabaram sendo suprimidas do orçamento. Dos R\$ 188,48 milhões, apenas R\$ 49,20 milhões foram aplicados (ALESC, 2010). Na oportunidade participaram das audiências 966 pessoas.

Com a presença de 858 pessoas na realização das audiências públicas regionais de 2010, para 2011 foram definidas 115 prioridades. Deste total, 75,65% foram anuladas no decorrer do ano por decreto do executivo. Dos R\$ 236,93 milhões disponíveis, R\$ 99,20 milhões foram empenhados (ALESC, 2011).

Das 432 prioridades para o quadriênio 2008-11, 392 delas foram incluídas nos orçamentos. Destas, 68,62% acabaram suprimidas. Quanto à dotação orçamentária, dos R\$ 892,34 milhões foram empenhados R\$ 286,62 milhões, ficando um saldo de R\$ 605,72 milhões (ALESC, 2008b, 2009a, 2010, 2011). Em média, no quadriênio participaram 1.216 pessoas, representando 0,030% do eleitorado catarinense.

3.3. Plano Plurianual 2012-15

O início de um novo governo é um momento propício para mudanças na agenda. Outra oportunidade de mudança surge quando um problema consegue atrair a atenção do governo. Uma vez que ascendessem na agenda de governo, há uma tendência muito grande das decisões políticas públicas voltarem para o cumprimento do conjunto das demandas definidas como prioridades. Isso se supõe que quando uma questão é definida como prioridade se cria um ambiente favorável. Capela (2006) pontua que quando uma propositura é percebida como viável, ela é rapidamente difundida. Seria então o Orçamento Regionalizado uma proposição inviável? Ou as prioridades até então não foram cumpridas por causa de obstáculos que não estavam previstos ou que surgiram dentro das estruturas de governo?

Na proposta de governo apresentada pelo governador Raimundo Colombo, o Orçamento Regionalizado não foi citado, dando a entender de que não estaria dentro do conjunto das prioridades de seu governo. Mesmo não sendo incorporado ao programa de governo, em 2011 a Assembleia Legislativa promoveu 13 audiências. Na oportunidade foram definidas 432 prioridades para o quadriênio 2012-15. Considerando que estamos no segundo ano do PPA, analisaremos somente os resultados obtidos no exercício até abril de 2013.

Nas audiências públicas realizadas em 2011 compareceram 1.333 pessoas e 178 prioridades foram definidas para serem incluídas no orçamento de 2012. Para corresponder às expectativas, foram orçados R\$ 256,41 milhões. Das 178 prioridades, 80,89% delas acabaram suprimidas. Do orçamento disponível, o Estado aplicou R\$ 63,8 milhões (ALESC, 2012).

Tabela 3: Propostas por área, quadriênio 2012-15

	Nº Prioridades	%
Infraestrutura Rodoviária	183	42,36
Saúde	66	15,28
Educação e Inovação	29	6,71
Agricultura e Política Rural	27	6,25
Esporte, Lazer, Turismo e Cultura	24	5,56
Segurança Pública	24	5,56
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	14	3,24
Assistência Social	14	3,24
Saneamento e Abastecimento de Água	11	2,55
Obras de Contenção de Cheias	11	2,55
Outros	10	2,31
Habitação Rural e Urbana	7	1,62
Desenvolvimento Regional	6	1,39
Gás e Energia	6	1,39
TOTAL	432	100

Fonte: Coordenadoria Estadual do Orçamento Regionalizado, Audiências Públicas 2011.
Elaboração própria.

Com a presença de 1.013 pessoas nas audiências de 2012, foi definido para 2013 um total de 108 prioridades. Para realizar as demandas definidas foram orçados R\$ 89,19 milhões. Das 108 prioridades, 98,14% ainda não obtiveram a liberação de recursos. Do orçamento disponível (até abril) foram aplicados R\$ 381,41 mil (ALESC, 2013).

Há anos vimos questionando o Orçamento Regionalizado, porque, na verdade, vamos para o interior do estado, falamos com a população, constatamos as necessidades, colocamos no Orçamento, mas nada é cumprido. Nos últimos encontros, inclusive, o público nem compareceu mais às audiências porque não acredita mais no cumprimento do que é apontado como prioritário (ALESC, 2011, p. 5). [Pronunciamento Dep. Sílvio Dreveck]

Embora as SDR tenham sido motivadas por maior aproximação do governo aos anseios regionais, as demandas do Orçamento Regionalizado construídas pelo coletivo não foram incluídas na agenda de governo. Subtende-se que a descentralização distanciou-se de seus propósitos e que as SDR não possuem autonomia orçamentária para executar as prioridades definidas em audiências.

Para fazer parte da agenda governamental necessariamente tem que despertar a atenção e o interesse dos formuladores de política. No entanto, os resultados obtidos sinalizam que a proposta não despertou o interesse do governo.

4. Orçamento Regionalizado e distribuição orçamentária desigual

A distribuição geográfica dos recursos públicos entre as diferentes regiões catarinenses é fonte de conflitos, uma vez as regiões economicamente mais dinâmicas concentram a maior parcela. Para contrabalancear essa divisão desigual, foram criadas as SDRs, que levariam em consideração as demandas definidas pelo Orçamento Regionalizado. No entanto, os dados sobre a dotação orçamentária disponível e realizada no período 2005-12 apontam uma distribuição desigual, tanto na dotação orçamentária orçada quanto na realizada.

Tabela 4: Dotação orçamentária no período de 2005 a 2012 (R\$ milhões)

Secretaria de Desenvolvimento Regional	Orçado	Realizado	%
SDR Grande Fpolis	218,1	57,5	26,40
SDR Araranguá	196,8	5,0	2,54
SDR Joaçaba	133,1	10,8	8,15
SDR Lages	132,2	14,4	10,94
SDR Chapecó	141,6	108,4	76,60
SDR Itajaí	106,8	19,1	17,95
SDR Blumenau	97,8	34,4	35,13
SDR Joinville	80,6	42,2	52,38
SDR Ituporanga	79,3	50,9	64,23
SDR Campos Novos	64,6	19,7	30,54
SDR Rio do Sul	69,0	5,7	8,36
SDR São Miguel do Oeste	52,3	23,2	44,41
SDR Criciúma	70,3	9,1	12,97
SDR Mafra	63,8	25,6	40,03
SDR Ibirama	36,9	10,4	28,13
SDR Laguna	50,3	14,9	29,70
SDR Maravilha	33,2	12,8	38,71
SDR Jaraguá do Sul	32,1	13,9	43,55
SDR Curitibanos	27,8	20,9	74,92
SDR Concórdia	27,1	5,1	18,81
SDR Braço do Norte	34,4	8,1	23,63
SDR Tubarão	47,7	17,1	35,97
SDR Quilombo	24,1	17,4	72,26
SEDR Caçador	23,5	7,5	32,04
SDR Videira	22,9	4,6	20,28
SDR Seara	20,8	2,0	9,62
SDR São Joaquim	23,5	8,9	37,94
SDR Xanxerê	35,4	8,2	23,11
SDR Palmitos	11,2	6,4	57,33
SDR Dionísio Cerqueira	8,9	47,6	5,32
SDR Brusque	4,5	3,2	72,03
SDR São Lourenço do Oeste	5,4	0,2	5,26
SDR Canoinhas	9,7	0,6	6,63
SDR Itapiranga	4,2	2,9	68,74
SDR Timbó	2,6	1,7	65,76
SDR Taió	0,5	-	-
TOTAL	1.994,1	594,5	29,81

Fonte: Coordenadoria do Orçamento Estadual da ALESC.

Elaboração própria.

Na análise comparativa da distribuição dos recursos, a criação das SDR não alterou a estrutura orçamentária, uma vez que as cinco regiões economicamente mais desenvolvidas (Florianópolis, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul e Chapecó) concentraram 28,59% do orçamento orçado e 43,17% do realizado. Numa análise inversa, as cinco SDR que apresentam menor Índice de Desenvolvimento Humano (Lages, Caçador, Curitiba, São Lourenço do Oeste e São Joaquim) obtiveram 10,65% dos recursos orçados e 8,76% do realizado. Numa outra análise, na tabulação dos dados observamos que as SDR litorâneas concentram 47,12% dos recursos orçados e 37,84% do realizado enquanto que as SDR do Extremo Oeste 5,79% do orçado e 7,78% do executado.

Ainda, na tabela 4, observamos que enquanto a SDR de Araranguá teve um empenho de 2,54% da dotação orçamentária disponível, a SDR de Criciúma que faz fronteira chegou a 12,97% e a SDR de Tubarão, que faz fronteira com a SDR de Criciúma, 35,97%. As desigualdades também se manifestam na região Oeste. À medida que 76,60% dos recursos pela SDR de Chapecó foram realizados, na SDR de Seara o realizado não passou de 9,62% e na SDR de Xanxerê 23,11%.

Portanto, se um dos objetivos da criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional seria em honrar os compromissos do Orçamento Estadual Regionalizado e descentralizar os recursos públicos, convém uma reavaliação dos objetivos uma vez que os resultados pretendidos são questionáveis.

Considerações Finais

O estudo artigo procurou analisar a trajetória do Orçamento Regionalizado no período de 1997 até abril de 2013 fazendo uma abordagem das prioridades definidas em audiências públicas. Mesmo com estruturas governamentais geograficamente descentralizadas, pudemos observar que há uma baixa execução das prioridades, que certamente tem contribuído para a baixa participação.

Em 15 anos, podemos observar que há um descompasso entre o orçamento disponível e o realizado. Dos recursos colocados a disposição no período 2005-07, apenas 29,33% foram realizados. No triênio, das 405 prioridades 66,17% não foram atendidas. As demais foram atendidas parcialmente (ALESC, 2005b, 2006, 2007). No período 2008-11, das 392 prioridades 68,62% não foram atendidas. Neste quadriênio o percentual do orçamento

aplicado foi 32,10%, um pouco maior quando comparado com o período anterior (ALESC, 2008b, 2009a, 2010, 2011).

Entre 2012-15, os resultados obtidos em 2012 e até abril de 2013 são pífios quando comparados com os exercícios anteriores. Do orçamento colocado à disposição, apenas 25,01% foram empenhados. Em relação ao número de prioridades, 75% delas ainda não foram atendidas (ALESC, 2011, 2012). Quanto ao percentual realizado, eles privilegiaram as regiões economicamente mais dinâmicas contribuindo assim para acirrar as disparidades regionais.

Apesar das dificuldades, o Orçamento Regionalizado tem alcançado alguns resultados positivos, tais como a construção do hospital regional de São Miguel do Oeste Terezinha Gaio Basso, reivindicada no início dos anos 2000. Há ainda inúmeras ações, nas mais diversas áreas, que foram contempladas nestes 15 anos. A questão é que as prioridades regionais incluídas no orçamento na média não superam 30%. Agora, se por outro lado parte do insucesso do Orçamento Regionalizado está na falta de mobilização dos sujeitos, por outro o corpo técnico que integra a Coordenadoria do Orçamento Regionalizado na Assembleia Legislativa que subsidia a organização das audiências apresenta deficiências, contribuindo para o seu engessamento.

Como podemos remediar isso? A primeira vista a solução parece ser bastante simples. Porém, requer uma reavaliação por parte do Poder Executivo e do Legislativo. Enquanto não constar na agenda de governo, os resultados obtidos continuarão os mesmos. Por esse motivo, o Orçamento Regionalizado caiu no descrédito e tornou-se um instrumento desacreditado. Quanto aos objetivos de levantar as necessidades apontadas pela sociedade, discutí-las, sistematizá-las e priorizar propostas de investimentos visando sua inclusão nos Projetos de Leis do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, ainda é um mito.

Quanto à pífia participação, acaba legitimando a postura do governo em não realizar o que é definido como prioridade. Outro aspecto igualmente relevante é que não somente o Executivo impõe dificuldades à participação, como o Parlamento, uma vez que as audiências públicas são realizadas em horário comercial. A escassa participação também está diretamente relacionada à falta de motivação. Não por menos, as audiências são divulgadas apenas por correio eletrônico ou correspondência sem uma divulgação na mídia local. Considerando que o Orçamento Regionalizado repousa na mobilização das estruturas legislativas, e não pelo coletivo dos sujeitos sociais, certamente tem colaborado para a baixa presença.

Diante destas considerações, resta um duplo desafio; de um lado denunciar os responsáveis pelo seu descumprimento, de outro, urge os movimentos sociais serem os protagonistas e não mais coadjuvantes. Para isso é fundamental participar das audiências regionais e posteriormente cobrar sua execução. Mesmo com a escassa participação nas audiências nestes 15 anos, até quando as decisões forem descumpridas pelo Poder Executivo, a participação popular tende a ficar esvaziada e reduzida às “chapas brancas”. Diante disso, o descrédito perpetuará pelas gerações futuras.

Por fim, o Orçamento Regionalizado é uma extraordinária experiência colocada em prática nos últimos anos que sobrevivem a cinco administrações estaduais coordenadas por diferentes partidos e coligações partidárias, mas que precisa de decisão política para que sejam cumpridas as demandas apontadas como prioritárias. Para tanto, não estando presente na agenda governamental não implica necessariamente no seu descarte, mas é um indicativo de que enfrentará dificuldades.

Referências bibliográficas

Livros:

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 2011. 207p.

BORBA, J.; LÜCHMANN, L. H. (org). **Orçamento Participativo: análises das experiências desenvolvidas em Santa Catarina**. Florianópolis, SC : Insular, 2007. 224p.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo, SP : Edições Loyola, 2006. 382p.

Periódicos:

CAPELA, A. C. N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, SP : n° 61, 1º semestre de 2006, PP. 25-52.

Leis:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC). **Lei Complementar N° 157, de 9 de setembro de 1997**. Regulamenta os §§ 5º 6º e 7º do artigo 120 da Constituição Estadual, e adota outras providências. Florianópolis, SC.

Relatórios de Execução Orçamentária:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC). **Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004-2007 e LOA 2004**. 2003d, p. 220.

_____. **Acompanhamento da Execução Orçamentária – Audiências Públicas Regionais, 2005**. Coordenadoria do Orçamento Regionalizado. 2005b. 38p.

_____. **Acompanhamento da Execução Orçamentária – Audiências Públicas Regionais, 2006**. Coordenadoria do Orçamento Regionalizado. 2006b. 32p.

_____. **Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2008-2011 e LOA 2008**. 2007, p. 87.

_____. **Acompanhamento da Execução Orçamentária – Audiências Públicas Regionais, 2008.** Coordenadoria do Orçamento Regionalizado. 2008b. 87p.

_____. **Acompanhamento da Execução Orçamentária – Audiências Públicas Regionais, 2009.** Coordenadoria do Orçamento Regionalizado. 2009a.

_____. **Acompanhamento da Execução Orçamentária – Audiências Públicas Regionais, 2010.** Coordenadoria do Orçamento Regionalizado. 2010. 36p.

_____. **Acompanhamento da Execução Orçamentária – Audiências Públicas Regionais, 2011.** Coordenadoria do Orçamento Regionalizado. 2011. 36p.

_____. **Acompanhamento da Execução Orçamentária – Audiências Públicas Regionais, 2011.** Coordenadoria do Orçamento Regionalizado. 2012. 36p.

_____. **Acompanhamento da Execução Orçamentária – Audiências Públicas Regionais, 2012.** Coordenadoria do Orçamento Regionalizado. 2013. 36p.

Diário Oficial da ALESC:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC). **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.558/1998a.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.576/1998b.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.586/1998c.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.624/1999a.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.704/1999b.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.735/2000a.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.740/2000b.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.772/2000c.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.807/2000d.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 4.979/2002.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 5.059/2003a.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 5.099/2003b.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 5.214/2003c.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 5.530/2005a.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 5.918/2008a.

_____. **Diário Oficial da Alesc.** Nº 6.267/2011.

Planos de Governos:

SILVEIRA, L. H.; MOREIRA, E. P. **Plano 15: Por Toda Santa Catarina.** Plano de Governo 2003-2006. 2002, 19p.

SILVEIRA, L. H.; PAVAN, L. **Plano 15: A Mudança Continua.** Plano de Governo 2007-2010. 2006, 20p.

Artigos de Jornais:

JORNAL AN CAPITAL. Editorial. **Como ser cidadão.** Florianópolis, 29 de jun. 1998. Coluna Opinião, p. 2.

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM SANTA CATARINA, 2003 - 2009³

Luciane Tischler Rudnick⁴

Marcos Antonio Mattedi⁵

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar e comparar os resultados das atividades desenvolvidas pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) com os objetivos da política de descentralização administrativa de Santa Catarina, implantada em 2003. Para isso foram pesquisadas onze das trinta e seis SDR distribuídas nas diversas regiões do Estado. Considerando as diferenças regionais, observou-se a persistência da concentração de recursos na região da capital catarinense e nas regiões mais desenvolvidas economicamente, localizadas próximas ao litoral. Entretanto, as SDR do interior do Estado receberam investimentos significativos, embora insuficientes, para fomentar o desenvolvimento de suas regiões de abrangência.

Palavras-chave: Santa Catarina; descentralização; desenvolvimento regional.

AN ANALYSIS OF THE ADMINISTRATIVE DESCENTRALIZATION POLICY IN SANTA CATARINA, 2003-2009

Abstract: The objective of this work was to analyze and compare the results of the activities developed by Regional Development Secretaries (SDR) with objectives of the administrative policy of decentralization of Santa Catarina, implanted in 2003. For this reason eleven of thirty-six SDR in different regions of the State. Considering regional differences, it has been observed that there is concentration of resources in the capital region and in other economically developed regions near the coast of the state. However the SDR the countryside of the state has received investments but it has been not enough to development them.

Keywords: Santa Catarina; decentralization; regional development.

³ Este artigo é resultante de parte da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – UnC, campus de Canoinhas – SC, defendida em fevereiro de 2010 e financiada pela FAPESC.

⁴ Socióloga, Mestre em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – UnC, *Campus* de Canoinhas – SC. lucianerudnick@yahoo.com.br

⁵ Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e estágio pós-doutoral no Centre de Sociologie de L'innovation – ENMP/Paris. Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC – *Campus* de Canoinhas – SC. E-mail: mam@furb.br

INTRODUÇÃO

Em Santa Catarina a política de descentralização administrativa e regionalização do orçamento foram implantadas em 2003, no início do governo de Luiz Henrique da Silveira. Essa reestruturação do Estado teve como principal justificativa a incapacidade da centralização da administração pública estadual em atender as demandas regionais pela falta de projetos de desenvolvimento regionalizado. A ausência de políticas públicas regionalizadas estaria contribuindo para o processo de “litoralização”, ou seja, o interior do Estado estaria perdendo a população.

Com o intuito de reverter, ou minimizar esse processo era preciso implantar um novo modelo de gestão e estrutura organizacional da administração pública que visasse desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão garantindo assim a eficiência, a eficácia dos serviços públicos. Para atingir o objetivo de reduzir as desigualdades entre as regiões, o governo do Estado criou as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e os respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, considerados como braços operacionais do Estado nas regiões de sua abrangência.

Dessa forma, o trabalho faz uma análise da política de descentralização administrativa implantado em Santa Catarina a partir de 2003, comparando os resultados das atividades desenvolvidas pelas SDR com os objetivos da descentralização, especialmente de reduzir as desigualdades regionais. Para isso, foram pesquisadas onze das trinta e seis SDR distribuídas nas diversas regiões do Estado tendo como critério de escolha a localização geográfica. Assim, foram escolhidas duas SDR em cada região, a saber: Jaraguá do Sul e Canoinhas na região Norte, no Vale do Itajaí Blumenau e Taió, a capital do Estado Florianópolis, no Oeste Concórdia e São Miguel do Oeste, na região Serrana Lages e São Joaquim e, Criciúma e Laguna na região Sul.

Em termos metodológicos, o primeiro passo foi a realização de pesquisa bibliográfica e documental sobre o planejamento político de Santa Catarina da década de 1950 a 2002 e sobre a descentralização catarinense implantada a partir de 2003. Em seguida, os relatórios de atividades desenvolvidas em cada SDR pesquisada foram analisados para averiguar a proximidade dos resultados com os objetivos da descentralização.

II- AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA

2.1 - Os planos de governo em Santa Catarina de 1950 a 2002

De acordo com Birkner (2006) o planejamento governamental de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento em Santa Catarina é recente e ocorreu a partir da metade da década de 1950 acompanhando paralelamente a elaboração dos planejamentos nacionais.

A primeira experiência de planejamento foi o Plano de Obras e Equipamentos (POE), elaborado no governo de Irineu Bornhausen (1951-1955) para um período de dez anos e representava uma estratégia política, amarrando a continuidade de Bornhausen nas eleições de 1960. (GOULARTI FILHO, 2005, p. 632). Com a finalidade de orientar a atuação do poder público (BIRKNER, 2006, p. 56), a criação do POE “[...] representou a primeira tentativa, no Estado, de vinculação de recursos a um programa plurianual de investimentos em obras predefinidas” (MATTOS *apud* GOULARTI FILHO, 2005, p. 632). As áreas de investimento previstas no POE seriam: as estradas de rodagem, a energia elétrica, a agricultura e, saúde e educação.

Em 1960 com a mudança de governo de Irineu Bornhausen para Celso Ramos, o POE é substituído pelo Plano de Metas do Governo (PLAMEG) e permanece em vigência até 1970, no governo de Ivo Silveira (PLAMEG II). Os investimentos foram direcionados, principalmente, para a área de estradas e rodagem, energia elétrica, agricultura e, educação e cultura (BIRKNER, 2006). De acordo com Goularti Filho (2005) o PLAMEG inaugurou uma nova fase da economia catarinense, pois os grandes industriais começaram a participar de forma mais decisiva na esfera política e a indústria catarinense passa a ser pensada pelo Estado. O processo de integração e consolidação do capital industrial foi conduzido pelo Estado através de investimentos em infraestrutura e na oferta de linhas de crédito de longo prazo.

Com o PLAMEG foram criados o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), posteriormente transformado em Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Para administrar o Plano foi instituído o Gabinete

de Planejamento e seu órgão de supervisão passou a ser o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), que incluiu representantes do governo estadual, de trabalhadores e das classes produtoras. (BIRKNER, 2006).

Em 1971 o governador Colombo Machado Sales substituiu o PLAMEG pelo Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD). Essa mudança não significou uma ruptura do plano anterior, mas a tentativa de aperfeiçoamento (BIRKNER, 2006). O PCD seguia o “modelo de desenvolvimento” apresentado pelo governo Médici. Tinha o propósito de integrar as regiões catarinenses e, com o intuito de descentralizar as políticas econômicas o Estado foi subdividido em 13 microrregiões (GOULARTI FILHO, 2005).

De acordo com Birkner (2006, p. 59)

Além de dar continuidade às metas do PLAMEG, o PCD fixava novas prioridades, entre as quais a construção de um sólido sistema financeiro e de assistência técnica à produção, a integração estadual pelas rodovias e pelo sistema de comunicação, a consolidação do sistema energético, os investimentos em educação e saúde, saneamento e desenvolvimento científico-tecnológico. Decorrência do PCD é a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que passaria a planejar de forma global o desenvolvimento.

No governo de Antonio Carlos Konder Reis, entre 1975 a 1979 foi elaborado o Plano de Governo (PG), em consonância com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O PG pretendia, de acordo com Birkner (2006, p. 61) melhorar a aplicação dos incentivos fiscais e dos mecanismos de crédito à produção, a melhoria da qualidade de vida no campo e a organização de conselhos comunitários.

Segundo Goularti Filho (2005, p. 640) o Plano estava pautado em duas áreas básicas: a econômica (telecomunicações, transportes, política de estoques reguladores, extensão e assistência técnica rural, políticas regionais e distribuição de energia elétrica) e a social (ampliação da eletrificação rural, criação de conselhos comunitários, medicina preventiva, dentre outros). Este período é marcado pela criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social (CEDS) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CEDE).

Birkner (2006) enfatiza que a partir do PLAMEG Santa Catarina teve um crescimento econômico expressivo (11,3% ao ano) devido à aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. No entanto, a partir de 1979 entram no cenário catarinense os governos liberais e, conseqüentemente ocorre um processo de retirada, ou distanciamento, do Estado nas políticas de desenvolvimento.

Em 1979 Jorge Konder Bornhausen (1979-1982) assumiu o governo em Santa Catarina e, por seguir uma linha mais liberal, com menor participação do Estado nas

atividades econômicas, apresentou propósitos políticos e econômicos diferentes de seus antecessores. Foi elaborado o Plano de Ação (PA), que estava dividido em três programas: Campo Psicossocial, Campo Econômico e Organização Administrativa e Planejamento (GOULARTI FILHO, 2005). Neste período, conforme descreve Birkner (2006) começa a se delinear a preocupação mais específica com o desenvolvimento regional e com a descentralização.

Em 1982, com a volta das eleições para governador, Esperidião Amin é eleito pelo Partido Democrático Social (PDS) (gestão 1983-1987). O Plano de Governo de Amim estava pautado na Carta dos Catarinenses, que pretendia dar “prioridade aos pequenos, participação comunitária, integração estadual e qualidade de vida”. De tendência liberal, visava à redução da participação do Estado na economia. No entanto, na Carta não havia um programa prévio de gastos e estava dividida em três setores: administrativo, social e econômico e de infraestrutura (GOULARTI FILHO, 2005).

Para o período de 1987 a 1990, sob o governo de Cacildo Maldaner, o PMDB elaborou o Plano de Governo Rumo à Nova Sociedade Catarinense. O plano foi construído a partir de 17 Seminários Regionais Permanentes, realizados em várias cidades do Estado. Contemplava quatro grandes áreas: político-institucional, social, econômica e infraestrutura e ambiental. O plano reconhecia a importância do Estado como indutor do desenvolvimento, no entanto, do ponto de vista econômico, advogava em favor da austeridade fiscal e do saneamento do Estado. Já do ponto de vista político e social representava, até então, a proposta mais avançada para a sociedade catarinense, pois previa o orçamento participativo e a participação permanente de todos (GOULARTI FILHO, 2005). Trazia como diretrizes básicas: promover mudanças com coragem e determinação; aprimorar a sociedade construída pelos catarinenses; o homem como objetivo central da ação do governo; descentralizar, modernizar e governar com austeridade e probidade.

Conforme as diretrizes básicas:

No plano executivo aquele instrumento de Governo previa que a gestão dos serviços públicos e a execução de obras de interesse local fossem delegadas aos municípios e a segmentos organizados da sociedade, transferindo-lhes os recursos e a responsabilidade de gerenciá-los, sob a supervisão do governo estadual.

No campo da administração pública preconizava empreender esforços de modernização, adaptando os métodos de trabalho e os seus padrões organizacionais às avançadas tecnologias da comunicação social e do processamento de informações. Ao Estado cabe-lhe assumir o seu papel de agente indutor do desenvolvimento. No campo da Administração Pública colocava como diretrizes: governar com austeridade e eficiência, administrar com probidade, prestigiar a função pública, descentralizar a ação do governo (incentivando à participação

popular nas decisões, acompanhamento da execução de obras e serviços de interesse local e regional, delegando aos municípios e segmentos organizados da sociedade); modernizar a máquina administrativa (incorporando gradativamente os avanços científicos e tecnológicos), alcançar e manter o equilíbrio financeiro, atuar com eficácia e com efetividade, desfazer equívocos e mobilizar todos os potenciais (DARIO, 2004, p. 60-61).

Em 1991, após a eleição de Wilson Kleinünbing para governador, posteriormente assumido por Antônio Carlos Konder Reis, (gestão 1991 - 1994) foi criado o Plano Saúde, Instrução e Moradia (SIM) representando a volta de um plano com previsão de gastos para os quatro anos de governo e com metas mais detalhadas. Do total de gastos neste período, 11,0% seriam destinados a novos investimentos em saúde e educação, habitação e agricultura, indústria, rodovia e saneamento, segurança pública e turismo (GOULARTI FILHO, 2005).

O plano SIM tinha como objetivo alçar Santa Catarina a um novo estágio de desenvolvimento para que o padrão de qualidade de vida fosse compatível com o de alguns países de Primeiro Mundo. Saúde, instrução e moradia seriam levadas a todas as famílias catarinenses. Seguindo a orientação neoliberal, o plano previa ainda a modernização do Estado, com a redução da estrutura organizacional e a transferência para a iniciativa privada de atividades consideradas incompatíveis com a gestão dos negócios públicos (DARIO, 2004).

O Plano de Governo Viva Santa Catarina, do governo de Paulo Afonso (gestão 1995 – 1998), defendia uma gestão mais democrática e descentralizada, como condição necessária para o desenvolvimento auto-sustentado (GOULARTI FILHO, 2005). “A descentralização das ações do governo deve ser buscada permanentemente, com o objetivo de aumentar sua eficácia e facilitar a participação da sociedade na administração” (DARIO, 2004, p. 62).

O Plano era dividido em quatro áreas: a Cidadania, com a geração de novas oportunidades de trabalho e de renda; o Campo, com a valorização do homem e do seu trabalho; a Criança, a construção do futuro; e a Modernização do Estado. Mesmo seguindo uma orientação neoliberal, baseada na diminuição ou na privatização de alguns serviços do Estado, defendia o estabelecimento de parcerias entre o Estado e as ONGs, prefeituras e empresas privadas para o desenvolvimento das ações (GOULARTI FILHO, 2005).

No segundo governo de Esperidião Amin (gestão 1999 – 2002) foi elaborado o Plano de Governo Santa Catarina: Estado Vencedor. Da mesma forma que na Carta aos Catarinenses, o plano estava pautado em fundamentos subjetivos, sem apresentar uma articulação com a realidade concreta para poder transformá-la. Isso pode ser explicado por ser

um plano elaborado por liberais para ser executado por um Estado liberal (GOULARTI FILHO, 2005).

De acordo com Dario (2004) cinco postulados estão presentes no plano: a) incluir - democratizar os benefícios da prosperidade para que um número maior de catarinenses possa usufruir deles⁶; b) crescer: na educação, na saúde, segurança em qualidade de vida, na economia, na renda, na socialização dos benefícios; c) preservar o modelo catarinense que reflete a forma de ser, de pensar, de viver, de prosperar; d) parceria: o governo deve estimular ações e criar oportunidades, não dever ser um distribuidor de favores; e) o bom exemplo indicando a meta final e coletiva.

As ações para modernizar a administração do Estado, conferindo-lhe eficácia e transparência estavam pautadas na: reestruturação da administração pública; implantação do modelo de gestão do Estado por resultados; profissionalização e valorização do servidor público; terceirização, com o cidadão, da administração das necessidades por ele geradas; revisão do modelo previdenciário do Estado e; fortalecimento das administrações municipais (DARIO, 2004).

Em 2003, Luis Henrique da Silveira assume o governo do Estado e inicia o processo de implantação das ações pautadas no Plano 15. A reestruturação proposta nesse plano está embasada em quatro linhas: descentralização, municipalização, prioridade social e modernização do Estado. Inicia-se a partir daí a implantação da política de descentralização administrativa catarinense e a regionalização do desenvolvimento, descrita a seguir.

2.2 A política de descentralização administrativa catarinense

O governo do Estado de Santa Catarina, a partir de 2003, estabeleceu uma nova estrutura organizacional da administração pública estadual, implantando uma política de descentralização administrativa do Estado. Conforme a justificativa do governo catarinense, o Estado tornou-se nos últimos anos da década de 1990, um dos estados campeões nacionais de êxodo rural. Os principais motivos seriam a centralização governamental e a consequente ausência de políticas regionais de desenvolvimento. Esses fatores estariam influenciando na

⁶ Melhores escolas, profissionalização e ingresso no mercado de trabalho, saúde pública, ampliação de renda, habitação, vida digna e plena cidadania política e social.

geração de uma crise urbana caracterizada pelo desemprego, subemprego, favelização, subnutrição e criminalidade⁷.

Dessa forma, o objetivo socioeconômico da descentralização seria o de combater a “litoralização”, fenômeno que vem esvaziando o campo e inchando as cidades, principalmente as litorâneas, a começar pela capital do estado. De fato, principalmente os municípios da região Oeste tiveram uma perda populacional nas últimas décadas, enquanto os municípios mais industrializados e os municípios litorâneos tiveram um ganho populacional. O resultado desse processo está se refletindo na crise urbana apontada pelo governo catarinense e que, embora seja irreversível, pois o processo de urbanização é inevitável, pode ser amenizada se houver um planejamento regionalizado⁸.

A reestruturação proposta pelo governo estadual foi baseada em quatro linhas básicas: a) descentralização, b) municipalização, c) prioridade social e, d) modernização tecnológica. A descentralização é uma proposta de reengenharia da estrutura governamental para que o governo esteja efetivamente em todo o território catarinense, sendo representado pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional e pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional. Na municipalização o Estado servirá de apoio aos municípios por meio de ações que viabilizem a execução de obras locais para garantir a melhoria da qualidade de vida da população local. A prioridade social visa o desenvolvimento de programas estaduais que priorizem a área social como: habitação, saneamento e meio ambiente, atendimento ao menor, adolescente e idoso, entre outros. E a modernização tecnológica tem como finalidade a maior eficiência, transparência e participação da sociedade.

Para promover o desenvolvimento e reverter o processo de litoralização era preciso regionalizar o orçamento, ou seja, criar agências governamentais descentralizadas, as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. As SDR, reunindo atores e entidades locais teriam autonomia para identificar os “gargalos” do desenvolvimento, apontar um conjunto de demandas prioritárias e formular estratégias para a sua operacionalização com o apoio político-institucional governamental (BIRKNER, 2005, p. 185).

O processo político ocorreu através de três reformas. A primeira ocorreu em janeiro de 2003. A Lei Complementar nº. 243 estabeleceu uma nova Estrutura Administrativa do Poder

⁷ Texto extraído do Plano de Governo de Santa Catarina (2003 – 2006) disponível no site <<http://www.sc.gov.br>>

⁸ Em 2005 foi elaborado em cada SDR um Plano de Desenvolvimento Regional intitulado “Projeto Meu Lugar”, uma parceria entre o governo catarinense e o PNUD. Neste documento cada região apresenta seus principais problemas e planeja as principais ações para superá-los e, por conseguinte fomentar o desenvolvimento de seu território.

Executivo do Estado baseada na descentralização e desconcentração da execução das atividades da administração estadual. Através desta Lei foi criado o Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC)⁹, 29 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) e os respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR).

Nesta primeira reforma a descentralização e desconcentração das ações passam a ser efetivadas das Secretarias Centrais para as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional. A execução das ações, programas e projetos das Secretarias Centrais pelas SDR se realizaria de forma ordenada e garantida nos termos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária. (SANTA CATARINA, 2003).

Em janeiro de 2005 foi realizada a segunda Reforma através da Lei Complementar nº. 284. Esta Lei estabeleceu o modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispôs sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo. Neste momento há um aprofundamento da descentralização e um *empoderamento* dos Conselhos de Desenvolvimento Regional. A estrutura passou a ser organizada em dois níveis: a) o nível setorial, através das Secretarias Setoriais, que tem o papel de formular, normatizar e controlar as políticas públicas do Estado, específicas de sua área de atuação e; b) o nível de Desenvolvimento Regional, compreendendo as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, que tem o papel de coordenar e executar as políticas públicas do Estado nas suas respectivas regiões. Foi criada mais uma SDR, totalizando 30 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e seus Conselhos de Desenvolvimento Regional (SANTA CATARINA, 2005).

Com a terceira reforma implantada em 2007 através da Lei Complementar nº. 381 foram criadas mais seis Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, totalizando 36 distribuídas em várias regiões do Estado. Esta etapa representa um aprofundamento do processo de descentralização e a melhor definição de competências das diversas instâncias do poder executivo. O papel das Secretarias Setoriais passa a ser o de planejar e normatizar as políticas públicas do Estado. Já as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional passam a atuar como agências de desenvolvimento, com o papel de executar as políticas do Estado, nas suas respectivas regiões. Cabe às SDR a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais e as estruturas descentralizadas da Administração Indireta do Estado (SANTA CATARINA, 2007).

⁹ O Conselho Estadual de Desenvolvimento – DESENVESC - tem como competência a formulação de políticas estaduais de desenvolvimento econômico, emprego e renda e a busca de um novo modelo de desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina.

2.2.1 As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR)

Em 2003, no início do processo de descentralização, 29 SDR foram implantadas. No entanto com realização das reformas mais 07 SDR foram criadas, totalizando 36 a partir de 2007. A figura 02 e o quadro 01 apresentam a distribuição das SDR nas regiões catarinenses.

De acordo com Birkner (2005, p. 185) as SDR foram criadas “[...] não apenas na perspectiva da descentralização, mas também na criação de um estabelecimento de sinergias entre governos e sociedade organizada [...]”. A criação das SDR, portanto, seria importante “[...] para a geração de ambientes de participação e cooperação a fim de construir estratégias de eficiência governativa na promoção do desenvolvimento regional”.

Quadro 1 - Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional - 2007

01ª São Miguel do Oeste	19ª Laguna
02ª Maravilha	20ª Tubarão
03ª São Lourenço do Oeste	21ª Criciúma
04ª Chapecó	22ª Araranguá
05ª Xanxerê	23ª Joinville
06ª Concórdia	24ª Jaraguá do Sul
07ª Joaçaba	25ª Mafra
08ª Campos Novos	26ª Canoinhas
09ª Videira	27ª Lages
10ª Caçador	28ª São Joaquim
11ª Curitibanos	29ª Palmitos
12ª Rio do Sul	30ª Dionísio Cerqueira
13ª Ituporanga	31ª Itapiranga
14ª Ibirama	32ª Quilombo
15ª Blumenau	33ª Seara
16ª Brusque	34ª Taió
17ª Itajaí	35ª Timbó
18ª Grande Florianópolis	36ª Braço do Norte

Fonte: Santa Catarina, Secretaria do Estado do Planejamento, 2007

De acordo com a referida Lei, as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional devem: a) atuar como agências de desenvolvimento regional; b) articular a transformação das regiões em territórios de desenvolvimento sustentável e de bem estar social; c) motivar o desenvolvimento econômico e social, enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego e renda; d) induzir o engajamento, a integração e a participação da sociedade civil organizada; e) colaborar com a sistematização das propostas dos programas governamentais, dos planos e orçamentos estaduais e; f) promover o planejamento para o desenvolvimento sustentável das áreas de seu espaço regional.

Cabe às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, na qualidade de agências de desenvolvimento, orientar os agentes produtivos e os municípios sobre as opções de financiamento e incentivos financeiros disponíveis nos bancos e agências oficiais, como BRDE, BADESC, PRODEC e PRÓ-EMPREGO.

2.2.2 Os Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR)

Em cada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional foi criado um Conselho de Desenvolvimento Regional. De caráter deliberativo, é um órgão de deliberação coletiva, aconselhamento, orientação e formulação de normas e diretrizes gerais para a execução de Programas voltados para o desenvolvimento regional. Cada Conselho é constituído por:

I - membros natos:

- a) O Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional,
- b) Prefeitos da região de abrangência e;
- c) Os Presidentes das Câmaras de Vereadores da região de abrangência

II - Dois representantes, por município da região de abrangência, membros da sociedade civil organizada, assegurando-se a representatividade dos segmentos culturais, políticos, ambientais, econômicos e sociais mais expressivos da região, definidos por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Compete aos Conselhos de Desenvolvimento Regional, com poder deliberativo:

a) apoiar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual e do Orçamento Anual; b) aprovar os planos e programas relativos ao desenvolvimento regional elaborados em conjunto com as

Secretarias de Estado Setoriais; c) emitir parecer, quando solicitado pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, sobre projetos que requeiram decisão do Chefe do Poder Executivo para efeito de execução; d) auxiliar na decisão quanto à liberação de recursos estaduais para aplicação em projetos de desenvolvimento regional; e) assessorar o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional na coordenação do inter-relacionamento dos setores público, privado e comunidade científica e tecnológica; f) incentivar, orientar e apoiar programas de novos empreendimentos na região; VII - emitir parecer, por escrito, firmado pelos membros do Conselho de Desenvolvimento Regional, a cada quadrimestre, sobre a execução orçamentária e o relatório das atividades executadas na região, por área de atuação, a ser enviado ao Chefe do Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento; g) definir as prioridades de intervenção das funções públicas de interesse comum especificadas na Lei Complementar nº-104, de 04 de janeiro de 1994 e; h) deliberar sobre a instituição e as regras de funcionamento de consórcios no âmbito regional.

Acrescente-se que o organograma dos Conselhos de Desenvolvimento Regional prevê a composição de Comitês Temáticos. Devido à diversidade de ocupações, níveis de escolaridade e formação profissional dos conselheiros, os integrantes dos Conselhos necessitam de um embasamento técnico e político para a tomada de decisões. A criação dos Comitês Temáticos, nesse sentido, é fundamental para preparar o processo de tomada de decisão tendo em vista que a sua função é a de avaliar a qualidade técnica e a viabilidade das solicitações e dos projetos que chegam ao Conselho para a homologação¹⁰.

Os Comitês podem ser formados por secretários municipais, representantes de colegiados e conselhos municipais, de universidades, de entidades empresariais, civis, de trabalhadores, técnicos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, organizações de representações regionais e de consultores independentes de reconhecida capacidade técnica¹¹. Na prática, todavia, a maior parte dos Conselhos de Desenvolvimento Regional ainda não criou os referidos Comitês.

A atuação dos conselheiros é importante no processo de descentralização devido à representação social que é exercida através da participação de diversos segmentos da sociedade. Trata-se de uma co-gestão do território pelo Estado e pela sociedade que permite de um lado uma mudança de atitude por parte dos agentes políticos e, de outro a oportunidade

¹⁰ Texto embasado pela cartilha “Bons Conselhos para o Desenvolvimento”. Governo do Estado de Santa Catarina, 2005.

¹¹ Consulta no sítio eletrônico da SDR de Joinville, disponível em <www.jve.sdr.gov.sc.br>

da sociedade participar do planejamento e da tomada de decisões sobre as ações a serem desenvolvidas em sua região¹².

Contudo, a atuação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional depende do comprometimento de seus agentes com o Plano de Desenvolvimento Regional. Embora a política de descentralização priorize os investimentos em regiões menos desenvolvidas do estado, se não houver qualidade de informação e capacidade técnica para formular projetos coerentes para fomentar o desenvolvimento, os resultados serão ineficazes.

III- RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da análise do total de investimentos destinados às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional estudadas, no período de 2003 a 2009. Cabe lembrar que a principal justificativa do governo de Santa Catarina ao implantar a descentralização estava embasada nos aspectos negativos do processo de “litoralização”. Assim, supostamente, os investimentos deveriam ser direcionados, principalmente às regiões deprimidas economicamente e que apresentavam perda populacional e, conseqüentemente perda de riqueza.

A regionalização do orçamento proposta com a descentralização administrativa representa um passo importante para o desenvolvimento regional. Conforme descreve Ribeiro (2008), com a descentralização ocorre a transferência de competências, poder e recursos financeiros, do governo central para as instâncias locais, tendo como objetivo reduzir a estrutura administrativa para agilizar a gestão de políticas públicas e aproximar o Estado da sociedade. De fato, a política de descentralização administrativa de Santa Catarina transferiu às SDR a competência de gerir os recursos destinados a atender as demandas regionais.

No entanto, não se trata apenas de direcionar os investimentos em determinadas áreas, mas também a possibilidade das regiões discutirem sobre as suas prioridades. Há de considerar que a justificativa do governo do Estado quanto à reestruturação administrativa está embasada nas conseqüências do processo de litoralização, representada principalmente pela falta de políticas de desenvolvimento regionalizado.

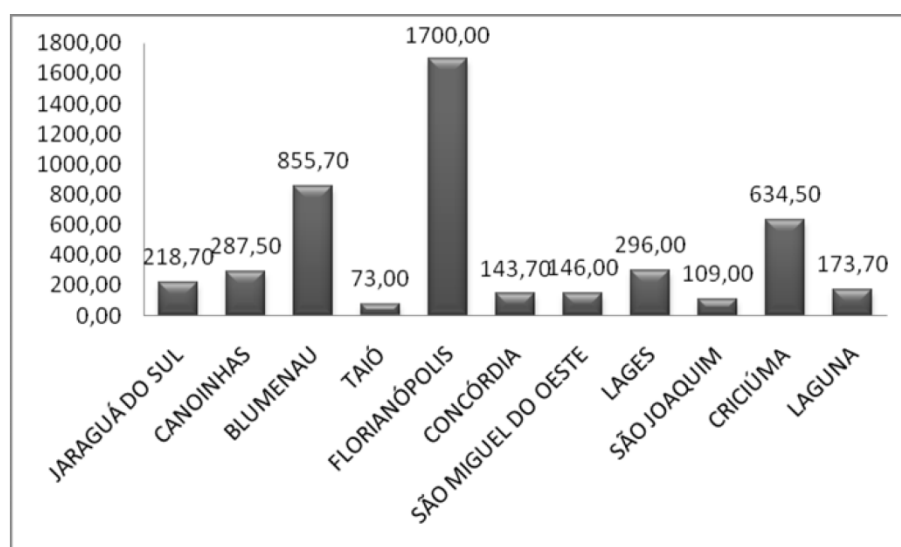
¹² “Bons Conselhos para o Desenvolvimento”. Governo do Estado de Santa Catarina, 2005.

Passados seis anos de descentralização é possível analisar, ainda que superficialmente, se as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, em suas respectivas regiões, estão em consonância com os objetivos propostos pelo governo¹³.

Se a descentralização administrativa e a regionalização do orçamento se justificam pela necessidade de investir principalmente nas regiões menos desenvolvidas do Estado¹⁴, os resultados obtidos demonstram algumas controvérsias.

O gráfico comparativo entre o total de investimentos repassados a cada SDR pesquisada permite constatar que a região de Florianópolis concentrou um volume expressivo de investimentos em relação às secretarias regionais do interior do Estado. Enquanto à Florianópolis foi repassado R\$ 1,7 bilhão, Taió e São Joaquim receberam investimentos inferiores a R\$ 140 milhões.

Figura 1 – Gráfico Comparativo do total de investimentos das SDR, 2003 a 2009



Fonte: Santa Catarina, Secretaria de Estado de Planejamento, 2009

Prosseguindo a análise observa-se que as SDR de Blumenau e de Criciúma, regiões menos desenvolvidas economicamente, foram as que mais receberam investimentos depois de Florianópolis, entre R\$ 855,5 milhões e R\$ 634,5 milhões, respectivamente. Os valores repassados às demais SDR foram inferiores a R\$ 300 milhões. Todavia, ao considerar o investimento *per capita*, é possível constatar, conforme a Tabela 1, que as SDR de Canoinhas, São Miguel do Oeste e São Joaquim receberam valores equivalentes à Florianópolis,

¹³ A centralização das decisões na capital em períodos anteriores estava muito aquém de suprir as demandas do interior do Estado tendo em vista que os investimentos eram concentrados principalmente na região litorânea e nos principais pólos industriais localizados, no jargão popular, “serra abaixo”.

¹⁴ Ver Plano de Governo disponível em <<http://www.sc.gov.br>>

Blumenau e Criciúma. Aproximadamente metade das SDR pesquisadas recebeu investimentos na casa de R\$ 1 mil, enquanto as demais receberam R\$ 2 mil. Esse resultado demonstra que, embora a proposta de regionalização do orçamento seja importante para desenvolver as regiões do Estado, o volume de investimentos de uma determinada região depende das estratégias desenvolvidas em um dado período.

SDR	População	Total de investimentos (milhões)	Investimento <i>per capita</i> (R\$)	Tabela 1 – Total de investimentos <i>per capita</i>
Jaraguá do Sul	199.216	218,7	1.097,00	
Canoinhas	126.403	287,5	2.274,00	
Blumenau	391.199	855,7	2.187,00	
Taió	55.604	73,0	1.312,00	
Florianópolis	830.011	1,7 bilhão	2.048,00	
Concórdia	92.559	143,7	1.552,00	
São Miguel do Oeste	65.083	146,0	2.243,00	
Lages	239.443	296,0	1.236,00	
São Joaquim	51.903	109,8	2.115,00	
Criciúma	371.972	634,5	1.705,00	
Laguna	136.982	173,7	1.268,00	

capita, período de 2003 a 2009

Fonte: Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Planejamento (2009)

Os fatores que explicam a persistência da “concentração” de recursos nas regiões mais desenvolvidas podem estar relacionados à capacidade de articulação política, bem como da capacidade de organização e cooperação entre os municípios de abrangência das SDR que apresentam melhor desempenho. Tendo em vista que a prioridade dos investimentos é para os projetos intermunicipais, a escolha por um projeto de determinada área estaria atrelada a essas condições, ou seja, que beneficiasse o maior número possível de municípios daquela região.

Outro fator que deve ser considerado é a eficiência das ações desenvolvidas nas SDR, uma vez que o atraso na conclusão de obras ou na efetividade das ações compromete os investimentos posteriores.

Quanto à distribuição dos recursos entre as áreas de investimento de cada SDR, é importante destacar que, com a reestruturação da administração pública do Estado, os

recursos foram divididos em 15 áreas¹⁵. Considerando que algumas áreas devem ser priorizadas para incentivar o desenvolvimento regional buscou-se verificar quais tiveram prioridade em cada secretaria regional. De maneira geral três áreas receberam investimentos consideráveis em todas as SDR: Educação, Transporte, Energia e Desenvolvimento Sustentável demonstrando assim a preocupação com setores importantes ao desenvolvimento. Em Florianópolis as áreas de turismo e meio ambiente receberam repasses expressivos em relação às demais regiões, explicada pela preocupação com a infraestrutura turística dessa parte do litoral catarinense.

Porém, as áreas que merecem atenção quando se planeja o desenvolvimento de uma região é o Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo, embora outros fatores sejam importantes, a dinamização da economia é um fator imprescindível. Não basta investir em indústrias, ou no setor de serviços se não houver investimentos em todas as etapas, quer seja, na produção, na qualificação de mão de obra e no poder aquisitivo do público consumidor desses serviços. Mais ainda, é preciso ter capacidade de inovação territorial. Conforme Dallabrida (2008) o padrão de organização socioterritorial é outra variável fundamental para impulsionar o desenvolvimento e está diretamente relacionado com a capacidade de inovação territorial. As inovações são o resultado da aprendizagem coletiva e dependem da qualidade e densidade das instituições e da cooperação local.

Ora, algumas regiões do Estado, localizadas principalmente no Planalto, sofrem algumas restrições quanto à dinamização da economia devido à especialização econômica, como é o caso das indústrias madeireiras e de papel/celulose que são incapazes de formar uma cadeia produtiva que estimule outros setores da economia local/regional. Conforme Goularti Filho (2007) o setor industrial de papel e celulose é o que possui menos efeito de encadeamento no processo produtivo¹⁶. Ou seja, as regiões que concentram esse tipo de indústria estão passando por um processo de estagnação econômica e que, se não tiverem

¹⁵ Conforme o Relatório de Atividades, os recursos são investidos nas seguintes áreas: Educação; Saúde; Segurança Pública, Transporte, Logística e Infraestrutura; Energia e Recursos Naturais; Desenvolvimento Rural e Pesqueiro; Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo; Esporte; Cultura; Turismo; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Habitacional e Urbano; Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação; Modernidade do Estado e Servidor Público; Meio Ambiente.

¹⁶ O autor cita o exemplo das cidades de Três Barras, localizada no Planalto Norte e, Correia Pinto e Otacílio Costa, na região Serrana, em que não há perspectiva de diversificação econômica. São cidades mono industrializadas, apresentam baixo nível populacional e alto nível de produção industrial setorializada, fatores que dificultam os processos de desenvolvimento regional.

capacidade de articulação entre o Estado e a sociedade organizada dificilmente poderão reverter esse quadro.

No entanto, analisando os relatórios das SDR, é possível verificar que os investimentos em Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo foram mais expressivos em Blumenau e Criciúma. Em Blumenau foram investidos aproximadamente R\$ 581 milhões, repassados para a construção da sede da Associação de Micro e Pequenas Empresas em Blumenau e para os incentivos a empresas e a projetos de empreendedorismo. Em Criciúma, embora os valores sejam inferiores, R\$ 50,8 milhões, houve uma boa distribuição de recursos nessa área tendo em vista que todos os municípios receberam valores variáveis para investimentos em programas de geração de emprego e renda em microempresas, condomínio industrial e investimentos através do PRODEC e do PRÓ-EMPREGO.

Na SDR de Lages foram investidos R\$ 69 milhões na área de Desenvolvimento Sustentável, valor destinado principalmente para a instalação de indústrias alimentícias por meio do PRODEC, ou seja, os recursos foram mais bem distribuídos. O setor de Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação recebeu R\$ 50,1 milhões em investimentos para a instalação da usina de biomassa em Lages e pode ser considerada uma iniciativa importante para a fabricação de fontes alternativas de energia.

Em outras regiões, porém, o volume de investimentos nessa área é menos significativo, ou, direcionado quase que exclusivamente a um determinado setor. Exemplo disso é a SDR de Canoinhas, dos R\$ 287,5 milhões investidos, mais de 50%, ou seja, R\$ 149,5 milhões foram investidos no Desenvolvimento Sustentável, porém direcionados exclusivamente para a postergação do ICMS em empresas de Canoinhas e Três Barras. A inexistência de incentivos à micro e pequenas empresas, à qualificação de mão de obra para gerar formas alternativas de emprego e renda, assim como a falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento e incubadoras tecnológicas, demonstra a falta de planejamento em longo prazo nesta área. Essa concentração de recursos em um, ou poucos projetos em determinada área também demonstram a falta de integração regional, isso porque as ações são municipalizadas, mas não regionalizadas.

Outras áreas também refletem a forma de distribuição dos recursos nas SDR, pois algumas contemplam investimentos em todos os municípios de abrangência, enquanto outras centralizam em determinados municípios, refletindo assim a forma como reconhecem a descentralização. É possível aproximar os resultados até aqui apresentados com o objetivo do

estudo na medida em que se constata a influência da capacidade de aprendizado regional no processo de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa demonstram que as SDR que receberam mais investimentos apresentam-se melhor estruturadas e com melhor entendimento sobre o processo de descentralização administrativa. Inclusive os gestores, mesmo recebendo um volume significativo de investimentos em suas SDR ainda o consideram insatisfatórios para atender as demandas regionais.

Já a concentração de recursos em um município ou área de investimento demonstra a predominância do poder político. Embora o fator político seja importante em alguns aspectos, a falta de articulação entre os municípios acaba por estagnar os investimentos que poderiam ser destinados à região.

Assim, algumas SDR ainda necessitam de mais articulação entre os municípios e de aperfeiçoamento do planejamento regional, pois, embora o processo de descentralização tenha desenvolvido ações significativas se comparadas ao modelo anterior de administração pública é preciso haver algumas mudanças. Tais mudanças implicam não somente na cultura política dessas regiões, mas também na criação de espaços que incentivem a participação da sociedade para discutir que tipo de desenvolvimento pode transformar a região, quais as prioridades e de que maneira podem concretizar esses projetos.

Cabe lembrar também que os projetos aprovados em Conselho muitas vezes não são concretizados pela ausência de recursos. Isso porque cabe às Secretarias Setoriais o planejamento e a normatização dos programas, projetos e ações governamentais. Para isso devem-se observar as diretrizes emanadas dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, do Plano Catarinense de Desenvolvimento, dos Planos de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da programação financeira, do cronograma de execução mensal de desembolso e das normas reguladoras de cada área (SANTA CATARINA, 2007). Essa condição de dependência das SDR às Secretarias Regionais também contribui para a falta de investimentos em determinadas regiões, se constituído um dos argumentos das regionais quando se discute o processo de descentralização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo verificar se os investimentos repassados às regiões estavam em consonância com os objetivos da descentralização, ou seja, de reduzir as desigualdades regionais. Para tanto, supostamente os recursos deveriam ser investidos principalmente nas regiões menos desenvolvidas do Estado.

No entanto, as análises apontam algumas controvérsias: as SDR que mais receberam investimentos nesse período foram justamente as mais desenvolvidas economicamente. Embora a proposta de regionalização do orçamento seja importante para desenvolver as regiões do Estado, os investimentos permanecem concentrados nas regiões mais desenvolvidas, localizadas próximas ao litoral. Assim, dentre as SDR estudadas a Grande Florianópolis, Blumenau e Criciúma se destacam quanto ao volume de investimentos recebidos. As demais SDR, localizadas principalmente no interior do Estado receberam investimentos significativamente inferiores.

Quanto às áreas que priorizadas nos investimentos, o estudo aponta que, de maneira geral, se destacaram a Educação, o Transporte, a Energia e o Desenvolvimento Sustentável. Todavia, em relação ao Desenvolvimento Sustentável, considerado estratégico para fomentar o desenvolvimento, as ações variam muito de uma SDR para outra. O resultado do estudo demonstra que em geral, nas regiões mais desenvolvidas os recursos nesta área foram bem distribuídos beneficiando uma pluralidade de iniciativas. Em outras SDR isso não ocorreu e os recursos ficaram concentrados em poucas ações.

Percebe-se, de um modo geral, que embora a descentralização tenha alcançado um de seus objetivos, a instituição de uma representação física do Estado em todas as regiões catarinenses, é um processo que necessita de constante aprimoramento. A pesquisa revela que os investimentos, em muitos casos, são repassados a projetos municipais e não regionais. Isso explicaria a falta de investimentos na região, tendo em vista que os projetos regionais são priorizados na liberação de recursos pelas Secretarias Setoriais.

Nas SDR das regiões menos desenvolvidas faltam investimentos em áreas consideradas estratégicas à promoção do desenvolvimento, principalmente no desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural, pois geralmente são regiões onde o setor agropecuário é predominante. Ações voltadas à cultura, esporte e turismo também merecem atenção, pois em muitos casos são capazes de criar, ou, fortalecer a identidade regional, importante ao desenvolvimento de uma região.

Esse fato demonstra que o aprimoramento da política de descentralização exige uma constante avaliação e aprimoramento, tanto do governo do Estado quanto das regiões sobre o modelo de gestão implantado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional**. Blumenau: Edifurb, 2006.
- BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Intervenções governamentais nos processos decisórios para a promoção do desenvolvimento regional: um estudo de caso das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina – SDR**. In: Revista Redes, v. 10 n. 2, p. 181-195, maio/ago. 2005. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2006
- BOISIER, Sérgio. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. In: Revista Redes, v. 4 n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1999.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. **Desenvolvimento territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.
- DARIO, E. **Proposta de Rearranjo das Práticas de gestão pública para o novo sistema de descentralização administrativa de Santa Catarina atuar como regiões em aprendizagem**. 2004. Tese de Doutorado - Programa de PósGraduação em Engenharia de Produção. Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS4507.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2009.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1995 a 2002**. In: Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 627-660, jun. 2005.
- RIBEIRO, Elaine Silva. **Análise Da Denominada Descentralização PolíticoAdministrativa Da Secretaria De Estado Do Desenvolvimento Regional De São Joaquim/SC**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração/Mestrado profissional da Universidade do Planalto Catarinense. Lages, 2008.
- SANTA CATARINA (Governo do Estado). **Bons Conselhos para o Desenvolvimento**. Santa Catarina, 2005.
- SANTA CATARINA. **LEI COMPLEMENTAR Nº—243, de 30 de janeiro de 2003**. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 05 de dezembro de 2008.
- SANTA CATARINA. **LEI COMPLEMENTAR Nº—284, de 28 de fevereiro de 2005**. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 05 de dezembro de 2008.
- SANTA CATARINA. **LEI COMPLEMENTAR Nº—381, de 07 de maio de 2007**. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 05 de dezembro de 2008.
- SANTA CATARINA (SPG). **Política de Desenvolvimento Regional**. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 15 de agosto de 2008.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE SANTA CATARINA E DAS SDRs GRANDE FLORIANÓPOLIS, BLUMENAU E JOINVILLE (1991-2010)

Vanessa Krützmänn¹⁷
Angélica Massuquetti¹⁸
Eduarda Martins Correa da Silveira¹⁹

Resumo:

O objetivo do artigo foi analisar o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e das SDRs Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville no período 1991-2010. A metodologia empregada foi a análise de indicadores e de índices de desenvolvimento nas dimensões longevidade, educação e renda. Os resultados revelam que houve o crescimento da participação do PIB do estado na Região Sul e no Brasil. O estado obteve muito alto desenvolvimento, em 2010, apenas no IDHM Longevidade, encontrando-se em alto desenvolvimento no IDHM Renda e médio desenvolvimento no IDHM Educação. Em relação às SDRs, observou-se avanço nos índices dos municípios, contudo, as disparidades entre os mesmos ainda permanecem. Apesar da evolução do IDHM Educação nas Secretarias e nos municípios, esta dimensão é a que mais exige políticas públicas para o desenvolvimento dessas regiões.

Palavras-chave: Descentralização; Desenvolvimento; SDRs; IDHM.

SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT OF STATE OF SANTA CATARINA AND THE SDRs OF THE GREAT FLORIANÓPOLIS, BLUMENAU AND JOINVILLE (1991-2010)

Abstract:

This paper analyses the socioeconomic development of state of Santa Catarina and the SDRs of the great Florianópolis, Blumenau and Joinville in the period 1991-2010. The methodology employed was based on the analysis of indicators and development indices related to income, education and longevity. The results show an increase in the share of the state in both the south region and national GDPs. The state obtained a very high development in 2010 only in the IDHM that measures longevity and a high development in income and an average development in the IDHM that measures education. In relation to SDRs, there was an improvement in the indices of the cities examined, however the disparities among them remained strong. Despite the increase in the IDHM that measures education in the cities, this dimension is the one that most requires public policies to develop these regions.

Key-words: Decentralization; Development; SDRs; IDHM.

¹⁷ Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: vanessakrutzmänn@hotmail.com

¹⁸ Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: angelicam@unisinis.br

¹⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: eduarda629@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A crise do estado nacional-desenvolvimentista, ocorrida na década de 1980, estimulou o processo de descentralização política, administrativa e fiscal no Brasil, com o objetivo de redistribuir poder e recursos aos estados e municípios. A Constituição Federal de 1988 legitimou este processo, definindo os recursos que deveriam ser repassados, assim como as obrigações do setor público perante a população. A descentralização política representa a indispensabilidade de fortalecer a representação local e a participação popular, enquanto a descentralização administrativa refere-se ao repasse de certas responsabilidades na execução de políticas públicas da instância federal para os estados e os municípios. Por fim, a descentralização fiscal representa a divisão das receitas do nível federal com os níveis subnacionais do governo (KRÜTZMANN; MASSUQUETTI, 2010a).

De acordo com as autoras, esse processo estimulou o estado de Santa Catarina a criar as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs)²⁰, em 2003. A organização dos territórios em regiões menores permite estudar os problemas regionais de forma mais específica. Assim, a política pública se torna mais eficiente, pois há um direcionamento do gasto público para as áreas mais necessitadas e também uma fiscalização por parte das Secretarias, buscando uma melhor qualidade de serviços públicos. As SDRs, portanto, foram formas que o estado buscou para se enquadrar no processo de descentralização.

A fundação das Secretarias pode ser considerada um rompimento da forma tradicional da gestão pública. Essa descentralização ocasionou um novo paradigma de desenvolvimento econômico, pensado no âmbito regional/local e voltado para a articulação dos atores sociais. Suas missões são constituir um espaço, em nível regional, que se destine a construir parcerias tanto econômicas quanto sociais, utilizando-se da articulação política que tenha interesses locais e regionais e que se centre em montar estratégias específicas para o desenvolvimento do estado. Portanto, é possível considerar as SDRs como regiões econômicas, na concepção de *Jacques Boudeville*, pois todas têm em sua formação a contiguidade geográfica, estatisticamente mensurável e, além disso, foram constituídas a partir do prisma da tomada de decisão política. Pode-se verificar, também, que o planejamento feito pelo estado, quando vinculou uma região a um mesmo plano de desenvolvimento, pode ser visto como uma forma de classificação de espaço econômico definido por *François Perroux*: espaço de planejamento (COSTA et al., 2011).

²⁰ As SDRs foram criadas pelo governador Luiz Henrique da Silveira, por meio da Lei nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e alterada pela Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Essa forma de planejamento descentralizado, portanto, demonstra a relevância do tema do desenvolvimento regional. Esse estudo analisa o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e de suas principais SDRs – Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville –, no período 1991-2010. Em 2010, essas três Secretarias representaram, aproximadamente, 36% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. A metodologia empregada foi a análise de indicadores e de índices de desenvolvimento nas dimensões longevidade, educação e renda.

Esse artigo está dividido em quatro seções, considerando a Introdução. Na segunda seção é ressaltado o debate acerca da descentralização em Santa Catarina e são caracterizadas as regiões de estudo. A metodologia empregada no estudo e os resultados obtidos são apresentados na terceira seção. Por fim, na quarta seção, são expostas as considerações finais.

2 - A DESCENTRALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA E AS SDRs

2.1 - Descentralização em Debate

De acordo com Butzke et al. (2009), a criação das SDRs, em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), teve o objetivo de promover o desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável²¹. Os autores relataram que foi adotada, por parte do governo estadual, no entanto, uma tática de descentralização articulada “de cima para baixo”, ao invés de utilizar outros recortes espaciais já existentes no estado, ocasionando uma desarticulação dos Fóruns de Desenvolvimento Regional e das Associações dos Municípios, já existentes e bem articulados. Apesar das críticas ao modelo de descentralização catarinense, as SDRs revelam uma estratégia de planejamento, segundo os autores, que articula elementos convencionais de planejamento e novos, sustentados na democracia, na descentralização e na sustentabilidade.

Em relação à descentralização e ao desenvolvimento, Rudnick e Mattedi (2009), ao analisarem a política de descentralização no estado catarinense, observaram que ainda há

²¹ No caso do Rio Grande do Sul, os estudos realizados sobre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) mostram que eles representam a realidade de seus municípios integrantes e, por isso, têm conquistado as comunidades como meio de articulação regional e determinação de uma melhor estratégia de desenvolvimento de cada uma das 28 (2014) regiões em que é dividido o Rio Grande do Sul. É justamente essa a visão dos Conselhos, ou seja, articular os atores sociais, econômicos e políticos, ajudando-os a se organizar, para então poderem formular sozinhos seus próprios modelos de desenvolvimento regional voltados para um desenvolvimento sustentável (KRÜTZMANN; MASSUQUETTI, 2010a).

concentração de investimentos em determinadas regiões, como na capital e em regiões desenvolvidas próximas ao litoral. Deste modo, as desigualdades regionais permanecem como uma realidade no estado. Mesmo assim, as Secretarias desempenharam a função de gerar representações nas diferentes localidades de Santa Catarina.

Com o intuito de compreender a descentralização no estado catarinense, Birkner e Tomio (2011) avaliaram seus avanços e gargalos. Os autores identificaram que ainda há uma concentração dos investimentos orçamentários e que isto impede a redução efetiva das desigualdades socioeconômicas regionais. Contudo, destacaram que o diálogo entre os diferentes atores, a transparência e a aproximação entre as regiões e o estado são pontos fortes a se ressaltar neste processo.

Dallabrida et al. (2011), ao analisarem a produção do conhecimento acerca da descentralização político-administrativa nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, perceberam que há desafios a serem superados neste processo. Dentre as questões propostas pelos autores, estão a discussão acerca da conciliação entre democracia representativa e democracia participativa e entre interesses microrregionais e regionais e como as SDRs e os COREDES²² poderiam servir de referência para outras experiências.

A descentralização trata-se de um tema relativamente recente para o Brasil²³ e é um processo que estimula o debate acadêmico e político. Na academia, busca-se analisar o avanço das regiões, mostrando, para o meio político, as áreas e locais que merecem maior atenção por parte do governo e permitindo que os recursos sejam direcionados de acordo com as especificidades de cada região. Assim sendo, é relevante analisar o desenvolvimento das regiões em Santa Catarina, a partir a implantação das SDRs, e também a participação da sociedade nesse contexto de descentralização político-administrativa, visando alcançar seu objetivo principal: a promoção do desenvolvimento regional.

2.2 - Caracterização das SDRs Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville

²² Os COREDES foram oficializados em 1994 durante o governo de Alceu Collares (1991-1994), após debates entre a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a sociedade civil, resultando na Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Essa lei regularizou a estruturação dos Conselhos, no entanto, eles já existiam desde 1991, mas não de forma regulamentada (DALLABRIDA, 2007).

²³ De acordo com Dallabrida et al. (2011), a Constituição Federal de 1988 possibilita a participação da sociedade na gestão pública do Estado, ainda no seu artigo 1º.

O estado contemplado nesse estudo se sobressai dentro do país, pois tem boas condições de vida e altos níveis de desenvolvimento socioeconômico. O estado de Santa Catarina possui 295 municípios e uma população de 6.248.436 habitantes (2010), distribuídos em uma área de 95.736,17 km², com uma densidade demográfica de 65,27 habitantes/km² (2010) (IBGE, 2014). A taxa de analfabetismo do estado foi de 4,13% (2010), já a expectativa de vida ao nascer da população catarinense estava em 76,61 anos, em 2010, e o coeficiente de mortalidade infantil, nesse mesmo ano, era de 11,54 para mil nascidos vivos (ATLAS, 2014).

No que se refere aos dados econômicos, o PIB a preços de mercado do estado, em 2010, foi de R\$ 152.482.338.108,65 e o PIB *per capita* de R\$ 10.886,55, nesse mesmo ano. Além disso, Santa Catarina participou, em 2010, com 4,04% na composição do PIB nacional, estando na sexta posição no país (IPEADATA, 2014).

Os principais polos de desenvolvimento de Santa Catarina são as próprias cidades que deram seus nomes às Secretarias, Florianópolis, Blumenau e Joinville. Essas Secretarias representaram, aproximadamente, 36% do PIB estadual, em 2010, enquanto que as cidades de Florianópolis, Blumenau e Joinville representam cerca de 24% do PIB estadual, neste mesmo ano (IPEADATA, 2014). De fato, Blumenau e Joinville são os principais centros industriais do estado.

No que se refere às Secretarias, a SDR Grande Florianópolis localiza-se a leste do estado e sua área totaliza-se em 4.539,87 km², aproximadamente, 4,74% da área catarinense (2010). A região é formada por 13 municípios, que totalizam uma população de 891.336 habitantes (2010) (IBGE, 2014). Dentre os segmentos que têm mais importância, pode-se citar a indústria de madeira e mobiliário, papel, gráfica e editoração, empresas tradicionais como têxtil-vestuário, alimentícios, bebidas e álcool e indústrias dinâmicas, como material elétrico e de comunicação, metalúrgica e mecânica (FLORIANÓPOLIS, 2014).

A SDR Blumenau se localiza a nordeste do estado e sua área totaliza-se em 1.628,77 km², aproximadamente, 1,70% da área catarinense. A região é formada por cinco municípios (417.544 habitantes, em 2010) (IBGE, 2014), apresentando dados bastante promissores no que se refere à condição socioeconômica. De acordo com Krützmann e Massuquetti (2010b, p. 11-12),

Blumenau passou em poucas décadas de produtor agrícola para uma economia diversificada, com forte participação do setor têxtil e vestuário. Destaque na produção de *softwares*, cristais, na gastronomia, no comércio diversificado, na saúde e transplantes e na educação.

Por fim, a SDR Joinville localiza-se na região norte-nordeste de Santa Catarina e sua área totaliza-se em 3.354,50 km², aproximadamente 3,50% da área estadual (2011). A região representa pouco mais de 10% da população catarinense, sendo formada por oito municípios, com 646.393 habitantes, em 2010 (IBGE, 2014). Os ramos de empresas que se destacam são as indústrias metal-mecânica, plásticos, têxtil, *softwares*, refrigeração e linha branca. É, atualmente, uma das regiões de maior potencial econômico do estado, sendo que o município de Joinville foi a segunda cidade maior exportadora de Santa Catarina, em 2013 (JOINVILLE, 2014).

Após conhecer o processo de descentralização catarinense e as áreas de estudo, é necessário partir para a análise do desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e dessas SDRs, no período 1991-2010, que é o foco da próxima seção.

3 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E NAS SDRs SELECIONADAS

3.1 - Material e Métodos

Os indicadores e índices utilizados neste estudo foram o PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O PIB (nacional e estadual) foi obtido na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), denominado IPEADATA. O período de análise foi de 1991 a 2010 e os valores estão em preços constantes de 2000. O IDHM é calculado pelo PNUD e foi obtido no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. No caso do Brasil, da Região Sul, de Santa Catarina, das SDRs e dos municípios investigados, adotou-se o IDHM para os anos de 1991, 2000 e 2010. Para obter o IDHM das SDRs foi calculada a média dos municípios que as integram.

O IDHM, que apresenta uma nova metodologia²⁴, é formado por três dimensões: Longevidade (esperança de vida ao nascer); Educação (% 18+ com fundamental completo na população adulta e, em relação à população jovem, % 5-6 na escola, % 11-13 nos anos finais do fundamental, % 15-17 com fundamental completo, % 18-20 com médio completo) e Renda (renda mensal *per capita* em reais de agosto de 2010). As faixas do IDHM são: entre 0 –

²⁴ Na metodologia anterior, a dimensão Educação era formada pela taxa de alfabetização 15+ (população adulta) e pela taxa bruta de frequência à escola (população jovem) e a dimensão Renda era obtida a partir da renda mensal *per capita* em reais de agosto de 2000 (ATLAS, 2014).

0,499: muito baixo desenvolvimento humano; entre 0,500-0,599: baixo desenvolvimento humano; entre 0,600-0,699: médio desenvolvimento humano; entre 0,700-0,799: alto desenvolvimento humano; e entre 0,800 e 1: muito alto desenvolvimento humano (ATLAS, 2014).

3.2 - Resultados e Discussão

Para fazer uma análise socioeconômica mais completa do estado de Santa Catarina, além do estudo do IDHM catarinense, fez-se também uma apreciação do avanço do PIB do estado, da Região Sul e do Brasil com o intuito de analisar a evolução da participação de Santa Catarina em relação à região e ao país. A importância que o estado tem na Região Sul fica, a cada ano, mais evidente. No período analisado, a participação de Santa Catarina na Região Sul passou de 20,43%, em 1991, para 24,50%, em 2010, demonstrando o quanto o estado tem se sobressaído perante as demais unidades da federação do sul do país. Esse crescimento fica pouco evidenciado quando se examina a participação de Santa Catarina no contexto nacional em razão do maior dinamismo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A participação de Santa Catarina no PIB nacional oscilou aproximadamente entre 3,49%, que detinha em 1991, e 4,04%, em 2010 (Tabela 1).

Tabela 1: Participação de Santa Catarina no PIB do Brasil e da Região Sul – 1991-2010

Ano/Região	Participação do PIB de Santa Catarina no PIB Brasil (%)	Participação do PIB de Santa Catarina no PIB Região Sul (%)
1991	3,49	20,42
1992	3,87	21,13
1993	3,56	19,30
1994	3,66	19,60
1995	3,65	20,39
1996	3,78	20,97
1997	3,66	20,71
1998	3,55	20,30
1999	3,66	20,64
2000	3,85	21,92
2001	3,88	21,81
2002	3,77	22,33
2003	3,93	22,22
2004	3,99	22,92
2005	3,97	23,95
2006	3,93	24,09
2007	3,93	23,63
2008	4,07	24,56
2009	4,01	24,23
2010	4,04	24,50

Fonte: IPEADATA (2014).

O crescimento médio de Santa Catarina, no período de análise, foi de 5,45% ao ano e um acumulado de 109%. A Região Sul ficou com uma média de crescimento de 3,70% ao ano

e 74,14% quando se verifica o acumulado. O Brasil, que teve seu crescimento alavancado após 2001, ficou com crescimento médio e acumulado, respectivamente, de 4,02% ao ano e de 80,52%, tendo, dessa forma, um crescimento médio superior à Região Sul e inferior à Santa Catarina (IPEADATA, 2014).

No que se refere ao IDHM, como se observa na Tabela 2, o estado também superou a Região Sul e o Brasil, com uma única exceção, o IDHM Renda de 1991, em que a Região Sul apresentou resultados melhores e Santa Catarina obteve praticamente o mesmo IDHM Renda que o Brasil. O IDHM do Brasil, em 1991, foi de 0,493 e chegou a 0,727, em 2010, variação de 47,46%, passando do muito baixo desenvolvimento para o alto desenvolvimento, variando 24,14%, na década de 1990, e 18,79%, na primeira década dos anos 2000. Na Região Sul, a variação foi similar à encontrada no Brasil, inclusive quando se analisam as décadas separadamente, com um crescimento de 42,53%, no período total, e 24,87% e 14,13%, respectivamente, na primeira e na segunda décadas. Nesse caso, o IDHM passou de 0,531, em 1991, para 0,756, em 2010, passando do baixo desenvolvimento para o alto desenvolvimento humano. O estado, apesar de ter se destacado com o maior crescimento, teve variação abaixo da encontrada no Brasil e bastante similar à Região Sul, com 42,54%, no período total, e 24,13%, na primeira década da análise, e 14,84%, na segunda, partindo de um índice de 0,543, em 1991, para 0,774, em 2010. O IDHM de Santa Catarina foi o terceiro melhor IDHM entre os estados brasileiros, ficando somente atrás do Distrito Federal, que obteve um índice de 0,824, em 2010, e São Paulo, que ficou com 0,783, nesse mesmo ano.

Tabela 2: IDHM, IDHM Educação, IDHM Renda e IDHM Longevidade – Brasil, Região Sul, Santa Catarina – 1991/2000/2010

Região/Ano	1991	2000	2010	Variação 1991/2000 (%)	Variação 2000/2010 (%)	Variação 1991/2010 (%)
IDHM						
Brasil	0,493	0,612	0,727	24,14	18,79	47,46
Região Sul	0,531	0,663	0,756	24,87	14,13	42,53
Santa Catarina	0,543	0,674	0,774	24,13	14,84	42,54
IDHM Educação						
Brasil	0,279	0,456	0,637	63,44	39,69	128,32
Região Sul	0,318	0,518	0,669	62,62	29,23	110,16
Santa Catarina	0,329	0,526	0,697	59,88	32,51	111,85
IDHM Renda						
Brasil	0,647	0,692	0,739	6,96	6,79	14,22
Região Sul	0,653	0,714	0,766	9,29	7,38	17,36
Santa Catarina	0,648	0,717	0,773	10,65	7,81	19,29
IDHM Longevidade						
Brasil	0,662	0,727	0,816	9,82	12,24	23,26
Região Sul	0,720	0,788	0,843	9,35	7,07	17,08
Santa Catarina	0,753	0,812	0,860	7,84	5,91	14,21

Fonte: ATLAS (2014).

O Brasil, com a melhor variação no IDHM, foi impulsionado pelo grande avanço no IDHM Educação, que influenciou também a Região Sul e o estado catarinense, em menores

proporções. Supõe-se ter ocorrido em razão da Constituição de 1988, a qual assegurou maiores investimentos na área e possibilitou que as três esferas do governo (municipal, estadual e federal) ampliassem seus investimentos, resultando em melhores índices ao longo do tempo. Destacam-se também os programas de distribuição de renda realizados pelo Governo Federal, como Bolsa Família (política de transferência de renda) e ampliação do atendimento da Previdência Social.

Também foram observados os segmentos Educação, Renda e Longevidade no Brasil, na Região Sul e em Santa Catarina. Na antiga metodologia, todos alcançavam o muito alto desenvolvimento no segmento da Educação já no ano de 2000, o que não acontece mais com a nova forma de calcular o índice, inclusive no IDHM de 2010. O que chama a atenção no IDHM Educação, como foi comentado anteriormente, é a alta variação em seus índices durante o período de 1991 a 2010. Tanto o Brasil, quanto a Região Sul e o estado de Santa Catarina conseguiram mais do que dobrar seus índices. No entanto, em 1991, todos estavam enquadrados no muito baixo desenvolvimento e, em 2000, o Brasil permanecia neste mesmo nível de desenvolvimento. Já a Região Sul e o estado de Santa Catarina haviam avançado para o médio desenvolvimento, em 2010. O IDHM Educação do Brasil passou de 0,279, em 1991, para 0,637, em 2010 (variação de 128%), já a Região Sul variou 110%, no período total, e passou de um índice de 0,318, em 1991, para 0,669, em 2010. Em Santa Catarina, o IDHM Educação variou 111%, com um índice de 0,329, em 1991, e de 0,697, em 2010.

No segmento Renda, a variação não foi tão expressiva quanto na Educação. O Brasil, a Região Sul e o estado catarinense encontram-se enquadrados como alto desenvolvimento, sendo que o maior índice ficou com Santa Catarina, com 0,773, em 2010, e antes disso tinha alcançado um índice de 0,717, em 2000, e iniciado com 0,648, em 1991, uma variação de 19,29%, no período de 1991 a 2010. Os índices da Região Sul variaram 17,36% entre 1991 e 2010, passando de um índice de 0,653, em 1991, para 0,766, em 2010. O Brasil teve um crescimento de 14,22%, entre 1991 e 2010, e alcançou um índice de 0,739, em 2010, em face de um índice de 0,647, em 1991.

A área da Longevidade é o único segmento em que todos estão enquadrados no muito alto desenvolvimento, em 2010. O estado de Santa Catarina ficou com o melhor índice, com 0,860, em 2010, ante 0,753, em 1991. A Região Sul avançou 17,08%, entre 1991 e 2010, e passou de um índice de 0,720, em 1991, para 0,843, em 2010. O Brasil teve o maior avanço nesse segmento, com 23,26%, e alcançou um índice de 0,816, em 2010, enquanto que, em

1991, tinha um índice de 0,662. Importante salientar que todos os índices, em todas as regiões, obtiveram avanços no IDHM principal e demais segmentos.

Na análise individual dos municípios integrantes das três SDRs selecionadas, fica evidente o avanço socioeconômico dos municípios entre os anos de 1991 e 2010. No entanto, no que tange a atingir o IDHM de muito alto desenvolvimento, foram poucas cidades que conseguiram.

No IDHM Total, somente Joinville, na SDR Joinville, Blumenau, na SDR Blumenau, e Florianópolis e São José, na SDR Grande Florianópolis, alcançaram o muito alto desenvolvimento e somente no ano de 2010. As demais cidades foram enquadradas no alto desenvolvimento, nesse mesmo ano, assim como as Secretarias, com exceção das cidades de Angelina e Anitápolis, que foram enquadradas no médio desenvolvimento humano.

Contudo, houve um grande avanço nesse quesito, pois na SDR Joinville, em 1991, das oito cidades integrantes, cinco eram consideradas de muito baixo desenvolvimento e três com baixo desenvolvimento.

Assim como na SDR Grande Florianópolis, que de 13 municípios, seis eram de muito baixo desenvolvimento, cinco de baixo desenvolvimento e as demais se encontravam no médio desenvolvimento. Na SDR Blumenau, uma estava enquadrada no muito baixo desenvolvimento, três no baixo desenvolvimento e uma no médio desenvolvimento (Tabela 3).

Na área da Educação, se fosse considerada a antiga metodologia, todos os municípios teriam o muito alto desenvolvimento já no ano de 2000. No entanto, com a atual metodologia, o cenário é bastante distinto disso.

Para conseguir mencionar essa brutal diferença, no ano de 1991, todos os municípios da SDR Joinville estão enquadrados no muito baixo desenvolvimento, assim como aqueles da SDR Blumenau. E se não fosse pelo município de Florianópolis, seriam todos os municípios da SDR Grande Florianópolis também. Em 2000, a situação evoluiu um pouco para alguns municípios.

Tabela 3: IDHM – Municípios das SDRs Joinville, Blumenau e Grande Florianópolis – 1991/2000/2010

Região/Ano	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação 1991/2000 (%)	Variação 2000/2010 (%)	Variação 1991/2010 (%)
SDR JOINVILLE	0,503	0,626	0,744	24,51	18,83	47,95
Araquari	0,451	0,578	0,703	28,16	21,63	55,88
Bal. Barra do Sul	0,498	0,639	0,716	28,31	12,05	43,78
Barra Velha	0,530	0,627	0,738	18,30	17,70	39,25
Garuva	0,446	0,555	0,725	24,44	30,63	62,56
Itapoá	0,487	0,634	0,761	30,18	20,03	56,26
Joinville	0,585	0,711	0,809	21,54	13,78	38,29
São Francisco do Sul	0,575	0,658	0,762	14,43	15,81	32,52
São João do Itaperiú	0,451	0,607	0,738	34,59	21,58	63,64
SDR BLUMENAU	0,544	0,675	0,765	24,11	13,30	40,61
Blumenau	0,611	0,727	0,806	18,99	10,87	31,91
Gaspar	0,556	0,670	0,765	20,50	14,18	37,59
Ilhota	0,495	0,637	0,738	28,69	15,86	49,09
Luiz Alves	0,509	0,635	0,737	24,75	16,06	44,79
Pomerode	0,550	0,708	0,780	28,73	10,17	41,82
SDR GRANDE FPOLIS	0,509	0,635	0,749	24,78	17,92	47,15
Águas Mornas	0,369	0,570	0,723	54,47	26,84	95,93
Angelina	0,433	0,552	0,687	27,48	24,46	58,66
Anitápolis	0,399	0,552	0,674	38,35	22,10	68,92
Antônio Carlos	0,464	0,661	0,749	42,46	13,31	61,42
Biguaçu	0,538	0,636	0,739	18,22	16,19	37,36
Florianópolis	0,681	0,766	0,847	12,48	10,57	24,38
Gov. Celso Ramos	0,539	0,635	0,747	17,81	17,64	38,59
Palhoça	0,541	0,656	0,757	21,26	15,40	39,93
Rancho Queimado	0,479	0,604	0,753	26,10	24,67	57,20
Santo Amaro da Imperatriz	0,544	0,678	0,781	24,63	15,19	43,57
São Bonifácio	0,507	0,588	0,731	15,98	24,32	44,18
São José	0,626	0,718	0,809	14,70	12,67	29,23
São Pedro de Alcântara	0,493	0,636	0,734	29,01	15,41	48,88

Fonte: ATLAS (2014).

Já na SDR Grande Florianópolis, dos 13 municípios, dez permaneceram como muito baixo desenvolvimento, outros dois como baixo desenvolvimento e Florianópolis no médio desenvolvimento (Tabela 4).

Na SDR Joinville, somente Joinville evoluiu para o baixo desenvolvimento e os demais continuaram com índices inferiores a 0,499. Na SDR Blumenau, o avanço foi mais acentuado, pois das cinco cidades, duas passaram para o baixo desenvolvimento e uma para o médio desenvolvimento, porém duas permaneceram como muito baixo desenvolvimento.

Tabela 4: IDHM Educação – Municípios das SDRs Joinville, Blumenau e Grande Florianópolis – 1991/2000/2010

Região/Ano	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000	IDHM Educação 2010	Variação 1991/2000 (%)	Variação 2000/2010 (%)	Variação 1991/2010 (%)
SDR JOINVILLE	0,284	0,447	0,658	57,01	47,45	131,52
Araquari	0,211	0,393	0,602	86,26	53,18	185,31
Bal. Barra do Sul	0,301	0,481	0,611	59,80	27,03	102,99
Barra Velha	0,332	0,444	0,639	33,73	43,92	92,47
Garuva	0,197	0,327	0,640	65,99	95,72	224,87
Itapoá	0,265	0,460	0,682	73,58	48,26	157,36
Joinville	0,365	0,560	0,749	53,42	33,75	105,21
São Francisco do Sul	0,398	0,496	0,699	24,62	40,93	75,63
São João do Itaperiú	0,206	0,411	0,645	99,51	56,93	213,11
SDR BLUMENAU	0,321	0,528	0,654	64,26	24,00	103,67
Blumenau	0,407	0,611	0,722	50,12	18,17	77,40
Gaspar	0,340	0,513	0,655	50,88	27,68	92,65
Ilhota	0,254	0,474	0,607	86,61	28,06	138,98
Luiz Alves	0,271	0,459	0,600	69,37	30,72	121,40
Pomerode	0,334	0,581	0,687	73,95	18,24	105,69
SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS	0,296	0,468	0,650	58,14	39,07	119,93
Águas Mornas	0,118	0,368	0,606	211,86	64,67	413,56
Angelina	0,209	0,360	0,581	72,25	61,39	177,99
Anitápolis	0,151	0,329	0,524	117,88	59,27	247,02
Antônio Carlos	0,211	0,487	0,615	130,81	26,28	191,47
Biguaçu	0,335	0,464	0,659	38,51	42,03	96,72
Florianópolis	0,538	0,660	0,800	22,68	21,21	48,70
Gov. Celso Ramos	0,336	0,475	0,651	41,37	37,05	93,75
Palhoça	0,333	0,478	0,672	43,54	40,59	101,80
Rancho Queimado	0,254	0,416	0,644	63,78	54,81	153,54
Santo Amaro da Imperatriz	0,353	0,547	0,710	54,96	29,80	101,13
São Bonifácio	0,293	0,413	0,622	40,96	50,61	112,29
São José	0,450	0,593	0,752	31,78	26,81	67,11
São Pedro de Alcântara	0,263	0,489	0,618	85,93	26,38	134,98

Fonte: ATLAS (2014).

No IDHM Longevidade, assim como na análise do país, região e estado, os índices municipais e das SDR apresentaram alto desenvolvimento, em 1991, e, em 2010, praticamente todos estão como muito alto desenvolvimento.

A única exceção é o município de Angelina, que faz parte da SDR Grande Florianópolis, na qual o IDHM Longevidade ficou em 0,797, em 2010, no entanto, bem próximo a 0,800, que já o enquadraria como muito alto desenvolvimento. Nesse índice, há pouca disparidade entre os municípios e SDRs (Tabela 5).

Tabela 5: IDHM Longevidade – Municípios das SDRs Joinville, Blumenau e Grande Florianópolis – 1991/2000/2010

Região/Ano	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Longevidade 2010	Varição 1991/2000 (%)	Varição 2000/2010 (%)	Varição 1991/2010 (%)
SDR JOINVILLE	0,745	0,813	0,857	9,04	5,40	14,93
Araquari	0,716	0,774	0,830	8,10	7,24	15,92
Bal. Barra do Sul	0,725	0,821	0,844	13,24	2,80	16,41
Barra Velha	0,736	0,813	0,857	10,46	5,41	16,44
Garuva	0,718	0,801	0,830	11,56	3,62	15,60
Itapoá	0,731	0,797	0,874	9,03	9,66	19,56
Joinville	0,793	0,869	0,889	9,58	2,30	12,11
São Francisco do Sul	0,762	0,808	0,856	6,04	5,94	12,34
São João do Itaperiú	0,782	0,819	0,873	4,73	6,59	11,64
SDR BLUMENAU	0,764	0,819	0,884	7,20	8,01	15,79
Blumenau	0,772	0,826	0,894	6,99	8,23	15,80
Gaspar	0,747	0,813	0,889	8,84	9,35	19,01
Ilhota	0,785	0,826	0,883	5,22	6,90	12,48
Luiz Alves	0,753	0,795	0,870	5,58	9,43	15,54
Pomerode	0,762	0,834	0,886	9,45	6,24	16,27
SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS	0,765	0,817	0,860	6,86	5,23	12,45
Águas Mornas	0,774	0,809	0,853	4,52	5,44	10,21
Angelina	0,710	0,779	0,797	9,72	2,31	12,25
Anitápolis	0,737	0,783	0,836	6,24	6,77	13,43
Antônio Carlos	0,793	0,858	0,890	8,20	3,73	12,23
Biguaçu	0,740	0,794	0,836	7,30	5,29	12,97
Florianópolis	0,771	0,823	0,873	6,74	6,08	13,23
Gov. Celso Ramos	0,779	0,823	0,870	5,65	5,71	11,68
Palhoça	0,775	0,852	0,859	9,94	0,82	10,84
Rancho Queimado	0,774	0,828	0,893	6,98	7,85	15,37
St Amaro da Imperatriz	0,775	0,830	0,890	7,10	7,23	14,84
São Bonifácio	0,774	0,808	0,860	4,39	6,44	11,11
São José	0,786	0,835	0,880	6,23	5,39	11,96
São Pedro de Alcântara	0,757	0,805	0,846	6,34	5,09	11,76

Fonte: ATLAS (2014).

Por fim, na dimensão Renda, em 1991, os municípios estavam enquadrados, na grande maioria, como baixo ou médio desenvolvimento, com exceção de Blumenau e Florianópolis, que já se encontravam com índices superiores a 0,700. No ano de 2010, houve avanço dos índices para todos os municípios, possibilitando que alcançassem o alto desenvolvimento.

No entanto, os municípios de Araquari, na SDR Joinville, e Angelina e Anitápolis, na SDR Grande Florianópolis, não conseguiram ultrapassar o índice de 0,700, permanecendo como médio desenvolvimento. Entretanto, Blumenau e Florianópolis alcançaram o muito alto desenvolvimento (Tabela 6).

Tabela 6: IDHM Renda – Municípios das SDRs Joinville, Blumenau e Grande Florianópolis – 1991/2000/2010

Região/Ano	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Renda 2010	Varição 1991/2000 (%)	Varição 2000/2010 (%)	Varição 1991/2010 (%)
SDR JOINVILLE	0,613	0,680	0,731	10,98	7,54	19,34
Araquari	0,609	0,634	0,696	4,11	9,78	14,29
Bal. Barra do Sul	0,567	0,66	0,713	16,40	8,03	25,75
Barra Velha	0,61	0,683	0,735	11,97	7,61	20,49
Garuva	0,626	0,652	0,717	4,15	9,97	14,54
Itapoá	0,598	0,695	0,739	16,22	6,33	23,58
Joinville	0,692	0,739	0,795	6,79	7,58	14,88
São Francisco do Sul	0,628	0,710	0,74	13,06	4,23	17,83
São João do Itaperiú	0,571	0,666	0,714	16,64	7,21	25,04
SDR BLUMENAU	0,662	0,715	0,775	8,13	8,35	17,16
Blumenau	0,726	0,761	0,812	4,82	6,70	11,85
Gaspar	0,677	0,722	0,77	6,65	6,65	13,74
Ilhota	0,607	0,661	0,75	8,90	13,46	23,56
Luiz Alves	0,646	0,702	0,766	8,67	9,12	18,58
Pomerode	0,654	0,733	0,78	12,08	6,41	19,27
SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS	0,607	0,675	0,752	11,26	11,35	23,89
Águas Mornas	0,552	0,622	0,731	12,68	17,52	32,43
Angelina	0,546	0,599	0,699	9,71	16,69	28,02
Anitápolis	0,57	0,654	0,699	14,74	6,88	22,63
Antônio Carlos	0,598	0,692	0,768	15,72	10,98	28,43
Biguaçu	0,627	0,697	0,733	11,16	5,16	16,91
Florianópolis	0,763	0,828	0,870	8,52	5,07	14,02
Gov. Celso Ramos	0,598	0,654	0,737	9,36	12,69	23,24
Palhoça	0,615	0,693	0,752	12,68	8,51	22,28
Rancho Queimado	0,558	0,639	0,743	14,52	16,28	33,15
Santo Amaro da Imperatriz	0,59	0,687	0,753	16,44	9,61	27,63
São Bonifácio	0,573	0,609	0,729	6,28	19,70	27,23
São José	0,694	0,748	0,799	7,78	6,82	15,13
São Pedro de Alcântara	0,602	0,652	0,757	8,31	16,10	25,75

Fonte: ATLAS (2014).

Na Secretaria de Blumenau, em 2010, o detentor do índice mais alto é o próprio município de Blumenau, com um IDHM de 0,806, e o pior índice foi o de Luiz Alves, com 0,737. No que se refere à Secretaria da Grande Florianópolis, em 2010, o município com o melhor índice foi a capital do estado, Florianópolis, com o IDHM de 0,847, já o município que obteve o pior desempenho foi Anitápolis, com IDHM de 0,674. Por fim, em relação à SDR Joinville, no ano de 2010, o melhor e o pior desempenhos ficaram com Joinville (0,809) e com Araquari (0,703), respectivamente.

Para o IDHM Educação, em 2010, na SDR Joinville, ambos os municípios repetem com os índices mais alto e mais baixo, Joinville e Araquari, com 0,749 e 0,602, respectivamente. Na SDR Blumenau acontece o mesmo, sendo Blumenau com o índice mais

alto, de 0,722, e Luiz Alves com o índice mais baixo, de 0,600. Para a SDR Grande Florianópolis, o município Florianópolis (0,800) obteve o melhor desempenho e Anitápolis (0,524) o pior.

Os dados para o ano de 2010, para o IDHM Longevidade, para a SDR Joinville, mostram que o melhor desempenho ficou com Joinville (0,889) e empatados com o mais baixo desempenho estão Araquari (0,830) e Garuva (0,830). Na SDR Blumenau, continua com Blumenau o melhor desempenho dentre os municípios integrantes, com o índice de 0,894, e o pior valor com Luiz Alves (0,870). Na SDR Florianópolis, os municípios com o melhor e o pior desempenhos, respectivamente, foram Rancho Queimado (0,893) e Angelina (0,797), o único município que não alcançou o muito alto desenvolvimento no IDHM Longevidade, em 2010.

Para o último segmento analisado, o IDHM Renda para o ano de 2010, a Secretaria de Joinville teve seu melhor e pior desempenho com Joinville (0,795) e Araquari (0,696), respectivamente. Na SDR Blumenau, o melhor desempenho continuou sendo com Blumenau (0,812) e o pior com Ilhota (0,750). Na SDR Florianópolis, a própria cidade teve o melhor IDHM Renda, com índice de 0,870, e Angelina e Anitápolis ficaram empatadas com o pior desempenho, com um índice de 0,699.

Cabe ressaltar que dentre todos os municípios, Florianópolis foi o único que obteve muito alto desenvolvimento em todos os quesitos, no ano de 2010, e está nas primeiras posições do *ranking* brasileiro, ocupando o terceiro lugar, em 1991, a sexta posição, em 2000, e, por fim, o terceiro melhor índice novamente em 2010.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de descentralização política, administrativa e fiscal no Brasil, com o objetivo de redistribuir poder e recursos aos estados e municípios, a partir da Constituição Federal de 1988, estimulou o estado de Santa Catarina a criar as SDRs. A organização dos territórios em regiões menores permite estudar os problemas regionais de forma mais específica. Assim, a política pública se torna mais eficiente, pois há um direcionamento do gasto público para as áreas mais necessitadas e também uma fiscalização por parte das Secretarias, buscando uma melhor qualidade de serviços públicos.

Em relação ao IDH, Santa Catarina apresenta um desempenho superior ao país e à Região Sul como um todo, revelando a evolução de seus indicadores socioeconômicos. Apesar desse bom desempenho, de uma forma geral, o estudo demonstra que existe uma dicotomia entre as dimensões de análise. A área que obteve índices de desenvolvimento mais elevados foi a Longevidade, representando a saúde da população, atingindo valores acima de 0,800, tanto no estado, quanto na Região Sul e no país. No entanto, o IDH Educação foi o que mais avançou no período, um dos motivos que pode ter influenciado para que isso ocorresse foi que a educação foi uma das primeiras áreas a ter definições mais claras na Constituição, fixando percentuais mínimos de investimento no setor. Por outro lado, na dimensão Renda, Santa Catarina obteve o índice mais alto, seguido da Região Sul, e, por último, o Brasil. O IDH Renda apresenta uma grande variação em todos os níveis regionais desde a década de 1990, o que representa, de certa forma, a realidade da população brasileira, que tem uma má distribuição de renda histórica e permanente, apesar de estar declinando.

Ao fazer a análise do IDHM, conclui-se que os municípios de Santa Catarina detêm condições de vida mais elevadas do que no restante do país, pois estão com índices bem superiores ao do Brasil, no entanto, apresentam grandes diferenças entre si. Dentre os municípios das três SDRs, o destaque positivo fica com Florianópolis, que obteve todos os índices enquadrados no alto desenvolvimento em 2010 e encontra-se com o terceiro melhor IDHM dentre os municípios brasileiros. Por outro lado, o destaque menos positivo ficou com Anitápolis, também dentro da SDR Grande Florianópolis, que ocupa a 2573ª posição no Brasil, demonstrando a grande diferença de desenvolvimento encontrada, mesmo dentro da própria SDR.

É possível concluir que políticas direcionadas para melhorar a educação e ampliar o crescimento econômico deveriam ser priorizadas nas regiões analisadas, pois chama a atenção o grande avanço da educação no país, resultado de gastos públicos direcionados à área, objetivando terminar com o analfabetismo e ampliar o capital humano. Como forma de desenvolvimento regional, a melhor opção seria a implantação de políticas de promoção de educação técnica e/ou superior e de geração de emprego, já que todas as regiões analisadas são industrializadas e exercem uma forte atração de mão de obra, muitas vezes não qualificada. Por fim, uma sugestão para as essas SDRs seria intensificar a especialização nos segmentos em que essas regiões já são competitivas, para promover o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **Consulta**. Brasília: PNUD, 2014. Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- BIRKNER, W. M. K.; TOMIO, F. R. de L. Três aspectos da política de descentralização em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté (SP), v. 7, n. 3, p. 3-26, set-dez/2011.
- BUTZKE, L.; THEIS, I. M.; GOULARTI, J. G. Qual “desenvolvimento territorial sustentável” para Santa Catarina? As Secretarias de Desenvolvimento Regional em questão. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 3., 2009, Blumenau (SC). **Anais...** Blumenau (SC): APEC, 2009. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/III%20EEC/sesoes_tematicas/>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- COSTA, J. S. et al. **Compêndio de economia regional**: métodos e técnicas de análise regional. Cascais (Portugal): Principia, 2011. v. 2.
- DALLABRIDA, V. R. **A gestão territorial através do diálogo e da participação**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; BIRKNER, W. M. K. A experiência de descentralização político-administrativa dos estados de SC e RS: concepções, percepções e síntese avaliativa. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas (SC), ano 1, n. 1, p. 40-64, dez. 2011.
- GRANDE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Desenvolvimento Regional Grande Florianópolis. Disponível em: < <http://www.soo.sdr.sc.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- JOINVILLE. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville. Disponível em: <<http://www.jve.sdr.sc.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2014.
- KRÜTZMANN, Vanessa; MASSUQUETTI, Angélica. Análise do desenvolvimento socioeconômico no sul do Brasil: impacto da reestruturação política, administrativa e fiscal nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. In: WORKSHOP DA APDR, 5., 2010., Coimbra (Portugal). **Anais...** Angra do Heroísmo (Portugal): APDR: 2010a.

KRÜTZMANN, Vanessa; MASSUQUETTI, Angélica. Desenvolvimento socioeconômico no sul do Brasil: um estudo dos COREDES (Rio Grande do Sul) e das SDRs (Santa Catarina). In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, VI., 2010., Criciúma (SC). **Anais...** Criciúma (SC): APEC: 2010b. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sessoes_tematicas/. Acesso em: 22 mar. 2014.

RUDNICK, L. T.; MATTEDI, M. A. Uma análise da política administrativa de descentralização em Santa Catarina, 2003-2009. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 1, p. 39-54, jan./jun. 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE RIO DO SUL E OS RECURSOS PÚBLICOS APLICADOS NA REGIÃO NO PERÍODO DE 2004 A 2007²⁵

Msc. Luiz Alberto Neves²⁶

RESUMO:

O artigo em pauta apresenta uma perspectiva para a análise da atuação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, no período de 2004 a 2007, em comparação com o período de 2000 a 2003, em relação a recursos recebidos do Estado pela região, composta pelos seguintes municípios: Agronômica, Braço Trombudo, Laurentino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió e Trombudo Central. Os diversos problemas regionais teoricamente não podem ser adequadamente examinados, sem adotar um tipo de enfoque centrado nos atores locais que observe como os diferentes grupos e categorias sociais percebem os processos e os problemas relacionados à região. O foco de atenção para deste artigo é o volume de recursos recebidos pela região após a implantação da SDR, a forma como será distribuído entre os municípios e qual o critério utilizado pelo Conselho de Desenvolvimento Regional no destino destes recursos. Utiliza-se a ótica de autores sobre o desenvolvimento regional para o entendimento de como a descentralização pode promover o desenvolvimento da região. Partindo-se deste marco teórico, apresentam-se dados relativos ao investimento do Estado na região que visa dinamizar a economia regional. Conclui-se que o volume de recursos aumentou consideravelmente para a região a partir da implantação da SDR embora pareça prevalecer a influencia política a direcioná-lo.

Palavras-chave: região, desenvolvimento regional, recursos do Estado.

²⁵ Artigo Científico apresentado no IV encontro de Economia Catarinense - APEC – Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense em 30/04/2010.

²⁶ Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau – FURB.

RIO DO SUL REGIONAL DEVELOPMENT DEPARTMENT AND PUBLIC RESOURCES APPLIED IN THE PERIOD FROM 2004 TO 2007

ABSTRACT:

This article presents a perspective for the analysis of the Rio do Sul Regional Development Department performance, in the period from 2004 to 2007, in comparison with the period from 2000 to 2003, in relation the resources received from state to region, composed of the following cities: Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió and Trombudo Central. Several regional problems theoretically cannot be adequately examined, without adopting a kind of centered approach in the local actors that observe as the different groups and social categories perceive the processes and the problems related to the region. The focus of the attention, this article is the volume of resources received for the region after the implantation of the regional development department, the form as it will be distributed among the cities and what the criterion used by board of regional development in the destination of these resources. It uses the authors' optics about the regional development to understanding as the decentralization can promote development of the region. From this historic point, it presents data relative investment of the state in the region that it aims at to speed up the regional economy. It concludes that the volume of resources increased considerably for the region from the implantation of the regional development department, though it seems to prevail the politic influence to direct it.

KEY-WORDS: Region, Regional Development, States Resources.

Introdução

Este artigo objetiva mostrar os aspectos relevantes nas diferentes fases do desenvolvimento da região de Rio do Sul, dentro do entendimento da existência de dois momentos econômicos distintos neste processo, a saber: o período anterior à criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional e, um seguinte, após a sua constituição. O estudo será feito através de pesquisa bibliográfica e documental, buscando os resultados obtidos em cada período.

Este estudo foi realizado na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e nas prefeituras que compõem esta região. O período de realização desta pesquisa deu-se entre os meses de outubro de 2008 a agosto de 2009.

Pretende-se com esta pesquisa verificar a importância da descentralização do governo no que se refere à democratização das ações sociais, os investimentos públicos, o comportamento dos representantes dos municípios que compõem uma SDR na condução do orçamento, verificar a possibilidade da influência destes na distribuição dos recursos e a forma como serão distribuídos, buscando respeitar as prioridades regionais.

Buscou-se identificar a relação entre os investimentos públicos e a região de Rio do Sul, antes e depois da criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, como se aplicam esses recursos, nas diversas fases, seus movimentos desenvolvimentistas, buscando responder se ela atendeu e atende as necessidades da região, identificando os benefícios e os entraves políticos para a sua realização.

Esta pesquisa tem por tema os investimentos públicos na região de Rio do Sul, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional. O estudo proposto abrange a (SDR) Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, as ações implementadas por esta secretaria no sentido de viabilizar investimentos públicos para os municípios da região que compõem esta secretaria.

Buscou-se as informações sobre os recursos recebidos na região através da coleta de dados junto à contabilidade das prefeituras municipais, referente ao período de 2000 a 2003 e no que se refere ao período de 2004 a 2007 a pesquisa foi feita no setor de contabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional.

Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul

A Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, assim como as demais do Estado de Santa Catarina, foram criadas pelo atual governador, Sr. Luiz Henrique da Silveira, através da Lei nº 243 de 30 de janeiro de 2003 e, alterada pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005.

As Secretarias atuam como agências oficiais de desenvolvimento enquanto que os Conselhos de Desenvolvimento Regional (integrados pelos prefeitos e pelos órgãos da comunidade, que representem a força viva de cada micro-região), transformam-se no Fórum permanente de debates sobre os problemas locais; a escala de prioridade das ações, a integração Estado/Município/Universidade/Comunidade, no planejamento e execução de metas. Em seus próprios termos, “o governo tem que atuar numa permanente parceria com a sociedade, pois servi-la é sua única finalidade” (SANTA CATARINA, 1999, p.4).

Em março de 2003 os secretários regionais tomam posse coletiva, em evento realizado na capital do Estado de Santa Catarina. A efetiva instalação da SDR de Rio do Sul, com a posse do Secretário e Gerentes, se deu na data de 14 de maio de 2003. O evento proporcionou a inauguração da sede social da entidade, enquanto que a posse dos servidores se deu no parque de eventos Norberto Frahm, do Centro Universitário para o Desenvolvimento Alto Vale do Itajaí, UNIDAVI.

O Conselho de Desenvolvimento Regional é o coração da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Este conselho, com caráter deliberativo, integra representantes dos segmentos sociais e é o exemplo marcante da descentralização.

Descentralizar é retirar algo do centro e transferi-lo para lugar diverso do centro, cabe à administração direta, como atividade que lhe é própria, por natureza, a consecução dos serviços públicos. Por isso, transferem-se, retiram-se, outorgam-se e alijam-se serviços públicos da administração direta para a administração indireta somente, pois não se pode transferir, outorgar ou alijar aquilo que não se detém como próprio (CETRELLA JUNIOR, 1973, p. 87).

Cada secretaria regional possui seu próprio conselho, presidido pelo secretário regional. Nenhum projeto ou ação, convênio, financiamento ou parceria do Estado com qualquer município ou entidade é executado sem antes obter a aprovação do Conselho.

Isso significa que a decisão sobre a aplicação de todo o dinheiro do Estado e os rumos de seu plano de desenvolvimento está nas mãos destes grupos. Veiga (2002, p. 49) afirma: “o grande desafio está, portanto, em propor uma estratégia realista que possa

viabilizar uma factível transição de ações setoriais para uma articulação horizontal das intervenções”.

O Conselho se reúne de forma itinerante, em sistema de rodízio entre os municípios, pelo menos uma vez por mês. Em cada cidade por onde passa, a comunidade pode acompanhar as discussões, porém sem direito a voto e veto a projetos e, sempre que possível o próprio governador ou o vice participa das reuniões.

A participação, segundo Turnes (2004, p. 13), é um processo coletivo compartilhado de conhecimento e de tomada de decisão sobre o futuro da sociedade, assegurando o desenvolvimento de todos os atores sociais e a interação dos saberes popular e técnica, estimulando a organização social e a consciência cidadã.

Além desses representantes municipais, o grupo conta com o apoio de outros três conselheiros que representam o Estado: dois da área de segurança pública e um do setor fazendário. Estes, porém, não têm direito a voto durante as deliberações.

Para Claudia Siebert (2001, p. 159), é interessante notar que a intimidade com a região faz com que os Fóruns Regionais prescindam dos extensos diagnósticos comuns nos planos estatais, substituindo-os pela vivência e conhecimento dos problemas como forma de embasar a elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento regional.

Os cargos que compõem o Conselho de Desenvolvimento Regional não são remunerados. Como o cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional é um cargo político, prevalece à mesma filosofia para os demais como já é hábito em todas as contratações dos estados e municípios.

Localização e caracterização histórico-geográfica dos municípios que compõem a SDR de Rio do Sul

Considerando que o tema da pesquisa aqui proposta e a dinâmica da atuação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, é preciso conhecer as características dos municípios que compõem a SDR.

A área da SDR de Rio do Sul localizada no Alto Vale do Itajaí é formada por doze municípios de características semelhantes principalmente considerando-se o modelo de colonização européia, alemã e italiana preponderantemente. A maioria dos municípios, com

exceção de Rio do Sul, tem a agricultura como base econômica destacando-se a cultura do arroz, fumo, mandioca e a pecuária.

Tabela 1 – Dados históricos dos municípios da SDR de Rio do Sul

Município	Origem	Data de Colonização	Data de Emancipação	Principal Atividade Econômica
Agronômica	Alemã / Italiana	1909	1964	Rizicultura
Braço do Trombudo	Alemã	1920	1991	Agropecuária / Indústria
Laurentino	Alemã / Italiana	1911	1962	Agricultura
Mirim Doce	Alemã / Italiana	1912	1991	Agricultura
Pouso Redondo	Alemã / Italiana	1893	1958	Agricultura e Indústria Cerâmica
Rio do Campo	Alemã / Italiana	1923	1961	Agricultura, Indústria e Comércio
Rio do Oeste	Italiana	1912	1958	Agropecuária
Rio do Sul	Alemã / Italiana	1892	1930	Indústria, Com. E Serviços
Salete	Alemã / Italiana	1925	1961	Agricultura e Indústria
Santa Terezinha	Polonesa e Ucraniana	1910	1991	Agropecuária
Taió	Alemã / Italiana	1904	1948	Agropecuária e Indústria
Trombudo Central	Alemã / Italiana	1904	1.958	Agropecuária

Fonte – <http://www.rsl.sdr.sc.gov.br>.

A tabela 1 apresenta dados históricos como: origem, fundação, emancipação e principal atividade econômica dos municípios da região da SDR de Rio do Sul.

Os recursos públicos na região de rio do sul antes da implantação da SDR de 2000 a 2003.

A área da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, assim como em outras áreas, antes da implantação da SDR mantinha o ritual de busca de recursos públicos estaduais pelos caminhos até então percorrido por todos os municípios do Estado de Santa Catarina. As alternativas que se apresentavam eram: fazer lobby junto aos deputados da região, viagens até a capital peregrinando por secretarias, gabinetes de deputados ou em audiências com o governador.

Muitas vezes nenhuma das alternativas surtia efeito, principalmente se não houvesse sintonia política entre o prefeito e o governador, ou seja, se o prefeito fizesse parte do partido

do governo ou da base de apoio as possibilidades seriam melhores. Esta teoria é voz corrente em todas as prefeituras da região da SDR de Rio do Sul.

Tabela 2 – Recursos recebidos pelos municípios da SDR de Rio do Sul de 2000 a 2003

Município	2000	2001	2002	2003	Total
Agronômica	67.848,04	44.487,36	214.168,17	40.491,23	366.994,80
Braço Trombudo	-	-	-	10.000,00	10.000,00
Laurentino	31.023,68	-	35.000,00	-	66.023,68
Mirim Doce		1.114,55	86.537,19	1.595,81	89.247,55
Pouso Redondo	-	-	30.449,17	79.332,70	109.781,87
Rio do Campo	195.000,00	75.078,89	100.000,00	64.000,00	434.078,89
Rio do Oeste	36.758,14	12.225,15	90.158,08	59.930,00	199.071,37
Rio do Sul				70.000,00	70.000,00
Salete	-	20.000,00	295.519,00	-	315.519,00
Santa Terezinha	-	-	-	89.000,00	89.000,00
Taió	-	-	-	237.110,00	237.110,00
Trombudo Central	15.000,00	79.000,00	117.500,00	32.000,00	243.500,00
Total	345.629,86	231.905,95	969.331,61	683.459,74	2.230.327,16

Fonte: Dados coletados junto à Contabilidade das prefeituras dos municípios da SDR de Rio do Sul

Na tabela 1 apresenta-se a evolução dos recursos do estado distribuídos aos municípios que compõem a SDR da região de Rio do Sul de 2000 a 2003 e o valor total. No período de 2000 a 2003, não havia uma instituição governamental regional que centralizasse as solicitações dos municípios em relação a recursos para investimentos e obras.

Os municípios dependiam do trabalho dos parlamentares da região, sintonia partidária com o governo do Estado, influência política por parte de grupos empresariais, sindicais, pois não havia uma entidade local organizada que se solidarizasse com as demandas municipais. Milton Santos (1993) em sua obra *A Urbanização Brasileira*, expõe que a região deixa de ser um produto da solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultante da solidariedade organizacional.

O fluxo de recursos para os municípios que, no presente momento, fazem parte da região da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, mostra claramente esta realidade.

A sintonia partidária, neste período, tem um peso muito forte na relação município/estado. Os municípios governados por partidos da oposição, com raras exceções, como Rio do Campo, por exemplo, receberam poucos recursos em relação aos que faziam parte dos partidos da base de apoio ao governo da época. Compor os partidos da base de apoio não significou receber muito, porém, ser oposição, foi fundamental para receber muito menos.

Os recursos públicos na região de Rio do Sul viabilizados pela SDR de 2004 a 2007

A Secretaria de Desenvolvimento Regional da região de Rio do Sul, implantada ainda no ano de 2003, após cumprir todos os trâmites burocráticos e, principalmente políticos que antecede a um evento desta proporção, passa a operar, definitivamente, em 2004. A partir de sua implantação a SDR passa a ser o ponto de referência para os municípios que compõem a região, em relação a tudo que envolve o governo do estado e os municípios.

Foi nomeado como primeiro secretário de desenvolvimento da região de Rio do Sul, Ernani Dutra vinculado ao PMDB, partido do governo do estado de Santa Catarina e, o município de Rio do Sul passa a ser a cidade sede da SDR da região. Os recursos financeiros passam a ser solicitados pelos municípios através de projetos, discutidos e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional em assembleias realizadas de acordo com o calendário pré-estabelecido.

Tabela 3 – Recursos recebidos pelos municípios da SDR de Rio do Sul de 2000 a 2003

Município	2004	2005	2006	2007	Total
Agronômica	69.013,32	71.461,84	64.096,82	62.070,45	266.642,43
Braço do Trombudo	20.610,00	21.847,78	15.505,56	23.381,13	81.344,47
Laurentino	50.130,00	47.857,77	116.380,01	238.220,45	452.588,23
Mirim Doce	14.085,54	11.635,58	17.098,66	14.085,54	56.905,32
Pouso Redondo	67.676,16	92.252,97	165.381,12	436.975,55	762.285,80
Rio do Campo	66.536,80	67.791,85	90.550,87	111.884,47	336.763,99
Rio do Oeste	19.720,00	56.853,12	33.929,97	55.882,63	166.385,72
Rio do Sul	72.240,00	2.843.605,40	1.462.464,00	238.285,74	4.616.595,14
Salete	45.180,00	154.972,47	311.231,12	324.694,69	836.078,28
Santa Terezinha	113.379,24	112.356,45	93.276,33	121.832,13	440.844,15
Taió	101.520,00	147.150,88	118.265,58	189.417,72	556.354,18
Trombudo Central	16.400,00	31.242,90	58.866,67	64.350,28	170.859,85
Total	656.491,06	3.659.029,01	2.547.046,71	1.881.080,78	8.743.647,56

Fonte: Elaborado com dados coletados junto à Contabilidade da SDR de Rio do Sul

A tabela 3 apresenta a evolução dos recursos do estado distribuídos aos municípios através da SDR da região de Rio do Sul de 2004 a 2007. Ao contrário do período anterior pode-se observar que o destino dos recursos muda totalmente de direção. A maioria esmagadora, dos recursos, destina-se ao município de Rio do Sul.

Não há como dissociar o fim do mandato do PT no município e a ascensão ao poder do candidato do DEM, partido da base do governo estadual no momento. Na contramão vem o município de Braço do Trombudo, Mirim Doce, principalmente, e Rio do Oeste.

Braço do Trombudo, curiosamente, embora no período o prefeito seja filiado ao PMDB, no primeiro período, recebe recursos mínimos e em 2007 quando o prefeito eleito pertence ao PP, partido de oposição ao governo, o quadro até que melhora. Já Mirim doce é o município que menos recursos recebeu no período. Pouso Redondo e Salete também são bastante valorizados em relação aos demais municípios, a partir de 2004 os prefeitos destes municípios fazem parte da base de apoio ao PMDB.

O gráfico 1 apresenta, resume e compara os dados das tabelas 2 e 3, demonstrando que, no período pós-implantação da SDR da região de Rio do Sul, os municípios que compõem esta regional foram contemplados com um volume de recursos em valores superiores ao período anterior.

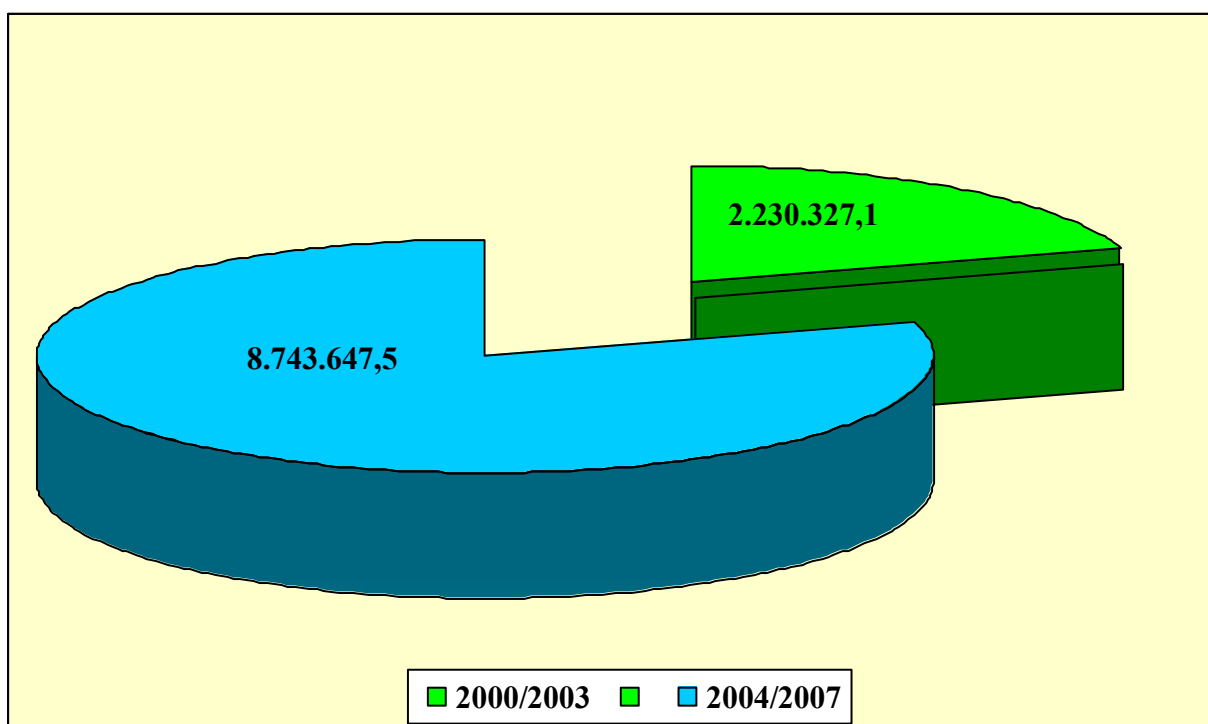


Gráfico 1 - Comparativo recursos recebidos pelas prefeituras da região da SDR de Rio do Sul de 2000 a 2003 do Estado e de 2004 a 2007 da SDR

Fonte: Contabilidade das Prefeituras de 2000 a 2003 e SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007

Os valores que se referem ao período de 2000 a 2003 foram informados pelas contabilidades das prefeituras municipais. O período de 2004 a 2007 as informações foram obtidas na contabilidade da SDR de Rio do Sul e se referem aos valores distribuídos pela secretaria aos municípios da região.

O gráfico 2 apresenta o total de recursos utilizados pela SDR de Rio do Sul, no período de 2004 a 2007. O valor total de recursos, R\$ 26.512.854,28, conforme consta no site

da Secretaria da Fazenda foi distribuído ao longo dos quatro anos da seguinte forma: R\$ 8.743.747,56 aos municípios que integram a SDR através dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento regional, encaminhados às secretarias setoriais e liberados aos municípios via SDR, vinculados aos projetos contemplados.

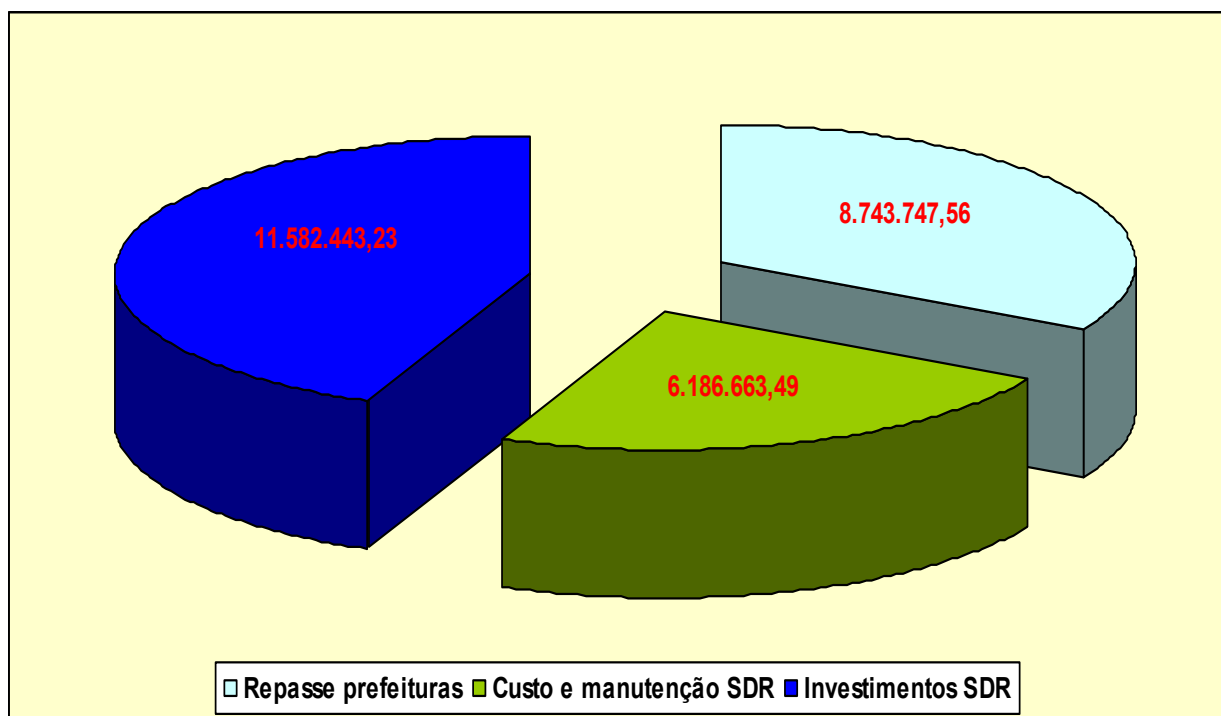


Gráfico 2 - Recursos administrados pela SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007

Fonte: Contabilidade da SDR de Rio do Sul

O valor de R\$ 6.186.663,49 refere-se ao custo de manutenção da estrutura da SDR no período dos quatro anos, já o valor de R\$ 11.582.443, 23, são recursos investidos na região, através da SDR é não especifica os municípios, já que se refere ao custo total de manutenção da estrutura administrada pela SDR e outros investimentos.

No gráfico 3 é apresentado o destino dos recursos da SDR que não são distribuídos às prefeituras da região no período de 2004 a 2007. Os recursos são utilizados para a manutenção da estrutura da SDR, assim como ocorre com as despesas comuns a todas as empresas, sejam públicas ou privadas, como: folha de pagamento, material de expediente, combustíveis, reposição de equipamentos, investimentos em recursos humanos, viagens etc.

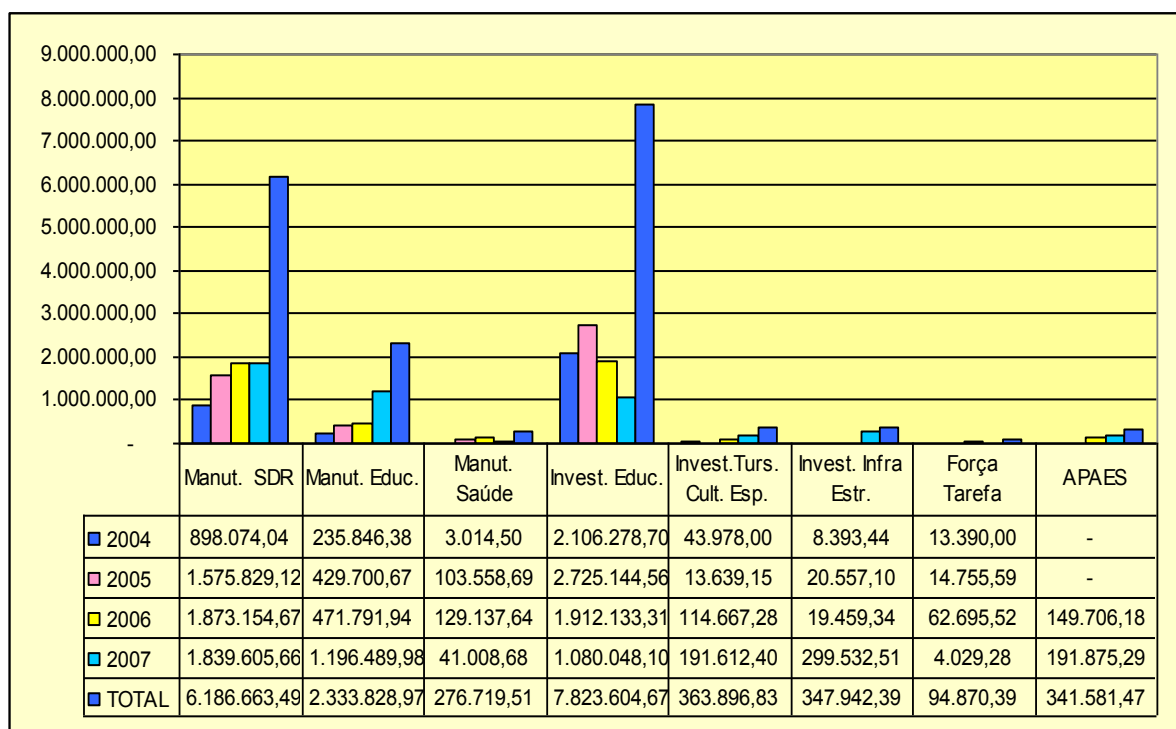


Gráfico 3 - Destino dos recursos da SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007

Fonte: dados pesquisados na Contabilidade SDR de Rio do Sul e site da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

É obrigação também da SDR a manutenção da estrutura da educação e saúde. No período foram feitos investimentos na educação incluindo reformas e ampliações das escolas em valores significativos, além de repasses para as APAEs da região e investimentos em cultura, esporte, turismo e infraestrutura, principalmente recuperação de malha viária. Estes valores não são registrados individualmente para os municípios, pois se tratam de custos de responsabilidade do estado.

O item Força Tarefa refere-se a investimentos em eventos de caráter esportivo, social, visando o desenvolvimento regional promovendo campanhas de prevenção à saúde, atividades sociais e culturais.

O gráfico 4 apresenta os recursos do Estado destinados aos municípios que compõem a SDR de Rio do Sul no período de 2000 a 2003, considerando apoios e afinidades políticas conforme discriminação por município na tabela 2.

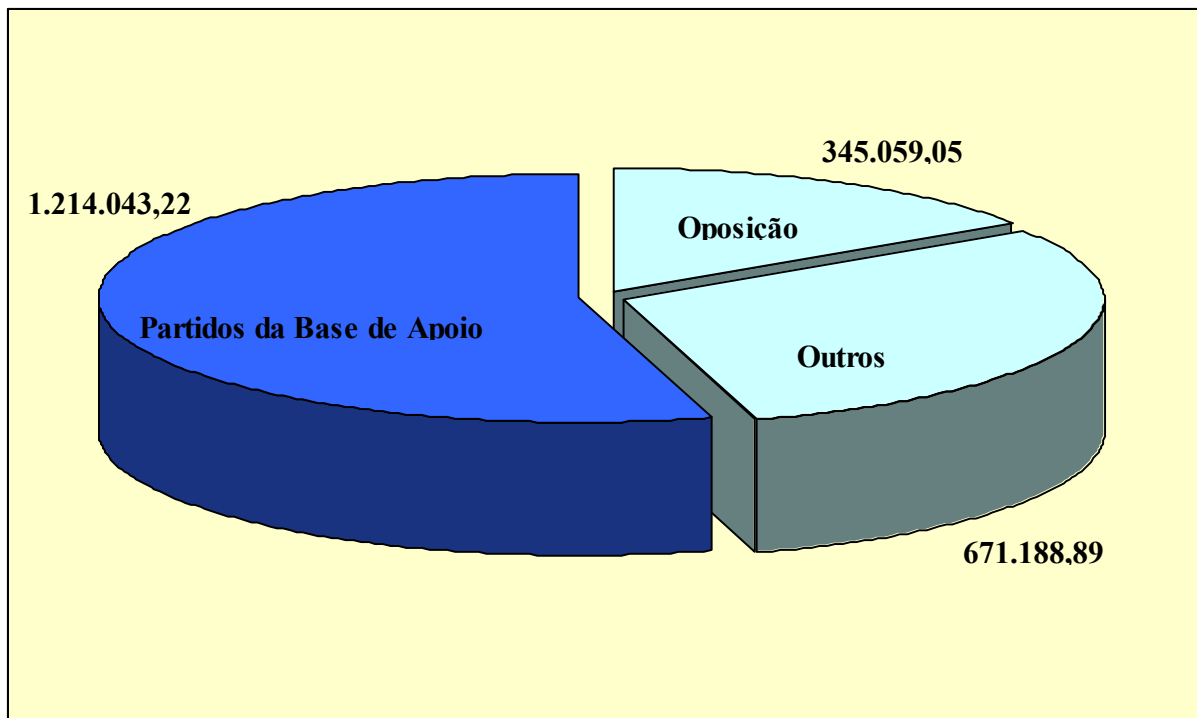


Gráfico 4 - Destino político dos recursos recebidos do Estado pelas prefeituras da região da SDR de Rio do Sul de 2000 a 2003

Fonte: Elaborado com dados fornecidos pela Contabilidade das Prefeituras dos Municípios da SDR de Rio do Sul

Os dados demonstram que o apoio ao governo propiciou recursos em valores consideravelmente superiores aos da oposição e outros, que correspondem a municípios que fizeram parte, tanto da base de apoio, quanto da oposição já que no período houve uma eleição municipal.

O gráfico 5 apresenta os recursos destinados às prefeituras dos municípios que compõem a SDR de Rio do Sul no período de 2004 a 2007. Observa-se que os municípios da base de apoio ao Governo do Estado, conforme discriminação por município na tabela 3, receberam recursos em valores superiores aos opositores e outros que fizeram parte, tanto da base de apoio, quanto da oposição já que no período também houve uma eleição municipal.

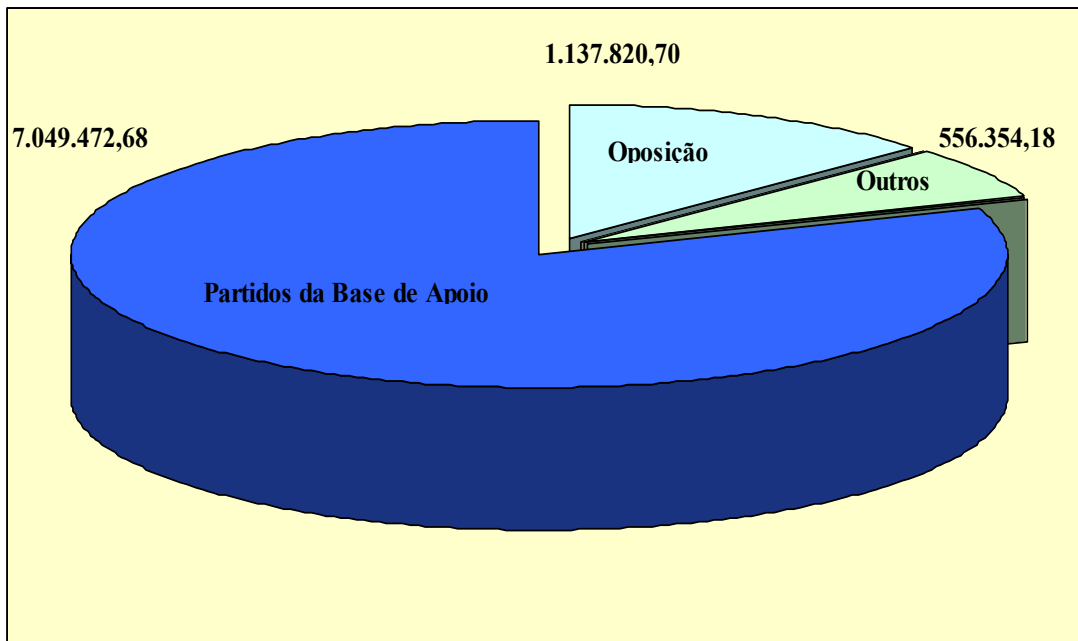


Gráfico 5 - Destino político dos recursos recebidos da SDR pelas prefeituras da região da SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007

Fonte: Contabilidade da SDR de Rio do Sul

O gráfico 6 apresenta dados sobre os recursos recebidos pelos municípios da região da SDR de Rio do Sul, onde além dos valores recebidos via secretaria, utiliza-se de outros mecanismos para receber recursos do estado. Trata-se de convênios firmados diretamente com o governo.

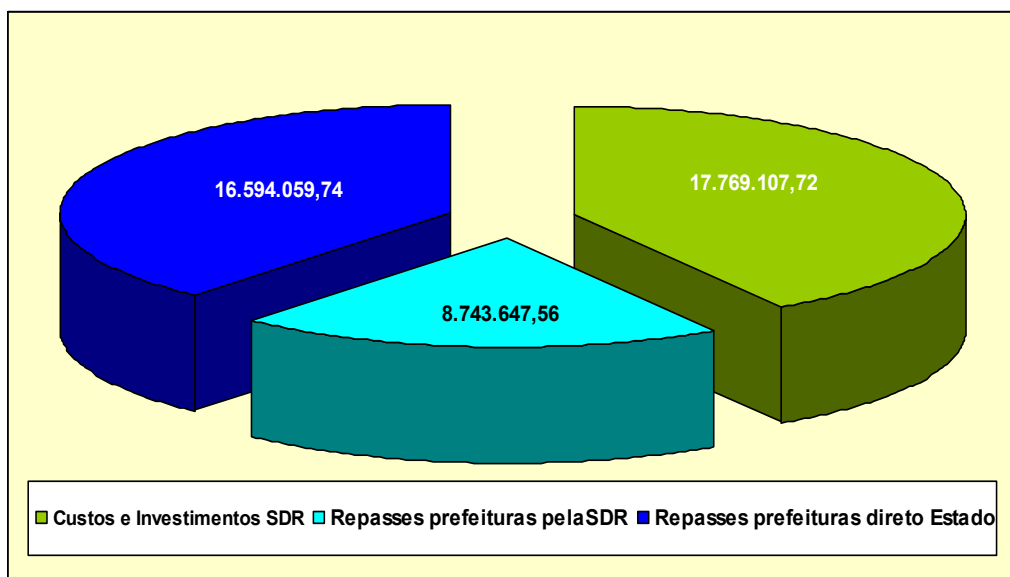


Gráfico 6 - Recursos recebidos pelos municípios da SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007

Fonte: dados pesquisados na Contabilidade SDR de Rio do Sul e site da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

No período de 2004 a 2007 os valores dos convênios diretos entre municípios e estado, surpreendem em termos de valores totais chegando a quase o dobro dos valores recebidos via SDR. Os recursos recebidos diretamente do governo não passam pelo crivo da SDR já que as prefeituras recebem direto do governo do Estado

O gráfico 7 apresenta o destino dos recursos dos convênios diretos do estado com os municípios destacando os mais beneficiados. Estes valores referem-se à diferença entre o que foi informado como recebido pelos municípios, menos os valores distribuídos pela SDR. Surpreende o valor dos recursos recebidos pelo município de Rio do Sul, no período, superando o total distribuído pela SDR de Rio do Sul aos municípios da região de 2004 a 2007.

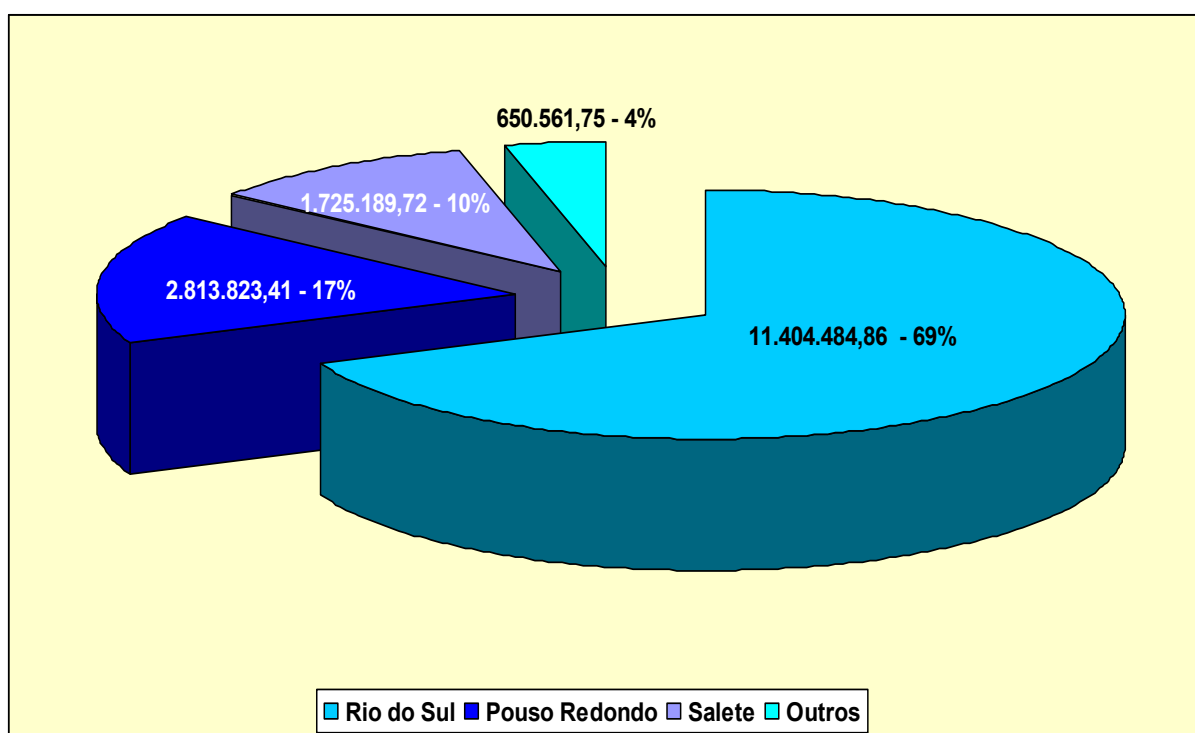


Gráfico 7 – Destino dos recursos diretos do Estado aos municípios da SDR de Rio do Sul de 2004 a 2007

Fonte: dados pesquisados na contabilidade das prefeituras da região

Embora Rio do Sul seja o município que mais se destaca na região, pela população, indicadores econômicos etc., o recebimento de 69% do total, repassado direto pelo Estado, deixa dúvidas sobre a influência política e privilégio em relação aos demais municípios que compõem a região.

Dentro do mesmo raciocínio os municípios de Pouso Redondo e Salete também foram bastante beneficiados, conforme mostram os percentuais, 17% e 10% respectivamente, sobrando apenas 4% para os demais municípios.

Vale ressaltar que os três municípios mais beneficiados pelos convênios diretos, do estado para os municípios, são governados por partidos aliados ao governador, porém não são os únicos nesta condição.

Considerações finais

A descentralização das ações dos governos sempre fez parte das aspirações das regiões do Estado, a criação de uma estrutura avançada do governo, nos moldes das hoje, Secretarias de Desenvolvimento Regional e, em Rio do Sul, não foi diferente dos demais municípios de Santa Catarina.

Em relação ao Conselho de Desenvolvimento Regional, órgão deliberativo da secretaria, percebeu-se que dos membros que devem representar a sociedade, na verdade, dois são nomeados pelos prefeitos municipais, demonstrando que a sociedade participa apenas em parte das decisões.

Neste contexto pode-se afirmar que a SDR não influencia diretamente na distribuição dos recursos aos municípios. A liberação de recursos depende do poder de barganha dos prefeitos junto às lideranças políticas da região, quando da tramitação do processo nas secretarias setoriais.

Este artigo mostrou que o volume de recursos financeiros direcionados à região da SDR de Rio do Sul, no período pré-implantação da SDR foi inferior aos valores pós SDR. Os recursos recebidos, pelos municípios no primeiro período, equivalem a pouco mais de 10% dos valores do período posterior à implantação da SDR.

Esta pesquisa mostrou que no primeiro período analisado o município de Rio do Sul, hoje sede da SDR, mesmo sendo o mais importante da região, em relação à população, PIB e etc., recebeu poucos recursos do governo do estado, assim como outros municípios também governados pela oposição ao partido do governo do estado. A questão política, no período até 2003, tem peso significativo no relacionamento entre municípios e governo do estado.

Pode-se afirmar que em valores absolutos a região, da SDR de Rio do Sul, passou a ser mais valorizada após a implantação da secretaria, fazendo-se uma análise dos valores totais, embora individualmente, alguns municípios tenham sido privilegiados em detrimento de outros, sem as devidas explicações.

Neste contexto ficou evidenciada a importância do apoio político às demandas regionais na busca de recursos. Não são as prioridades locais que determinam a possibilidade de liberação de recursos para os projetos solicitados, mas sim a capacidade de articulação

política do solicitante apesar de a descentralização ter como meta, teoricamente, fortalecer e consolidar a democracia.

Segundo Celina (1998), esse aspecto mostra que a descentralização não ocorre em um vazio político e econômico, mas que seus resultados são altamente influenciados pelo contexto preexistente.

Para alguns municípios as mudanças não significaram uma situação favorável em relação ao período anterior, pois se mantiveram na oposição política e o resultado foi um volume baixo de recursos no período pós SDR. Outros passaram a ser supervalorizados, pode-se citar como exemplo mais marcante o município sede da SDR, Rio do Sul.

Este artigo mostra que entre o discurso para a implantação do projeto de descentralização e o rumo tomado pelo governo a partir de sua concretização, contraria na prática a teoria. A promessa de governar com as lideranças regionais, os atores locais e a sociedade formalmente constituída, está sendo cumprida apenas em parte. O criador não respeita a criatura, o governo ao manter convênios direto com os municípios para o envio de recursos em montante superior aos distribuídos pela SDR às prefeituras, conforme mostrado, desautoriza e desprestigia a SDR, transformando-a numa autarquia como tantas outras já existentes rasgando assim o discurso inflamado da campanha de descentralização da administração pública no estado.

Conclui-se que a descentralização foi, sem sombra de dúvidas, uma feliz idéia de democratizar a administração pública, apesar de que em sua essência não se materialize. Há equívocos, tanto por parte de seus idealizadores que continuam mantendo o poder centralizado, quanto por parte das organizações descentralizadas, principalmente na atuação do conselho de desenvolvimento regional, quando da análise e aprovação das demandas municipais, ao aprovar sistematicamente todos os projetos de solicitação de recursos dos municípios, sem considerar o orçamento do estado.

REFERÊNCIAS

CETRELLA JUNIOR, José. **Empresa pública**. São Paulo: Bushatsky, 1973.

RANDOLPH, Rainer, REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. **A Nova Perspectiva do Planejamento Subversivo e Suas (Possíveis) Implicações para a Formação do Planejador Urbano e Regional – O Caso Brasileiro**. Universidad Barcelona. 2008.

_____. Tratado de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1967, v. 3.

SANTA CATARINA, (1999/2002: Governador Esperidião Amin/Paulo Bauer) **Plano de Governo**. Florianópolis: Secretaria, 1999.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SIEBERT, Claudia Freitas. **Panorama do Planejamento Regional em Santa Catarina: Da centralização à construção da solidariedade Regional** - Blumenau: Ed. da FURB, 2001.

SOUZA, Celina. **Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: O Impacto do Federalismo e da Descentralização**. v. 41 n. 3, Rio de Janeiro: 1998.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. **Planejamento e desenvolvimento desigual em Santa Catarina**. Anais do 7º Colóquio de Transformações Territoriais. Curitiba: 2008.

TURNES, V.; ROSA, S. L. C.; TEIXEIRA, J. P.; REBESCHINI, P. R.; JORDAN, A. G.; PIRES, A.; DAMO M. S. **Projeto Meu Lugar**. Transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento. Florianópolis: 2004.

VAINER, C. B. As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O Que Pode o Poder Local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro: **Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço**. v. 1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

VAINER, C. B; SMOLKA, M.O. Em tempos de liberalismo: Tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: PIQUET, R; RIBEIRO, A.C.T. (org). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

VEIGA, José Eli, **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

**PLANEJAMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI:
O ESTADO DA ARTE²⁷**

Franklin Carlos Zummach²⁸

Ivo Marcos Theis²⁹

RESUMO:

Este artigo teve por tema o planejamento regional. As perguntas de pesquisa foram: qual é o estado da arte da produção intelectual sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente? A partir de quais critérios pode se levantar a produção sobre planejamento regional? Quais são os resultados mais concretos do levantamento da produção intelectual sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente? Logo, o objetivo principal foi construir um quadro atualizado da produção intelectual (isto é, inventariar a produção acadêmica e científica) sobre planejamento regional, especialmente, de origem governamental, com ênfase na experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional, em Santa Catarina, no período recente.

Palavras-chave: Planejamento regional. Planejamento governamental. Santa Catarina. Secretarias de Desenvolvimento Regional.

**REGIONAL PLANNING IN SANTA CATARINA STATE ON THE XXI CENTURY:
THE ART STATUS**

ABSTRACT:

The paper concerns on regional planning. The research questions were: what is the art status of intellectual production on regional planning in Santa Catarina State in the recent period? Which criterions are possible to uncover academic productions on regional planning? What are the main results of the academic research projects about regional planning in Santa Catarina State in recent years? The main objective of the paper was to formulate an up-to-date frame of intellectual production (in other words, schedule the academic and scientific production) about regional planning, especially from governmental basis, emphasizing the Regional Development State Departments experience that was implemented in Santa Catarina since 2003.

Key-words: Regional planning. Governmental planning. Santa Catarina State. Regional Development State Departments.

²⁷ Artigo resultante de pesquisa de Iniciação Científica financiada com recursos provenientes do PIPE/Artigo 170. Apoio: FURB e Governo do Estado de Santa Catarina.

²⁸ Estudante de Graduação em Ciências Econômicas da FURB e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional. Email: franklinzummach@gmail.com

²⁹ Economista, doutor em Geografia pela Universität Tübingen, professor e pesquisador da FURB, e coordenador do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional. Email: theis@furb.br

1 INTRODUÇÃO

O planejamento considerado como processo de decisão contínua e antecipatória; que integra o sistema racional de ação humana; que interliga todos os elementos relevantes para direcioná-los aos resultados desejados; um processo, portanto, governado pelos fins, não subordinado aos meios (OZBEKHAN, 1971); enfim, o planejamento assim entendido, remete aos primórdios da organização da vida humana no planeta. No entanto, a preocupação aqui é com o planejamento moderno. Aliás, planejamento moderno tampouco traduz a abrangência que se pretende conferir ao objeto deste artigo. O que se tem em vista é o moderno planejamento associado às medidas de intervenção governamental num tempo em que já se consolidaram os Estados nacionais. A escala deste planejamento pode ser a do Estado-nacional ou a da cidade. Contudo, aqui a atenção deverá se concentrar no planejamento regional. Parte considerável da literatura especializada sugere que o planejamento moderno recebeu importante contribuição da reforma urbana que G.-E. Haussmann levava a efeito em Paris sob Napoleão III. Mas, o planejamento que pela primeira vez ganharia a escala de um Estado-nacional foi o introduzido na Rússia após a Revolução de 1917. O governo revolucionário procurou reorganizar a economia adotando planos governamentais quinquenais. A partir do planejamento na Rússia não capitalista passou-se a distinguir economias capitalistas de mercado de economias centralmente planejadas (MIGLIOLI, 1983). O planejamento central logo seria adotado nos países da Europa Oriental que saíram da órbita de influência do capitalismo liberal vigente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Todavia, em face das consequências econômicas (falências de empresas) e sociais (desemprego), decorrentes da quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, também os países capitalistas recorreriam ao planejamento. Não há dúvidas de que na Rússia pós-Revolução havia um planejamento que abarcava um largo espectro da economia: o Estado estendia sua presença desde a organização da produção até a propriedade dos meios de produção. Já nas economias capitalistas de mercado o Estado adotava um planejamento que se limitava a reduzir o grau de incerteza nos movimentos gerais (por exemplo, nas decisões de investimento) do capital privado.

A história do capitalismo no período do pós-guerra é a do Estado de Bem-Estar Social. E aí, sobretudo, nos países da Europa Ocidental, o planejamento passaria a ter grande relevância (ROSANVALLON, 1984). Na América Latina o planejamento entraria por influência do órgão criado pela Organização das Nações Unidas, a Comissão Econômica para

a América Latina e o Caribe (CEPAL), para assessorar seus governos com dados, estatísticas e recomendações de políticas. No Brasil, essa influência se faria sentir já nos anos 1950, por intermédio de Celso Furtado, economista da CEPAL e primeiro Ministro do Planejamento, durante o governo de João Goulart (BIELSCHOWSKY, 2000). Poucas dúvidas há de que desde os anos 1940 até os anos 1970 predominou um tipo de planejamento marcado pela preocupação com questões econômicas (SAITH, 2008). Com efeito, o fato de o planejamento ganhar maior relevância com a intervenção do Estado para regular a demanda converteu-o num poderoso instrumento de política econômica. No pós-guerra esse planejamento, principalmente, nos países da Europa Ocidental, passaria a abranger preocupações sociais. Todavia, com a ascensão do neoliberalismo, lá onde ele existia, o Estado de Bem-Estar Social acabaria sendo progressivamente desmontado (VALENCIA P., 2007). E as funções do Estado seriam completamente redirecionadas: políticas fiscais dariam lugar a políticas monetárias, o longo prazo daria lugar ao curto prazo, o público daria lugar ao privado. E nesse ambiente o planejamento já não fazia sentido (FIORI, 1999). Então começou a ganhar importância um tipo de planejamento mercadológico. Pautado por uma prática administrativa de estilo empresarial, o planejamento emergido no período de mais exacerbado neoliberalismo enfatizaria parcerias público-privadas, postularia a flexibilização de leis e normas e centraria sua preocupação no aumento da competitividade econômica. Esse tipo de planejamento, em estreita consonância com a terceirização das responsabilidades do Estado (desmontado pelo neoliberalismo), ofereceu à sociedade (convertida numa grande empresa) seus préstimos na forma de planos estratégicos e gestão estratégica (VAINER, 2007).

A evolução do planejamento, de suas origens até o auge do neoliberalismo, tem sido explicada por diferentes modelos. Alguns deles parecem capazes de trazer à superfície aspectos cruciais do processo de planejamento como, por exemplo, as motivações, os sujeitos e instituições envolvidos, e o próprio contexto pesquisado (FRIEDMANN, 2003). Para estudiosos como Lauria & Wagner (2006), a produção científica mais significativa sobre planejamento, entre 1980 e meados da década de 2000, permite identificar, pelo menos, cinco modelos teóricos: a teoria do planejamento comunicativo, o modelo da teoria crítica, o planejamento de inspiração foucaultiana, o modelo pós-estruturalista e o planejamento inspirado na Economia Política. Outros, como Fainstein (2000), diferenciam entre planejamento colaborativo, planejamento do novo urbanismo e o citado planejamento inspirado na Economia Política. Entre estes últimos, tem se destacado a teoria do planejamento colaborativo (HEALEY, 2003, 2005, 2008). A publicação recente de uma

coletânea em três volumes, abrangendo desde textos fundadores até a literatura sobre os movimentos contemporâneos do planejamento (HILLIER; HEALEY, 2008a, 2008b, 2008c) amplia ainda mais o leque de modelos e tendências presentes no planejamento, dos seus primórdios até hoje. Assim, quanto mais resenhas se consultar para a confecção de uma lista, mais e mais correntes sobre planejamento emergirão. Por exemplo, há estudos que empregam um referencial típico do que poderia ser traduzido por planejamento participativo [ver, por exemplo, Mason & Beard (2008)] assim como, enfoques menos conhecidos, que poderiam ser designados por planejamento democrático, radical ou insurgente (MIRAFTAB, 2009; MOULAERT & CABARET, 2006; NAKATANI & HERRERA, 2008). De modo que, dada a variedade dos discursos sobre planejamento (PORTUGALI; ALFASI, 2008), talvez seja inútil sistematizar as diversas correntes. Em algum grau, os estudos realizados no Brasil, sobre a realidade brasileira, refletem esse desenvolvimento. Percebe-se tanto a presença, ainda forte, do planejamento econômico quanto, cada vez mais, do planejamento urbano. Há tanto a influência do planejamento comunicativo quanto do colaborativo, do planejamento democrático (ou radical ou insurgente) como do neo-urbanista. Entre outros, pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), como Randolph (2007) e Vainer (2007), têm alimentado o debate sobre a problemática teórica e prática do planejamento, em diversas escalas, no Brasil.

Esta breve revisão bibliográfica deve ter permitido uma melhor delimitação do objeto deste artigo. A finalidade é de que sirva de pano de fundo para a construção de um quadro atualizado da produção intelectual sobre planejamento, especialmente, sobre o planejamento regional em Santa Catarina no período recente. Espacialmente, o tema privilegia a experiência de planejamento regional numa unidade da federação específica, nomeadamente, Santa Catarina. Temporalmente, cobre o período recente, aqui estabelecido o recorte de 2001 a 2012. As seguintes perguntas de pesquisa nortearam o trabalho: qual é o estado da arte da produção intelectual sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente? A partir de quais critérios pode se levantar a produção sobre planejamento regional? Quais são os resultados mais concretos do levantamento da produção intelectual sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente? Partiu-se das seguintes hipóteses: em primeiro lugar, a produção acadêmica e científica sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente cresceu em volume. Em segundo lugar, essa produção intelectual pode ser melhor avaliada a partir do emprego de critérios como: tipos de trabalho, autores, orientadores, instituições, cursos, editoras, eventos e periódicos mais frequentes.

Assim, o objetivo central foi construir um quadro atualizado da produção intelectual (isto é, inventariar a produção acadêmica e científica) sobre planejamento regional, especialmente, de origem governamental, com ênfase na experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional, em Santa Catarina, no período recente. Quanto aos objetivos específicos, foram considerados os seguintes: (a) proceder ao levantamento da produção sobre planejamento regional, considerando o contexto geográfico (o território de uma unidade da federação: Santa Catarina) e histórico (o período recente, que compreende o período de 2001 a 2012); (b) identificar e catalogar a produção acadêmica, isto é, em forma de relatórios de pesquisa, monografias (trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização), dissertações (de mestrado) e teses (de doutorado) que se refiram a planejamento regional em Santa Catarina no período recente; (c) identificar e catalogar a produção científica, isto é, em forma de comunicações e artigos publicados em anais de eventos, de artigos e ensaios em periódicos e de capítulos de livro e livros que se refiram a planejamento regional em Santa Catarina no período recente; e (d) dimensionar a produção identificada e catalogada em termos de sua maior ou menor frequência.

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira seção consiste nesta introdução. Na segunda apresentam-se material e métodos utilizados na pesquisa que originou este artigo. A terceira apresenta e discute os resultados alcançados. Por fim, a quarta seção corresponde às considerações finais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Os passos seguidos na execução da pesquisa foram inspirados, em parte, em Lakatos e Marconi (2001). Em primeiro lugar, quanto ao método de abordagem. Partiu-se do pressuposto de que o planejamento, enquanto objeto de estudo, pode ser apreendido enquanto processo social. Como tal, envolve conflitos entre grupos e classes sociais, entre governantes e governados, entre os sujeitos e as instituições que logram impor seus interesses no momento da formulação, da execução ou da avaliação de planos. A plena compreensão desse processo sugere o recurso à perspectiva dialética, que privilegia enfoques baseados na contradição e na produção de sínteses, como a abordagem mais adequada à produção de respostas teoricamente significativas e socialmente relevantes.

Em segundo lugar, quanto aos métodos de procedimento. Numa etapa inicial foram estabelecidos e ajustados os critérios a partir dos quais se pretendia inventariar/mapear a

produção acadêmica e científica sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente. Levando em consideração o tema proposto e a especial importância dedicada à experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional, foram definidas as seguintes palavras-chave: *planejamento regional Santa Catarina*; *planejamento regional SC*; *planejamento territorial Santa Catarina*; *planejamento territorial SC*; *planejamento governamental Santa Catarina*; *planejamento governamental SC*; *Secretarias de Desenvolvimento Regional*; *SDR*. Numa etapa seguinte foi realizado, então, um amplo levantamento de fontes³⁰ (Quadro 1), nas quais puderam ser identificados e levantados: relatórios de pesquisa, monografias dissertações, teses, artigos e ensaios publicados em periódicos, comunicações e artigos apresentados em eventos, capítulos de livro e livros. A terceira etapa consistiu de um levantamento rigoroso e exaustivo da produção intelectual sobre o tema. Tais métodos de procedimento constituem o que tem sido designado estado da arte ou estado do conhecimento (FERREIRA, 2002), às vezes, estado da questão (NÓBREGA- THERRIEN; THERRIEN, 2004).³¹ Os resultados obtidos, após a busca através das palavras-chave, foram previamente selecionados por meio da leitura dos resumos correspondentes. Nos casos em que os resumos não possibilitaram identificar se o trabalho se encaixava nos critérios estabelecidos, partiu-se para a leitura integral do texto.

³⁰ Devido a grande quantidade de Instituições de Ensino Superior - IES em Santa Catarina e a inacessibilidade digital ao catálogo de muitas delas, para o levantamento dos relatórios de pesquisa e das monografias foram considerados apenas universidades, centros universitários e institutos federais, conforme constante no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Educação (<<http://www.sed.sc.gov.br/alunos/instituicoes-de-ensino-superior/universidades>>), estas somam, assim, um total de 19: as 16 IES pertencentes à ACAFE; a UFSC; a UNIASSELVI; e o IF-SC. Não foram consideradas, portanto, as faculdades (<<http://www.sed.sc.gov.br/alunos/instituicoes-de-ensino-superior/faculdades>>). Além disso, por conta da inexistência de catálogos integrados de relatórios de pesquisa e de monografias (ao contrário de dissertações e teses, para as quais existe o Banco de Teses da Capes (CAPES, 2013a) e a BDTD (IBICT, 2013)), não foram consultados acervos de IES localizadas fora de Santa Catarina, excluindo, desta forma, eventuais relatórios de pesquisa e monografias produzidos sobre planejamento regional em Santa Catarina em IES não catarinenses. Contudo, a consulta realizada junto à Plataforma Lattes (CNPq, 2013) pode ter suprido tal deficiência.

³¹ Tais pesquisas vêm crescendo em quantidade nos últimos tempos, tanto no Brasil quanto em outros países (FERREIRA, 2002). Segundo Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 7), essas pesquisas têm como objetivo “[...] levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance.” Neste sentido, a principal motivação para pesquisar o “estado da arte” é, conforme Ferreira (2002, p. 258), “A sensação [...] do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo.”

Quadro 1 – Fontes utilizadas para inventariar a produção acadêmica e científica sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente

Fonte	Descrição	Tipo de produção
<i>Banco de Teses da Capes/MEC</i> (CAPES, 2013a)	Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes que contempla informações de teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país.	Dissertações; teses
<i>Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações</i> (IBICT, 2013)	Biblioteca digital criada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras.	Dissertações; teses
<i>Biblioteca IF-SC</i> (IF-SC, 2013)	Biblioteca digital do Instituto Federal de Santa Catarina - IF-SC que abrange a bibliografia disponível em todos os <i>campi</i> do IF-SC.	Artigos e ensaios publicados em periódicos; livros; capítulos de livros; relatórios de pesquisa; monografias; dissertações; teses
<i>Bibliotecas Dante Alighieri</i> (UNIASSELVI, 2013)	Biblioteca digital do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI.	Artigos e ensaios publicados em periódicos; livros; capítulos de livros; relatórios de pesquisa; monografias; dissertações; teses
<i>Catálogo da ACAFE</i> (ACAFE, 2013)	Catálogo coletivo das 16 Instituições de Ensino Superior - IES associadas à Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE. São elas: FURB, UNIFEPE, UNIBAVE, UNIDAVI, CATÓLICA SC, UNIPLAC, UNESC, UNIVILLE, UNIVALI, UNISUL, UDESC, UnC, UNOESC, UNOCHAPECÓ, USJ e UNIARP.	Artigos e ensaios publicados em periódicos; livros; capítulos de livros; relatórios de pesquisa; monografias; dissertações; teses
<i>Plataforma Lattes</i> (CNPq, 2013)	Plataforma virtual criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que integra bases de dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições em um único sistema de informações.	Artigos e ensaios publicados em periódicos; comunicações e artigos apresentados em eventos; livros; capítulos de livros; relatórios de pesquisa; monografias; dissertações; teses
<i>Portal de Periódicos da Capes/MEC</i> (CAPES, 2013b)	Biblioteca virtual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes que disponibiliza artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais.	Artigos e ensaios publicados em periódicos
<i>REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal</i> (REDALYC, 2013)	Criado pela Universidade Autónoma do Estado do México, é um banco de dados eletrônico que reúne a principal produção científica latino-americana.	Artigos e ensaios publicados em periódicos
<i>SciELO - Scientific Electronic Library Online</i> (SCIELO, 2013)	Biblioteca eletrônica mantida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – BIREME, que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos.	Artigos e ensaios publicados em periódicos
<i>Sistema de Bibliotecas da UFSC</i> (UFSC, 2013)	Acervo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.	Artigos e ensaios publicados em periódicos; livros; capítulos de livros; relatórios de pesquisa; monografias; dissertações; teses

Fonte: Elaboração própria.

Em terceiro lugar, quanto à população e à amostra. Privilegiaram-se as fontes que propiciaram os dados para a execução da pesquisa. Geograficamente, o tema foi limitado à experiência de planejamento regional que teve lugar em Santa Catarina. Assim, a produção acadêmica e científica identificada, levantada e catalogada faz referência ao planejamento regional numa unidade da federação específica, nomeadamente, Santa Catarina. Historicamente, o tema foi limitado à produção intelectual que cobre o período de 2001 a 2012, posto que se intenta lançar luz, em especial, sobre a produção acadêmica e científica a respeito das Secretarias de Desenvolvimento Regional, que vieram à superfície em 2003.

Em quarto lugar, quanto à coleta de dados, a técnica privilegiada foi a de levantamento e catalogação da produção acadêmica e científica, em correspondência com o método de procedimento designado estado da arte. Em outras palavras, trata-se de uma modalidade de investigação que repousa no levantamento sistemático da produção intelectual num certo campo do conhecimento.

Em síntese, a pesquisa que deu origem a este artigo foi delineada com base: (a) no método dialético de abordagem; (b) num abrangente levantamento da produção intelectual do tipo estado da arte sobre planejamento regional; (c) na delimitação do universo de pesquisa (especialmente) a Santa Catarina e (temporalmente) ao período entre 2001 e 2012; e (d) na coleta de dados (mediante identificação, levantamento e catalogação) a respeito da produção acadêmica e científica sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção é dedicada à apresentação e discussão dos resultados obtidos na pesquisa. Encontrou-se, após a busca e seleção, um total de 220 trabalhos sobre a temática do planejamento regional em Santa Catarina no período recente (entre 2001 e 2012). Esses 220 estudos foram devidamente organizados na forma de um catálogo³². Para sua melhor visualização, os dados catalogados estão sintetizados em quadros. Tais quadros são apresentados e discutidos na seguinte ordem: primeiramente (Quadro 2), os trabalhos são

³² Por conta dos limites de páginas para a realização deste artigo, o catálogo com a produção acadêmica e científica, sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, não pode ser inserido dentro do artigo. No entanto, para socializar os resultados aqui apresentados, evidenciar a origem dos dados e, sobretudo, para facilitar ao leitor a sua compreensão, o catálogo está disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: <<https://drive.google.com/file/d/0B54CYDQZF7ljNEY4MGhIS2wyejQ/edit?usp=sharing>>.

classificados de acordo com o tipo de produção (se acadêmica ou científica) e tipo de trabalho (conforme as oito³³ categorias anteriormente definidas). Após isso (Quadro 3), apresenta-se uma série histórica dos 220 trabalhos identificados. Em seguida (Quadros 4 a 11), são apresentados diagnósticos de frequência conforme o tipo de trabalho considerado. Ao final (Quadros 12 a 14), são sintetizados os autores mais frequentes, levando em conta a totalidade dos 220 trabalhos, além dos orientadores e as instituições mais frequentes, através da soma dos resultados alcançados nas monografias, dissertações e teses.

Quadro 2 – Trabalhos sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, por tipo de produção e tipo de trabalho, 2001-2012

Tipo de produção			
Produção acadêmica		Produção científica	
Tipo de trabalho	Nº de trabalhos	Tipo de trabalho	Nº de trabalhos
Relatórios de pesquisa	9	Artigos e ensaios publicados em periódicos	43
Monografias	15	Comunicações e artigos apresentados em eventos	73
Dissertações	37	Livros	25
Teses	12	Capítulos de livros	16
Total	73	Total	147

Fonte: ACAFE (2013); CAPES (2013a); CAPES (2013b); CNPq (2013); IBICT (2013); IF-SC (2013); REDALYC (2013); SCIELO (2013); UFSC (2013); UNIASSELVI (2013).

O Quadro 2 mostra que os 220 trabalhos selecionados estão divididos em 147 produções científicas que, por sua vez, dividem-se em 43 artigos e ensaios publicados em periódicos, 73 comunicações e artigos apresentados em eventos, 15 livros e 16 capítulos de livros; e 73 produções acadêmicas que, por sua vez, dividem-se em 9 relatórios de pesquisa, 15 monografias, 37 dissertações e 12 teses. Observa-se um predomínio da produção científica sobre a produção acadêmica, já que a primeira representa 66,8% do total de 220 trabalhos, e a segunda, portanto, apenas 33,2%. Individualmente, as comunicações e artigos apresentados em eventos são o tipo de trabalho mais frequente: 73 (33,2% do total), enquanto os relatórios de pesquisa são o tipo de trabalho de menor quantidade, totalizando apenas 9 (4,1%).

Quadro 3 – Série histórica da produção acadêmica e científica sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Quantidade	2	3	3	13	13	16	27	26	30	37	20	30	220

Fonte: ACAFE (2013); CAPES (2013a); CAPES (2013b); CNPq (2013); IBICT (2013); IF-SC (2013); REDALYC (2013); SCIELO (2013); UFSC (2013); UNIASSELVI (2013).

³³ Relatórios de pesquisa, monografias (trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização), dissertações (de mestrado), teses (de doutorado), artigos e ensaios publicados em periódicos, comunicações e artigos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros.

A série histórica da produção acadêmica e científica entre 2001 e 2012 (Quadro 3) evidencia um crescimento significativo da produção a partir de 2004, passando de 3 trabalhos em 2003 para 13 trabalhos. Tal crescimento continuou até o ano de 2010, chegando a 37 trabalhos neste ano. Em 2011, houve uma queda para 20 trabalhos, no entanto, em 2012 voltou a crescer, sendo produzidos 30 trabalhos.

A seguir, são apresentados diagnósticos de frequência referentes aos oito tipos de trabalhos selecionados. Os quatro primeiros quadros (Quadros 4 a 7) dizem respeito à produção acadêmica, respectivamente, relatórios de pesquisa, monografias (trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização), dissertações (de mestrado) e teses (de doutorado). Os quatro quadros seguintes (Quadros 8 a 11) tratam, respectivamente, da produção científica, isto é, artigos e ensaios publicados em periódicos, comunicações e artigos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros.

Quadro 4 – Autores mais frequentes em relatórios de pesquisa sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Autor com maior número de relatórios de pesquisa ³⁴	Nº de relatórios de pesquisa
Ivo Marcos Theis	4
Walter Marcos Knaesel Birkner	3
Diego Boehlke Vargas	2
Demais autores	1

Fonte: ACAFE (2013); CNPq (2013); IF-SC (2013); UFSC (2013); UNIASSELVI (2013).

No que diz respeito aos autores mais frequentes em relatórios de pesquisa, conforme o Quadro 4, *Ivo Marcos Theis* aparece à frente dos demais, com 4 relatórios de pesquisa. *Walter Marcos Knaesel Birkner* vem em seguida com 3 relatórios e *Diego Boehlke Vargas* com 2. Os demais autores, 9 no total, têm apenas 1 relatório de pesquisa.

Quadro 5 – Orientadores, instituições e cursos mais frequentes em monografias (de graduação e especialização) sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Orientador com maior número de orientações	Nº de monografias	Instituição com maior número de monografias	Nº de monografias	Curso com maior número de monografias	Nº de monografias
Ivo Marcos Theis	3	FURB	5	Especialização em Administração Pública (UNOESC)	4
Eliane Salete Filippim	2	UFSC	4	Graduação em Ciências Contábeis (UFSC)	3
Flávio da Cruz	2	UNOESC	4	Demais cursos	1
Demais orientadores	1	Demais instituições	1		

Fonte: ACAFE (2013); CNPq (2013); IF-SC (2013); UFSC (2013); UNIASSELVI (2013).

³⁴ Autoria individual ou coletiva.

No tocante aos orientadores mais frequentes em monografias, 3 orientadores apresentam maior relevância. *Ivo Marcos Theis* realizou 3 orientações, enquanto *Eliane Salete Filippim* e *Flávio da Cruz* têm 2 orientações. Os demais orientadores, 9 no total, têm apenas uma monografia orientada. Já em relação às instituições com maior número de monografias, a *FURB* está à frente com 5, seguida da *UFSC* e da *UNOESC* com 4 monografias. As 2 outras instituições (*Unochapecó* e *UEPG*) possuem, cada uma, 1 monografia.

Finalmente, quanto aos cursos (de graduação e de especialização), onde foram realizadas as monografias, o curso de *Especialização em Administração Pública da UNOESC* tem o maior número de monografias, 4 no total. A *Graduação em Ciências Contábeis da UFSC* aparece logo depois com 3 monografias. Os cursos restantes possuem apenas 1 monografia cada um. É interessante notar que a *FURB*, instituição com maior número de monografias, tem suas 5 monografias dispersas em diferentes cursos (*Graduações em Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Ciências Sociais e Especialização em Planejamento e Gestão Urbana e Regional*), ao contrário da *UNOESC*, que concentrou suas 4 monografias na *Especialização em Administração Pública*, e da *UFSC*, onde 3 das 4 monografias foram produzidas por estudantes de *Graduação em Ciências Contábeis*.

Igualmente às monografias, os resultados dispostos no Quadro 6 indicam que o orientador com maior número de orientações é *Ivo Marcos Theis*, com 6 dissertações. *Isa de Oliveira Rocha* vem em seguida com 3 e, 3 orientadores (*Maria Luiza Milani, Paulo dos Santos Pires* e *Paulo Henrique Freire Vieira*), com 2 dissertações cada um. Os demais orientadores têm apenas 1 orientação cada um. No que se refere às instituições, a *UFSC* é aquela com maior número de dissertações, somando um total de 11. Uma dissertação a mais que a *FURB*, que tem 10. Em seguida vem a *UDESC* com 6 e a *UnC* e a *Univali*, ambas com 4 dissertações. As outras instituições, *UCS* e *Unochapecó*, têm apenas 1 dissertação cada.

Quadro 6 – Orientadores, instituições e cursos mais frequentes em dissertações (de mestrado acadêmico e mestrado profissional) sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Orientador com maior número de orientações	Nº de dissertações	Instituição com maior número de dissertações	Nº de dissertações	Curso com maior número de dissertações	Nº de dissertações
Ivo Marcos Theis	6	UFSC	11	Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional (FURB)	10
Isa de Oliveira Rocha	3	FURB	10	Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional (UnC)	4
Maria Luíza Milani*	2	UDESC	6	Mestrado Acadêmico em Administração (UDESC)	2
Paulo dos Santos Pires	2	UnC	4	Mestrado Acadêmico em Administração (UFSC)	2
Paulo Henrique Freire Vieira**	2	Univali	4	Mestrado Acadêmico em Engenharia de Produção (UFSC)	2
Demais orientadores	1	Demais instituições	1	Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria (Univali)	2
				Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental (UDESC)	2
				Demais cursos	1

Fonte: ACAFE (2013); CAPES (2013a); CNPq (2013); IBICT (2013); IF-SC (2013); UFSC (2013); UNIASSEVI (2013).

Por fim, examinando-se os cursos, pode-se observar que o *Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional da FURB* é aquele no qual se concentra boa parte das dissertações, 10 no total, o que representa 27% entre 37 identificadas na pesquisa. O *Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional da UnC* vem em segundo lugar com 4 dissertações, e 5 cursos têm 2 dissertações. Os demais cursos, 13 no total, têm uma dissertação cada um. Uma observação pertinente é que a *UFSC*, apesar de primeira colocada no total, tem apenas um curso que produziu mais de uma dissertação (*Mestrado Acadêmico em Engenharia de Produção*); o restante tem uma dissertação cada um. Ou seja, as 11 dissertações estão dispersas em 10 cursos. De maneira oposta, todas as 10 dissertações da *FURB* foram produzidas no *Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional*; assim também a *UnC*, que produziu suas 4 dissertações no *Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional*.

* Uma dissertação como orientadora e uma como co-orientadora.

** Uma dissertação como orientador e uma como co-orientador.

Quadro 7 – Orientadores, instituições e cursos mais frequentes em teses (de doutorado) sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Orientador com maior número de orientações	Nº de teses	Instituição com maior número de teses	Nº de teses	Curso com maior número de teses	Nº de teses
Nelson Casarotto Filho	2	UFSC	7	Doutorado em Engenharia de Produção	4
Demais orientadores	1	USP	3	Demais cursos	1
		Demais instituições	1		

Fonte: ACAFE (2013); CAPES (2013a); CNPq (2013); IBICT (2013); IF-SC (2013); UFSC (2013); UNIASSEVI (2013).

Das 12 teses produzidas, apenas um orientador apresenta maior destaque, *Nelson Casarotto Filho* que orientou duas teses. Os demais orientaram apenas 1 tese cada um. Já no que tange às instituições, a *UFSC* domina a produção, com 7 teses, o que representa mais de 58% do total. A *USP* aparece em seguida com 3 teses e as demais instituições, *UFRJ* e *UFBA*, produziram 1 tese cada uma. Quanto aos cursos, o único que apresenta maior relevância é o *Doutorado em Engenharia de Produção da UFSC*, com 4 teses. Os outros cursos de doutorado têm apenas uma tese cada um.

Concluídas as apresentação e discussão da produção acadêmica, dá-se atenção à produção científica.

Quadro 8 – Autores e periódicos mais frequentes em artigos e ensaios publicados em periódicos sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Autor com maior número de artigos e ensaios ³⁵	Nº de artigos e ensaios	Periódico com maior número de artigos e ensaios	Nº de artigos e ensaios
Ivo Marcos Theis	8	Desenvolvimento em Questão	3
Walter Marcos Knaesel Birkner	8	Desenvolvimento Regional em Debate	3
Eliane Salete Filippim	6	Cadernos EBAPE.BR	2
Diego Boelhke Vargas	4	Dynamis	2
Carlos Ricardo Rossetto	3	Informe GEPEC	2
Luciana Butzke	3	Política & Sociedade	2
Valdir Roque Dallabrida	3	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	2
Ademar Dutra	2	Revista de Ciências da Administração	2
Ademir Antônio Cazella	2	Revista Húmus	2
Adriana Marques Rossetto	2	Revista Katálysis	2
Alcides Goularti Fiho	2	Revista Paranaense de Desenvolvimento	2
Carlos Alberto Cioce Sampaio	2	Demais periódicos	1
Carolina Andion	2		
Fabrcio Ricardo de Limas Tomio	2		
Luciane Tischler Rudnick	2		
Paulo Henrique Freire Vieira	2		
Demais autores	1		

Fonte: ACAFE (2013); CAPES (2013b); CNPq (2013); IF-SC (2013); REDALYC (2013); SCIELO (2013); UFSC (2013); UNIASSEVI (2013).

³⁵ Autoria individual ou coletiva.

Os resultados dispostos indicam que 2 autores – *Ivo Marcos Theis* e *Walter Marcos Knaesel Birkner* têm a maior produção em forma de artigos e ensaios, sendo que cada um publicou 8 artigos/ensaios. Em seguida, *Eliane Salete Filippim* aparece com 6 artigos/ensaios. Merece destaque também, com 4 publicações, o autor *Diego Boelhke Vargas*. Ademais, 3 autores possuem 3 publicações, enquanto, 9 autores publicaram 2 artigos/ensaios. Os demais autores têm apenas 1 artigo/ensaio publicado. Quanto aos periódicos, 2 deles aparecem com maior número (3) de artigos/ensaios publicados: *Desenvolvimento em Questão* e *Desenvolvimento Regional em Debate*. Outros 9 periódicos têm 2 artigos/ensaios publicados e os demais publicaram apenas um artigo/ensaio cada um. A seguir, são apresentados os resultados obtidos na busca e seleção de comunicações e artigos apresentados em eventos.

Quadro 9 – Autores e eventos mais frequentes em comunicações e artigos apresentados em eventos sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Autor com maior número de comunicações e artigos ³⁶	Nº de comunicações e artigos	Evento com maior número de comunicações e artigos	Nº de comunicações e artigos
Ivo Marcos Theis	16	Encontro de Economia Catarinense	16
Luciana Butzke	15	Bienal del Coloquio de Transformaciones Territoriales	5
Eliane Salete Filippim	12	EnAPG - Encontro de Administração Pública e Governança	4
Diego Boelhke Vargas	9	Colóquio Internacional sobre Poder Local	3
Maurício Vasconcellos Leão Lyrio	7	Seminário de Iniciação Científica – UNOESC	3
Walter Marcos Knaesel Birkner	7	Colóquio de Educação	2
Ademar Dutra	6	Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial	2
Angélica Massuquetti	6	Encontro da ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional	2
Juliano Giassi Goularti	6	Encontro Nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade	2
Leonardo Ensslin	6	MIPE - Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão – FURB	2
Vanessa Krützmann	6	Seminário Integrado de Pesquisa e Extensão Universitária - SIPEX (UnC)	2
Cátia Fernanda da Silva	4	SIDR - Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional	2
Eduarda Martins Correa da Silveira	4	Demais eventos	1
Luciane Tischler Rudnick	4		
Sandra Rolim Ensslin	4		
Marcos Antônio Mattedi	3		
Maristela Macedo Poleza	3		
13 autores	2		
51 autores	1		

Fonte: CNPq (2013).

³⁶ Autoria individual ou coletiva.

Na análise dos autores mais frequentes em comunicações e artigos apresentados em eventos, o autor *Ivo Marcos Theis* lidera com 16 trabalhos, seguido por *Luciana Butzke* com 15, *Eliane Salete Filippim* com 12, *Diego Boelhke Vargas* com 9. Ainda, 2 autores (*Maurício Vasconcellos Leão Lyrio* e *Walter Marcos Knaesel Birkner*) possuem 7 apresentações, 5 autores têm 6 apresentações, 4 autores têm 4 apresentações, 2 autores têm 3 apresentações e 13 autores têm 2 apresentações. Os demais têm apenas 1 comunicação/artigo apresentado. Quanto aos eventos onde foram apresentadas as comunicações e artigos, o *Encontro de Economia Catarinense* tem notoriedade. Esse evento foi local de apresentação de um total de 16 (quase 22% do total) comunicações/artigos, quantidade, como mostra o Quadro 4, bastante superior aos demais eventos. O segundo evento com maior número de comunicações/artigos, a *Bienal del Coloquio de Transformaciones Territoriales*, tem apenas 5. Depois deste, aparece o *EnAPG - Encontro de Administração Pública e Governança* com 4 comunicações/artigos, seguido pelo *Colóquio Internacional sobre Poder Local* e pelo *Seminário de Iniciação Científica - UNOESC*, ambos com 3. Com 2 comunicações/artigos aparecem 7 eventos e os demais eventos têm apenas 1. Outro tipo de produção científica abrangida são os livros, apresentados abaixo no Quadro 10.

Quadro 10 – Autores/organizadores e editoras mais frequentes em livros publicados sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Autor/organizador com maior número de livros publicados ³⁷	Nº de livros publicados	Editora com maior número de livros publicados	Nº de livros publicados
Alcides Goularti Filho	2	Edifurb (Blumenau)	3
Ivo Marcos Theis	2	Argos (Chapecó)	2
Demais autores/organizadores	1	Demais editoras	1

Fonte: ACAFE (2013); CNPq (2013); IF-SC (2013); UFSC (2013); UNIASSELVI (2013).

Em relação aos autores/organizadores, 2 (*Alcides Goularti Filho* e *Ivo Marcos Theis*) têm destaque na produção científica em livros, tendo cada um publicado 2 livros como autor/organizador. Os demais autores/organizadores, 19 no total, publicaram apenas 1 livro. Quanto às editoras com maior número de livros publicados, a *Edifurb* de Blumenau-SC aparece em primeiro lugar, com um total de 3 livros. Em seguida vem a *Argos* de Chapecó-SC, com 2 livros. As outras editoras, 10 no total, possuem apenas um livro publicado. Para concluir o levantamento da produção científica sobre planejamento regional no período recente foram recenseados capítulos de livros.

³⁷ Autoria e/ou organização individual ou coletiva.

Quadro 11 – Autores e editoras mais frequentes em capítulos de livros publicados sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Autor com maior número de capítulos de livros publicados³⁸	Nº de capítulos de livros publicados	Editora com maior número de capítulos de livros publicados	Nº de capítulos de livros publicados
Ivo Marcos Theis	6	Edifurb (Blumenau)	4
Alcides Goularti Filho	2	Argos (Chapecó)	3
Hoyêdo Nunes Lins	2	Garamond Universitária (Rio de Janeiro)	3
Luciana Butzke	2	Demais editoras	1
Demais autores	1		

Fonte: CNPq (2013).

Analisando-se a autoria de capítulos de livros, observa-se que o autor mais frequente é *Ivo Marcos Theis*, com 6 capítulos de livros publicados. A seguir, aparecem 3 autores (*Alcides Goularti Filho*, *Hoyêdo Nunes Lins* e *Luciana Butzke*) com 2 capítulos publicados. Os demais autores, 14 no total, têm apenas um capítulo publicado. Em relação às editoras dos livros onde foram publicados os capítulos, a *Edifurb* de Blumenau-SC, assim como em relação aos livros, tem o maior número de capítulos publicados. Em segundo lugar aparecem a *Argos* de Chapecó-SC e a *Garamond Universitária* do Rio de Janeiro-RJ, com 3 capítulos publicados, sendo que as demais 6 editoras publicaram apenas um capítulo de livro.

Com base nos resultados acima, é apresentada, em seguida, uma síntese dos autores, orientadores e instituições mais frequentes nos estudos catalogados.

³⁸ Autoria individual ou coletiva.

Quadro 12 – Autores mais frequentes na produção acadêmica e científica sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Autor com maior número de trabalhos	Nº de trabalhos	Quantidade/Tipo
Ivo Marcos Theis	36	8 artigos/ensaios em periódicos; 16 comunicações/artigos em eventos; 2 livros; 6 capítulos de livros; 4 relatórios de pesquisa
Eliane Salete Filippim	21	6 artigos/ensaios em periódicos; 12 comunicações/artigos em eventos; 1 capítulo livro; 1 relatório de pesquisa; 1 tese
Luciana Butzke	21	3 artigos/ensaios em periódicos; 15 comunicações/artigos em eventos; 2 capítulos de livros; 1 dissertação
Walter Marcos Knaesel Birkner	20	8 artigos/ensaios em periódicos; 7 comunicações/artigos em eventos; 1 livro; 1 capítulo de livro; 3 relatórios de pesquisa
Diego Boelhke Vargas	16	4 artigos/ensaios em periódicos; 9 comunicações/artigos em eventos; 2 relatórios de pesquisa; 1 monografia

Fonte: ACAFE (2013); CAPES (2013a); CAPES (2013b); CNPq (2013); IBICT (2013); IF-SC (2013); REDALYC (2013); SCIELO (2013); UFSC (2013); UNIASSELVI (2013).

Na análise geral de autores mais frequentes na produção acadêmica e científica, pode-se afirmar que 5 autores têm maior relevância. Primeiramente, *Ivo Marcos Theis*, que produziu 36 trabalhos, o que corresponde a mais de 16% da produção total aqui identificada. Em segundo lugar, aparecem empatadas *Eliane Salete Filippim* e *Luciana Butzke*, autoras, cada uma, de 21 trabalhos (9,5%). Com um trabalho a menos, *Walter Marcos Knaesel Birkner* aparece em terceiro lugar, com 20 trabalhos, sendo o autor responsável por mais de 9% da produção total. Por fim, *Diego Boelhke Vargas* com 16 trabalhos, o que representa mais de 7% do total.

Quadro 13 – Orientadores mais frequentes na produção acadêmica (monografias, dissertações e teses) sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Orientador com maior número de orientações	Nº de orientações	Quantidade/Tipo
Ivo Marcos Theis	9	3 monografias; 6 dissertações
Isa de Oliveira Rocha	3	3 dissertações
Nelson Casarotto Filho	3	1 dissertação; 2 teses
Paulo Henrique Freire Vieira	3	2 dissertações (1 como orientador; 1 como co-orientador); 1 tese
Eliane Salete Filippim	2	2 monografias
Flávio da Cruz	2	2 monografias
José Francisco Salm	2	1 dissertação; 1 tese
Maria Luiza Milani	2	2 dissertações (1 como orientadora; 1 como co-orientadora)
Paulo dos Santos Pires	2	2 dissertações
Demais orientadores	1	

Fonte: ACAFE (2013); CAPES (2013a); CNPq (2013); IBICT (2013); IF-SC (2013); UFSC (2013); UNIASSELVI (2013).

O Quadro 13 nos mostra que, no que se refere aos orientadores mais frequentes na produção acadêmica (monografias, dissertações e teses), *Ivo Marcos Theis* tem o maior número de trabalhos orientados, somando um total de 9 orientações, número que corresponde a 14% dos 64 trabalhos (15 monografias, 37 dissertações e 12 teses). Em seguida, 3 orientadores aparecem com 3 trabalhos, *Isa de Oliveira Rocha*, *Nelson Casarotto Filho* e *Paulo Henrique Freire Vieira*, enquanto outros 5 têm 2 orientações. Já os demais orientadores têm cada um apenas 1 orientação.

Quadro 14 – Instituições mais frequentes na produção acadêmica (monografias, dissertações e teses) sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, 2001-2012

Instituição com maior número de trabalhos	Nº de trabalhos	Quantidade/Tipo
UFSC	22	4 monografias; 11 dissertações; 7 teses
FURB	15	5 monografias; 10 dissertações
UDESC	6	6 dissertações
UnC	4	4 dissertações
Univali	4	4 dissertações
UNOESC	4	4 monografias
USP	3	3 teses
Unochapecó	2	1 monografia; 1 dissertação
Demais instituições	1	

Fonte: ACAFE (2013); CAPES (2013a); CNPq (2013); IBICT (2013); IF-SC (2013); UFSC (2013); UNIASSELVI (2013).

Finalmente, quando analisadas as instituições que possuem maior produção acadêmica em forma de monografias, dissertações e teses, duas universidades se destacam. Em primeiro lugar, a *UFSC*, que tem 22 trabalhos, concentrando, assim, mais de 34% do montante de 64

trabalhos. A *FURB* vem depois com 15 trabalhos, representando, portanto, mais de 23% do montante total. As outras instituições ficam bastante atrás: a *UDESC* tem 6 trabalhos, outras 3 instituições (*UnC*, *Univali* e *UNOESC*) têm 4 cada uma, a *USP* conta com 3 e a *Unochapecó* tem 2 trabalhos. Todas as outras instituições que possuem apenas 1 trabalho cada uma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é o resultado de uma pesquisa que teve por tema o planejamento regional. As indagações que estavam em sua origem eram: qual é o estado da arte da produção intelectual sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente? A partir de quais critérios pode se levantar a produção sobre planejamento regional? Quais são os resultados mais concretos do levantamento da produção intelectual sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente? A partir de tais perguntas, estabeleceu-se como objetivo principal: construir um quadro atualizado da produção intelectual (isto é, inventariar a produção acadêmica e científica) sobre planejamento regional, especialmente, de origem governamental, com ênfase na experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional, em Santa Catarina, no período recente. As pesquisas do tipo estado da arte têm, conforme Ferreira (2002, p. 258), “[...] uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar”. Logo, o presente estudo possibilitou conhecer, senão a totalidade, um expressivo número de pesquisas sobre planejamento regional em Santa Catarina no período recente, gerando, assim, um panorama da produção intelectual.

Confirmou-se a hipótese de que a produção acadêmica e científica sobre planejamento regional em Santa Catarina no período cresceu em volume. Pôde-se perceber um aumento significativo a partir de 2004, havendo queda do número de trabalhos em 2011, mas, em 2012, novamente houve crescimento.

Alguns autores detêm maior relevância, quantitativamente, na produção intelectual sobre planejamento regional em Santa Catarina. Neste sentido, cinco nomes merecem maior destaque, respectivamente: *Ivo Marcos Theis*, *Eliane Salete Filippim*, *Luciana Butzke*, *Walter Marcos Knaesel Birkner* e *Diego Boelhke Vargas*. Outra observação pertinente é a natureza colaborativa dos trabalhos. Da totalidade de 220 trabalhos, 114, mais da metade, têm autoria coletiva, o que representa 51,8%. O percentual aumenta ainda mais (73,1%) quando selecionado apenas o total de trabalhos passíveis de autoria coletiva (156 ao todo), excluídos,

desse modo, os trabalhos de caráter individual (monografias, dissertações e teses). A natureza coletiva parece coincidir com a existência considerável de grupos de pesquisa que tratam sobre o tema do planejamento regional em Santa Catarina. Por exemplo, a busca, através do *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil* (CNPq, 2013), de grupos de pesquisa em Santa Catarina, através da palavra-chave *planejamento regional*, retorna 21 resultados.

Quando analisados os orientadores, alguns nomes predominam em número de orientações. Em especial, *Ivo Marcos Theis*, que, com 9 trabalhos orientados, aparece bastante à frente dos demais. O pesquisador é também o autor do maior número de trabalhos.

Duas universidades se mostraram como locais de concentração dos trabalhos acadêmicos em forma de monografias, dissertações e teses. São elas, a *UFSC* (22 trabalhos) e a *FURB* (15 trabalhos). Juntas (37 trabalhos) respondem por mais da metade (57,8%) da produção total (64 trabalhos).

Não se avançou numa avaliação qualitativa, por conta da considerável quantidade de trabalhos identificados e o limitado tempo para isto. Todavia, pesquisas posteriores deverão avançar nesta direção. Análises pautadas em indicadores de qualidade como aqueles empregados pela Capes³⁹, permitirão desvelar o caráter qualitativo da produção intelectual sobre planejamento regional em Santa Catarina. Além disso, o inventário da produção acadêmica e científica realizado nesta pesquisa possibilitará conhecer a multiplicidade de correntes teóricas, enfoques e perspectivas e, por fim, identificar possíveis lacunas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ACAFE. Associação Catarinense das Fundações Educacionais. **Catálogo da ACAFE**. Disponível em: <<http://189.8.208.200/sinbac/consultas/index.php>>. Acesso em: ago. 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, p. 15-68, 2000.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de Teses**. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: ago. 2013a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos**. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: ago. 2013b.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.CNPq.br/>>. Acesso em: out. 2013.

³⁹ Como por exemplo, o Qualis Periódicos e o Conceito Capes dos programas de pós-graduação.

FAINSTEIN, Susan S. New directions in planning theory. **Urban Affairs Review**, 35 (4), p. 451-478, 2000.

FERREIRA, Norma S. A. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, 23 (79), p. 257-272, 2002.

FIORI, José Luís. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 11-48, 1999.

FRIEDMANN, John. Why do planning theory? **Planning Theory**, 2 (1), p. 7-10, 2003.

HEALEY, Patsy. Collaborative planning in Perspective. **Planning Theory**, 2 (2), p. 101-123, 2003.

HEALEY, Patsy. On the project of institutional transformation in the planning field. **Planning Theory**, 4 (3), p. 301-310, 2005.

HEALEY, Patsy. Knowledge flows, spatial strategy making, and the role of academics. **Environment and Planning C: Government and Policy**, 26, p. 861-881, 2008.

HILLIER, Jean; HEALEY, Patsy (org.). **Critical essays in planning theory: foundations of the planning enterprise** [vol. 1]. Aldershot: Ashgate, 2008a.

HILLIER, Jean; HEALEY, Patsy (org.). **Critical essays in planning theory: political economy, diversity and pragmatism** [vol. 2]. Aldershot: Ashgate, 2008b.

HILLIER, Jean; HEALEY, Patsy (org.). **Critical essays in planning theory: contemporary movements in planning theory** [vol. 3]. Aldershot: Ashgate, 2008c.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: set. 2013.

IF-SC. Instituto Federal de Santa Catarina. **Biblioteca IF-SC**. Disponível em: <<http://biblioteca.ifsc.edu.br/index.html>>. Acesso em: dez. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAURIA, M.; WAGNER, J. A. What can we learn from empirical studies of planning theory? A comparative case analysis of extant literature. **Journal of Planning Education and Research**, 25, p. 364-381, 2006.

MASON, D. R.; BEARD, V. A. Community-based planning and poverty alleviation in Oaxaca, Mexico. **Journal of Planning Education and Research**, 27, p. 245-260, 2008.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MIRAFETAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. **Planning Theory**, 8 (1), p. 32-50, 2009.

MOULAERT, Frank; CABARET, Katy. Planning, networks and power relations: is democratic planning under capitalism possible? **Planning Theory**, 5 (1), p. 51-70, 2006.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. Structural changes and planning of the economy in revolutionary Venezuela. **Review of Radical Political Economics**, 40 (3), p. 292-299, 2008.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia M.; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, 15 (30), p. 5-16, 2004.

OZBEKHAN, Hasan. Planning and Action. In: WEISS, P. A. (org.). **Hierarchically organized systems in theory and practice**. New York: Hafner, p. 123-230, 1971.

PORTUGALI, Juval; ALFASI, Nurit. An approach to planning discourse analysis. **Urban Studies**, 45 (2), p. 251-272, 2008.

RANDOLPH, Rainer. Potencial e limitação do planejamento participativo: reflexões sobre a superação da colaboração pela subversão. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007, Belém/PA. Anais do **XII ENANPUR**. Belém/PA: ANPUR/UFPA, 21 a 25 de maio de 2007, 18p.

REDALYC. Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. **Sistema de Información Científica**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/>>. Acesso em: out. 2013.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado Providência**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

SAITH, Ashwani. Joan Robinson and Indian Planning: an awkward relationship. **Development and Change**, 39 (6), p. 1115-1134, 2008.

SCIELO. **Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: out. 2013.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Sistema de Bibliotecas**. Disponível em: <<http://portalbu.ufsc.br/>>. Acesso em: ago. 2013.

UNIASSSELVI. Centro Universitário Leonardo da Vinci. **Bibliotecas Dante Alighieri**. Disponível em: <<http://www.uniasselvi.com.br/biblioteca/>>. Acesso em: dez. 2013.

VAINER, Carlos B. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007, Belém/PA. Anais do **XII ENANPUR**. Belém/PA: ANPUR/UFPA, 21 a 25 de maio de 2007, 21p.

VALENCIA P., Marco A. Revolución neoliberal y crisis del Estado Planificador: el desmontaje de la planeación urbana en Chile, 1975-1985. **Diseño Urbano y Paisage**, 4 (12), p. 2-23, 2007.